

GÊNERO E SEXUALIDADE



GT 10

A TRAVESTI NO IMAGINÁRIO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DESENHO-ESTÓRIA COM TEMA

Carlos Alberto Porcino
carlos.porcino@outlook.com

Maria Thereza Ávila Dantas Coelho

Jeanne Freitas de Oliveira

Cleuma Sueli Santos Suto

Dejeane de Oliveira Silva
Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Resumo

Este artigo objetiva discutir as representações de estudantes universitárias(os) sobre a pessoa travesti. Os dados constituem recorte de uma pesquisa qualitativa, fundamentada nos princípios da Teoria das Representações Sociais. 243 estudantes responderam ao Teste de Associação Livre de Palavras (TALP), 18 realizaram o Desenho-Estória com Tema e 11 tiveram disponibilidade para a realização de entrevista semi-estruturada. Neste trabalho, foi privilegiada a técnica do Desenho-Estória com Tema. Através da análise dos grafismos e o conteúdo das histórias foi possível identificar aspectos ancorados nas dimensões comportamental, afetiva e psicossocial das(os) participantes, que deu origem a uma categoria “‘fazer rua’: espaço que permite a (sobre)vivência”, que norteia a compreensão das produções elaboradas. Os dados evidenciaram que, para (sobre)viver de dia, é necessário enfrentar e lutar contra todas as formas de preconceito e opressão, que impliquem em exclusão.

Palavras-chave: Travesti, representações sociais, desenho-estória com tema, educação superior, estudantes universitários.

Introdução

No presente trabalho serão exploradas as representações sociais de estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sobre a pessoa travesti¹.

No Brasil, os estudos que abordam as identidades transgêneras, quase sempre, retratam as vivências de pessoas que se encontram em estratos socioeconômicos mais na base da pirâmide social. Por muito tempo, a identidade travesti tem sido associada à atuação [de muitas travestis] no mercado do sexo, considerando sua exposição pública (LANZ, 2015).

Os estudos encontrados, demandados por ocasião da revisão de literatura, versam sobre pesquisas etnográficas que descreveram e investigaram a identidade, gênero e modificações corporais (SILVA, 1993; PERES, 2004; BENEDETTI, 2005; LOURENÇO, 2009; DUQUE, 2011, SANTOS, 2014), modos e histórias de vida (DENIZART, 1997; KULICK, 2008), transnacionalidade e territorialidade (FERREIRA, 2003; PATRÍCIO, 2008), além daqueles que abordaram as práticas e modelos educativos frente às DST/HIV/AIDS (MOTT; CERQUEIRA, 1997; PELÚCIO, 2009).

Vale ressaltar que questões relacionadas às identidades transgêneras não são exclusividade de nenhum estrato social. A pessoa que possui uma vivência na transgeneridade pode ser mulher ou homem, pobre ou rico, não ser alfabetizada ou possuir titulação, como pode ter sua autorreferência pautada por uma orientação sexual hétero, homo, bi, pan² ou assexual³ (LANZ, 2015). Essas questões as expõem a uma assimetria das “[...] relações de poder e opressão - entre homens e mulheres, entre aqueles que se consideram *normais* e os chamados de *desviantes*, entre países ricos e pobres” (LOPES, 2005, p.10).

1 A expressão “se arruma” ou “se arrumar” possui equivalência a “montar”, “montagem” ou “montação”, que significa “[...] vestir-se e maquiarse com objetivo de transformar-se e “passar” socialmente como mulher ou como homem” (LANZ, 2015, p. 417).

O termo “travesti” é utilizado neste trabalho numa acepção ao proposto por Jaqueline Gomes de Jesus (2015, p. 98): “pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero. Referir-se a ela sempre no feminino, o artigo “a” é a forma mais respeitosa de tratamento”.

2 Pessoa que possui atração sexual por pessoas de todos os sexos e de todos os gêneros (LANZ, 2015).

3 Pessoa que refere não sentir atração sexual por ninguém, nem do sexo/gênero oposto, nem do seu próprio sexo/gênero (LANZ, 2015).

De acordo com Ferreira (2003), as travestis, em função de sua ambiguidade de gênero, passam a ser interpretadas de modo sócio-desvalorizador, ou sob a ótica de clientes que as vêem como objeto sexual e, para manter preservada a sua masculinidade, interagem na clandestinidade. Pelúcio (2009) também relata a existência de momentos de tensão, por parte de clientes nos momentos que antecedem e sucedem o ato sexual, em função do receio de serem vistos por conhecidos e duvidarem de sua masculinidade.

Entretanto, no que se refere à saúde, ainda é possível constatar o desrespeito e a violação de direitos humanos básicos no acolhimento e atendimento dispensados a ‘pessoas trans’ ao reivindicarem questões elementares, como, por exemplo, respeito ao nome social⁴, assim como o tratamento condizente com sua expressão e identidade de gênero (PORCINO; COELHO; OLIVEIRA, 2014).

A esse respeito, os Princípios de *Yogyakarta*⁵ (2006, p. 8) “tratam de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero”. Se, por um lado, a orientação sexual e a identidade de gênero são consideradas essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa, por outro não devem ser motivo de discriminação, violência ou abuso, por parte de outrem (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2006).

Seguindo nessa mesma direção, o Ministério da Saúde, através da Portaria nº 675, de 30 de março de 2006, lançou a Carta dos Usuários da Saúde, que, em seu terceiro princípio, assegura: “Todo[a] cidadão[ã] tem direito a um tratamento humanizado e sem nenhuma discriminação” (BRASIL, 2007). Nesse aspecto, para que a equidade e a integralidade possam ser contempladas, é condição *sine qua non* que a identidade de gênero seja defendida

[...] como uma esfera das experiências humanas que deve ser respeitada em sua autonomia e legitimidade, incluindo-se a atenção

4 Nome pelo qual pessoas trans “[...] se identificam e preferem ser identificadas, enquanto o seu registro civil não é adequado à sua identidade e expressão de gênero” (JESUS, 2015, p. 102).

5 Os Princípios de *Yogyakarta* foram elaborados por um grupo renomado de 29 especialistas de 25 países, em reunião realizada na Universidade *Gadjah Mada*, em *Yogyakarta*, Indonésia, entre 6 e 9 de novembro de 2006, com experiências diversas e conhecimento relevante das questões da legislação de direitos humanos e adotaram por unanimidade os Princípios de *Yogyakarta* sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero.

adequada no campo da saúde – no se refere a informações, acesso a recursos e procedimentos a partir do consentimento informado, formas de tratamento, entre outros elementos (VERGUEIRO, 2015, p. 107).

No entanto, a partir de incursões no atendimento a pessoas trans⁶, é possível concordar que

ainda estamos distantes, na realidade brasileira, de um estado de plena cidadania para as pessoas trans. Elas sequer são, plenamente, consideradas “humanas” (JESUS, 2015, p. 64).

Neste trabalho, serão apresentados dados parciais de uma pesquisa que se encontra em desenvolvimento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU), do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) da UFBA.

A motivação para sua realização emergiu a partir do desenvolvimento de atividades preventivas e atendimento psicoterapêutico individual e em grupo prestados a pessoas trans, na Associação de Travestis de Salvador (ATRAS). Diante disso, objetivou-se compreender os significados das representações apreendidas sobre a pessoa travesti.

Metodologia

Os dados apresentados constituem recorte de uma pesquisa qualitativa, fundamentada nos princípios que sustentam a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2012). Neste trabalho, foi privilegiada a técnica do Desenho-Estória com Tema (D-E com Tema), elaborada por Walter Trinca (1983; 2013) e aperfeiçoada para a pesquisa de Representações Sociais por Aiello-Vasiberg (1997, p. 258), que compreende as representações sociais como um fenômeno complexo “[...] na medida em que correspondem a *manifestações simbólicas de subjetividades grupais*”⁷. Essa autora concebe a pesquisa de

6 A expressão ‘pessoas trans’ será utilizada para nos referirmos a pessoas travestis, mulheres e homens transexuais.

7 Grifo no original.

[...] representações sociais comprometida com um trabalho maior de *desconstrução*⁸ de representações restritivas e estereotipadas e de elaboração de outras, mais flexíveis e criativas [...] que valorizam a não dissociação entre teoria e prática, entre produção e aplicação de conhecimento, entre pensamento e ação [...] e visam o conhecimento do aspecto afetivo inconsciente (AIELLO-VAISBERG, 2007. p. 261).

Para Arruda (2014), a representação é compreendida como construção da realidade em função do significado que ela faculta ao objeto. Para alcançá-la, é necessário

[...] um exercício de interpretação: a pesquisa visa exatamente a coleta de indícios e a sua sistematização pelo(a) pesquisador(a) para chegar a essa interpretação, que se faz apelando a vários recursos (ARRUDA, 2014, p. 120).

Entre as principais vantagens da utilização do D-E com Tema, pode-se considerar: a rapidez da aplicação (TRINCA, 1997), assim como a facilidade com que se pode treinar um pesquisador para sua execução (AIELLO-VAISBERG, 1997). Para esta autora, através da utilização dessa técnica é possível apreender o inconsciente concernente à própria representação

[...] *há como conhecer o campo estruturante da representação porque a dramática grupal é psicologicamente apreensível com o auxílio das ciências humanas afins*⁹ (AIELLO-VAISBERG, 1997, p. 274).

A seleção das/os participantes foi feita mediante critérios de inclusão estabelecidos previamente: estar matriculada/o no componente curricular 'Campo da Saúde: Saberes e Práticas' - por tratar-se de um componente obrigatório e concentrar o maior número de estudantes -, e ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos.

8 Grifo no original.

9 Grifo no original.

No estudo, 243 estudantes responderam ao Teste de Associação Livre de Palavras (TALP), 18 realizaram o Desenho-Estória com Tema e 11 tiveram disponibilidade para a realização de entrevista semi-estruturada. A coleta de dados foi realizada no semestre letivo 2014.2, em horário previamente combinado com docentes do respectivo componente curricular - para o TALP -, pois sua aplicação foi realizada coletivamente em sala de aula. Já o D-E com Tema e a entrevista foram agendadas individualmente, de acordo com a disponibilidade de cada estudante.

O material obtido através do D-E com Tema foi tratado seguindo a proposta desenvolvida por Aiello-Vaisberg (1997): no primeiro momento, foram realizadas leituras conduzidas pela ‘atenção flutuante¹⁰’ e sublinhado - em termos de conteúdo - o que se destacou, ou seja, aquilo que emergiu e chamou a atenção dos/as pesquisadores/as; no segundo, os excertos destacados foram levados em consideração, tornando-se objeto de reflexão e de construção interpretativa; no terceiro, a reflexão possibilitou o levantamento de hipóteses, acerca de como se estabeleceu a relação com o objeto social pesquisado, em termos existenciais e emocionais, no que se refere aos aspectos subjetivos do grupo em questão. Na análise dos grafismos e histórias, alguns dos aspectos propostos por Coutinho, Serafim e Araújo (2011) também foram utilizados, tais como: a observação sistemática dos desenhos e a seleção dos desenhos por semelhança gráfica e/ou aproximação dos temas, em função de permitirem a compreensão subjetiva e ampliar “[...] o conhecimento das atitudes básicas da pessoa, em relação a si própria e ao mundo, e a expressão de sentimentos e suas simbolizações” (COUTINHO; SERAFIM; ARAÚJO, 2011, p. 211).

Para uso da técnica, foram oferecidos às/aos participantes os seguintes materiais: papel ofício em branco, tamanho A4, lápis preto e de cor – caixa com 12 cores. Após explicação da técnica, foi solicitado à/ao participante: “Represente através de desenho(s) o que a pessoa travesti atualmente significa para você”. Em seguida, que conte uma história sobre o desenho e dê um título para ele.

Considerando que pesquisas de representações sociais comportam técnicas de coleta e análises diversas, as 18 (dezoito) produções, em forma de histórias, foram formatadas e constituíram o *corpus* da análise para que fosse tratada

10 A atenção flutuante pressupõe, pois, a supressão momentânea de seus [nossos] pré-julgamentos conscientes e de suas defesas inconscientes (CHEMAMA; VANDERMERSCH, 2007).

através do *software* IRAMUTEQ¹¹ e produzida a nuvem de palavras (CAMARGO; JUSTO, 2011). Associado aos grafismos o *corpus* obtido possibilitou compreender como as/os estudantes representaram a pessoa travesti, assim como suas relações afetivas para com a travesti, os desafios e principais enfrentamentos vivenciados no ‘fazer-se’, ‘estar’ ou ‘ser’ travesti.

O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da UFBA, sob o protocolo de nº 684.219/2014, conforme estabelece a Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde. A participação das(os) estudantes se deu de forma voluntária, após a leitura, esclarecimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Na Tabela 1, apresentamos algumas características das/os participantes que realizaram o D-E com Tema. Como se vê, a maioria se autorreferiu como mulheres, na faixa etária entre 18 e 29 anos, com maior concentração entre o 1º e o 3º semestres do curso, respectivamente.

Tabela 1 – Principais características das/os participantes da pesquisa (D-E com Tema, N=18). Salvador, BA, Brasil, 2016.

Variáveis		N	%
Gênero	Mulheres	11	61,1
	Homens	7	38,9
Faixa etária	18-29 anos	16	88,9
	30-39 anos	2	11,1
Semestre	1º ao 3º	12	66,7
	4º ao 6º	6	33,3

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Resultados e discussão

Através da análise dos grafismos¹² e o conteúdo das estórias, foi possível identificar aspectos ancorados nas dimensões comportamental, afetiva e psicossocial das/os participantes, dos quais emergiu uma categoria que norteia

11 O IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) foi desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009). É um programa informático gratuito, que se ancora no *software* R. Permite diferentes formas de análises estatísticas sobre *corpus* textuais, das mais simples às mais complexas (CAMARGO; JUSTO, 2013).

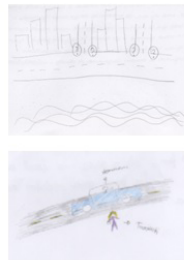
12 Para este trabalho foram utilizadas apenas duas produções – os D-E com Tema nº 2 e 9.

a compreensão das produções elaboradas, assim denominada: ‘fazer rua¹³’: espaço que permite a (sobre)vivência.

“Fazer rua”: espaço que permite a (sobre)vivência

Nos D-E com Tema do Quadro 1, os elementos *prostituição, avenida, esquina, rua e pessoa* aparecem como centrais e nos permitem inferir que, para as/os participantes, a imagem da pessoa travesti está diretamente associada à prostituição, em função de perceberem sua presença expressiva nesses espaços. Essa ideia é reforçada tanto pela semelhança pictórica das produções, em que a *rua* está representada, quanto pelas estórias.

Quadro 1 – D-E com tema (nº 2 e 9) sobre a pessoa travesti. Salvador, BA, Brasil, 2016.



Esquinas (D-E n. 2)

Todas as noites, sem exceção, que passo pela avenida Manoel Dias da Silva, localizada na **Pituba**, próximo à orla vejo travestis paradas nas esquinas à espera de clientes. Fica difícil não associar a travestilidade à prostituição, uma vez que, são os momentos em que mais vejo travestis e entre todos que se prostituem explicitamente nessa região, aparentemente, o maior número é de travestis. Me pergunto porquê? Quem são? Quais são suas histórias? Seus medos? Suas necessidades. E as esquinas se tornam cruzamentos de dúvidas e realidades distintas.

Satisfazendo prazeres (D-E n. 9)

Um certo dia um homem quer satisfazer suas necessidades sexuais, então, vai à orla para encontrar uma travesti para satisfazê-lo. Se deslocando vagarosamente pela orla ele se encanta com Melissa, ela entra no seu carro eles param em um beco escuro para que ele execute seu programa. Ao fim, ele a deixa no local onde a encontrou e volta para casa, deitar ao lado de sua esposa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Esse achado direciona a representação social sobre a pessoa travesti para uma vivência à margem da sociedade, permeada de enfrentamentos e resistências para se fazer existir. Viver a margem, de certo modo, pode estar relacionado ao fato de sua identidade de gênero divergente não corresponder com as ‘normas’ do dispositivo de gênero como estão postas na/pela sociedade.

Nesse aspecto, em nossa sociedade, para que uma pessoa possa (sobre)viver como travesti, ainda é necessário enfrentamentos e tensionamentos. Devido à sua condição, limites são estabelecidos através de práticas sociais de hostilidade, para que bens e serviços oferecidos e/ou disponibilizados pela sociedade sejam acessados, como por exemplo: escola, saúde e mercado de trabalho formal, para citar alguns. Diariamente, no que se refere ao acesso à

13 A expressão “fazer rua” possui o mesmo sentido que “fazer pista”, ou seja, está relacionada à prática/vivência da prostituição em pontos específicos, como por exemplo: ruas, avenidas e esquinas.

saúde, os direitos de pessoas trans são ignorados e, às vezes, até violados. A esse respeito, Alessandra Ramos (2013) afirma que,

[...] quando é algo não muito grave, que não exija uma atenção continuada, prefiro simplesmente falar que esqueci meu documento em casa para evitar suscetibilidades e constrangimentos. Porque é doloroso [...] você chegar a algum lugar e receber olhares de desaprovação (RAMOS, 2013, p. 104).

Para Xiberras (1996), o não acesso aos bens comuns, implica em exclusão, ou seja, a pessoa excluída seria aquela que é rejeitada para fora dos espaços, assim como das trocas de bens materiais e/ou simbólicos.

Assim, a exclusão que impossibilita a inserção no mercado de trabalho decorre da baixa escolaridade, em função de terem sido rejeitadas pela escola, “[...] principal lugar de socialização” (XIBERRAS, 1996, p. 32). Quando a pessoa inicia sua transição¹⁴, ainda no período escolar, as dificuldades tendem a se intensificarem. Nessa fase, o apoio por parte da família é essencial. No entanto, esse apoio nem sempre acontece e, no que se refere a recursos financeiros, é mais complicado.

De acordo com Fernanda Riquelme (2013, p. 63), “para uma travesti, a única escolha que ela tem, dependendo do lugar que ela se assume, é a prostituição”. Gláucia Boulevard (2013, p. 70) relata que “a prostituição faz parte de minha vida há muitos anos. Comecei a viver a prostituição bem cedo, desde ter sido expulsa de casa com doze anos”. A esse respeito, segundo Indianara Siqueira (2013), para a maioria das travestis e transexuais, assim como para muitas outras pessoas, a prostituição se apresenta como a única alternativa, pois

[...] sempre falo que, na realidade, profissionalizei o que eu fazia de graça [...] foi minha única opção. No início, eu não queria, e acabei ganhando um poste numa esquina. No caso das travestis e transexuais, outros problemas se passam: a expulsão de casa, as portas das escolas se fecham, as portas das igrejas se fecham, todas as portas se fecham; as únicas que se abrem são as da prostituição; no caso, através das cafetinas (SIQUEIRA, 2013, p. 165).

14 Este termo se refere ao “processo de mudança de gênero. Durante a transição, de MtF ou de FtM, a pessoa paulatinamente vai passando a viver *full time* inteiramente de acordo com as disposições sociais relativas ao gênero oposto ao qual foi classificada ao nascer” (LANZ, 2015, p. 429).

Foi observado que a pessoa travesti foi representada através dos seguintes termos, mais expressivos: *João, dia, viver, Maria, sentir, querer, passar, travesti, Manoel, nascer, preconceito, conseguir, arrumar.*

O termo 'João' foi o mais expressivo, aparecendo 29 vezes. Ele se associa ao nome atribuído à pessoa por ocasião de seu nascimento, por ter sido designado 'menino', considerando apenas o aspecto externo de sua genitália. As/os participantes relataram que, para 'estar' e/ou 'sentir-se' travesti, o 'preconceito' precisa ser enfrentado com 'luta'.

O segundo termo mais expressivo foi 'dia', mencionado 19 vezes, seguido de 'viver', 18 vezes, no sentido de que uma das tarefas mais difíceis de serem enfrentadas é o (sobre)viver de dia. É como se a possibilidade de existir só ocorresse à noite, como observado nos excertos abaixo:

*Todas as noites, sem exceção, que passo pela avenida Manoel Dias da Silva, localizada na Pituba, próximo à orla **vejo travestis paradas nas esquinas à espera de clientes** (D-E com Tema, nº 2)*

*[...] ele se encanta com Melissa, ela entra no seu carro eles param em **um beco escuro** para que ele execute seu programa (D-E com Tema, nº 9)*

A partir das produções gráficas e das histórias, não se evidencia preconceito por parte das/os estudantes para com a pessoa travesti. Ao mesmo tempo, para as mesmas(os), **é como se** os corpos das travestis fossem

[...] coisificados e erotizados, o que nos torna objetos de desejo e consumo, sem considerações a quaisquer sentimentos ou vontade própria; como se existíssemos para realizar fantasias sexuais e experimentações eróticas de sujeitos específicos (ARAÚJO, 2013, p. 93).

Assim, se por um lado, denotaram sensibilidade e 'respeito' ao retratarem a travesti como 'mulher', na perspectiva de uma identidade pautada por 'um feminino', por outro, o termo 'homem' também foi associado, pois é possível que mulheres, ao se 'travestirem', reivindicuem o tratamento no/pelo gênero masculino.

Considerações

A partir do D-E com Tema, tendo a pessoa travesti como objeto de representação social, as representações das/os participantes, a partir das estórias, foram ancoradas nas dimensões comportamental afetiva e psicossocial. De modo coletivo, foram observadas características semelhantes nas produções, em função do grupo de pertença. Destacou-se, nas estórias, uma tendência das/os participantes em nomear ‘as/os personagens’ dos grafismos. O que denota uma promoção de respeito e valorização no tratamento para com a/o outra/o.

O imaginário das/os participantes, no que concerne às travestilidades, elucida aspectos subjetivos sobre o quão difícil deve ser para uma pessoa ‘estar’ ou ‘ser’ travesti, numa sociedade heteronormativa, que ainda pauta o binarismo de gênero. Os D-E com Tema evidenciaram que, para a travesti (sobre)viver de dia, é necessário enfrentar e lutar contra todas as formas de preconceito e opressão, que implicam em exclusão. Nesse caso, as vulnerabilidades se intensificam, na medida em que as travestis são associadas a contextos de prostituição e exclusão.

Assim, acessar as representações sociais acerca da pessoa travesti, sob o ponto de vista das/os participantes, possibilita compreender sobre quais perspectivas serão dispensados os cuidados a travestis no âmbito da saúde, especialmente por aquelas/es estudantes que, por ocasião da progressão linear, migrarem para outros cursos da área da saúde. Os conteúdos das representações revelaram que os sentimentos afetivos das(os) participantes são carregados de elementos de sensibilidade e compreensão.

Referências

AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Investigação de representações sociais. In: TRINCA, W. (Org.). **Formas clínicas de investigação clínica em psicologia**: procedimento de desenhos-estórias: procedimento de família com estórias. São Paulo: Vetor, 1997, p. 255-288.

ARAÚJO, G. C. Transtorno? não... transcendências! corpos trans(cendentes). In: SILVA, D. A. et al. (Org.). **Feminilidades**: corpos e sexualidades em debate. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 83-98.

ARRUDA, A. Despertando do pesadelo: a interpretação. In: SOUSA, C. P. et al. (Org.). **Angela Arruda e as representações sociais**: estudos selecionados. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014, p. 117-145.

BENEDETTI, M. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BOULEVARD, G. Vida de travesti é luta! Luta contra a morte, luta contra o preconceito, luta pela sobrevivência e luta por espaço. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. B. (Org.). **Geografias malditas**: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa, PR: Toda palavra, 2013, p. 69-81.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. <<http://goo.gl/6GjgL7>>. Acesso em: 09 abril. 2016.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um *software* gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/bB29pl>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CHEMAMA, R.; VANDERMERSCH, B. **Dicionário de psicanálise**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2007.

COUTINHO, M. P. L.; SERAFIM, R. C. N. S.; ARAÚJO, L. S. Aplicabilidade do desenho-estória com tema no campo da pesquisa. In: COUTINHO, M. P. L.; SARAIVA, E. R. A. (Org.). **Métodos de pesquisa em psicologia social**: perspectivas qualitativas e quantitativas. João Pessoa: Editora Universitária, 2011, p. 205-250.

DENIZART, H. **Engenharia erótica**: travestis no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

DUQUE, T. **Montagens e desmontagens**: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes. São Paulo: Annablume, 2011.

FERREIRA, R. S. **As “bonecas” da pista no horizonte da cidadania**: uma jornada no cotidiano travesti em Belém (PA). 2003. 139f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

JESUS, J. G. **Homofobia**: identificar e prevenir. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

LANZ, L. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015.

LOPES, C. R. A epidemia mudou, e o mundo também. **Radis**, Rio de Janeiro, n.40, p.10-16, dez. 2005.

LOURENÇO, A. N. **Travesti**: a construção do corpo feminino perfeito e suas implicações para a saúde. 2009. 80f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2009.

MATÃO, M. E. L. et al. Representações da transexualidade: perspectiva dos acadêmicos de enfermagem e de medicina. **Rev. Baiana saúde pública**, v. 34, n. 1, p. 101-118, jan.-mar. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/1rGVc1>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOTT, L.; CERQUEIRA, M. **Os travestis da Bahia e a Aids**: prostituição, silicone e drogas. Salvador: GGB, 1997.

PATRÍCIO, M. C. **Nu truque**: transnacionalidade e distinção entre travestis brasileiras. 2008. 279f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PELÚCIO, L. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PERES, W. Travestis: subjetividades em construção permanente. In: UZIEL, A. P.; RIOS, L. F.; PARKER, R. G. (Org.). **Construções da sexualidade**: gênero, identidades e comportamento em tempos de aids. Rio de Janeiro: Pallas, 2004, p.115-128.

PORCINO, C. A.; COELHO, M. T. A. D.; OLIVEIRA, J. F. “Sem direito a viver de dia”: representações sociais de estudantes universitários sobre travestis. In: COLÓQUIO

INTERNACIONAL – EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 8, 2014, Aracaju.

Anais... Aracaju, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/l7RD63>>. Acesso em: 09 abr. 2016.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios de Yogyakarta**. Rio de Janeiro: CLAM, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/YbHJYC>>. Acesso em 09 abr. 2016.

RAMOS, A. *Corpos trans, experiências e movimentos sociais LGBTs*. In: SILVA, D. A. et al. (Org.). **Feminilidades: corpos e sexualidades em debate**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 99-106.

Ratinaud, P.; Marchand, P. Application de la méthode ALCESTE à de “gros” corpus et stabilité des “mondes lexicaux”: Analyse du “CableGate” avec IraMuTeQ. In *Actes des 11eme Journées Internationales d’Analyse Statistique des Données Textuelles*, Liège: JADT, p. 835– 844, 2012.

RIQUELME, F. A vida de travesti é glamour, mas também é violência em todo lugar. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. B. (Org.). **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa, PR: Toda palavra, 2013, p. 55-67.

SANTOS, A. S. **O gênero encarnado: modificações corporais e riscos à saúde de mulheres trans**. 2014. 245f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, H. R. S. **Travesti: a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SIQUEIRA, I. Profissionais ou “marginais” por falta de regulamentação. In: SILVA, D. A. et al. (Org.). **Feminilidades: corpos e sexualidades em debate**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p.165-174.

TRINCA, W. **O pensamento clínico em diagnóstico da personalidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

_____. Apresentação e aplicação. In: _____. (Org.). **Formas clínicas de investigação clínica em psicologia: procedimento de desenhos-estórias: procedimento de família com estórias**. São Paulo: Vetor, 1997, p. 11-66.

_____. (Org.). **Procedimentos de desenhos-estórias**: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões. São Paulo: Vetor, 2013.

VERGUEIRO, V. Reflexões autoetnográficas trans* sobre saúde: invisibilizações e marginalizações sistêmicas, e resistências à patologização e normatização das diversidades de gênero. In: GEISLER, A. R. R. (Org.). **Protagonismo trans***: política, direito e saúde na perspectiva da integralidade. Niterói, RJ: Alternativa, 2015, p. 106-133.

XIBERRAS, M. **As teorias da exclusão**: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

A CODEPENDÊNCIA EMOCIONAL E OS IMPACTOS NA SAÚDE DA MULHER

Daliane Fontenele de Souza
inezsampaionery11@gmail.com

Inez Sampaio Nery.
Universidade Federal do Piauí – UFPI
daliane.fontenele@hotmail.com

Resumo: Trata-se de um estudo teórico, na abordagem qualitativa e comparativa, que tem como objetivo analisar a codependência emocional e os impactos na saúde da mulher. Verificou-se como as relações são estabelecidas, comparando as considerações de vários autores especialistas no tema. Constatou-se que existem semelhanças e variações nos posicionamentos dos pensadores sobre a temática. Assim, têm-se distintos ângulos de observação em que se formam figuras que explicitam e desvelam as múltiplas faces. Conclui-se que as formulações são promissoras para se repensar, na atualidade, as relações entre codependência emocional, sexualidade e saúde da mulher, inclusive no que diz respeito às reflexões sobre o tratamento das “mulheres que amam demais”.

Palavras-chave: Codependência emocional, Sexualidade, Saúde da mulher.

1 Introdução

Dentro do contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, constata-se o fato de que existem algumas mulheres codependentes emocionalmente dos seus parceiros. Essas mulheres permitem o sentimento que acreditam ser amor, mas que na verdade é uma obsessão, controlar suas emoções e boa parte do seu comportamento, mesmo quando percebem a influência negativa sobre sua saúde e bem-estar.

Alguns autores de livros americanos de autoajuda argumentam que é como se essas mulheres medissem a intensidade do seu amor pela quantidade de sofrimento. Para eles, as chamadas “mulheres que amam demais” vivem na esperança de que amanhã será diferente e esperam que o homem se modifique, pois para elas isso é mais confortável do que elas se modificarem e modificarem suas vidas.

A autora americana Robin Norwood, escritora do livro “Mulheres que amam demais”, afirma que uma mulher que use o relacionamento como droga negará totalmente aquele fato tanto quanto qualquer indivíduo quimicamente “viciado” e terá a mesma resistência e medo com relação ao abandono de seu modo obsessivo de pensar e de sua forma altamente carregada emocionalmente de se relacionar com homens. Enfatiza que está inteiramente convencida de que o que aflige mulheres que amam demais não é como se fosse um processo doentio, mas de fato é um processo doentio que requer diagnóstico e tratamento específicos. Para ela, muitas “mulheres que amam demais” sepultaram tão profundamente seus sentimentos “que necessitam da agitação de brigas, rompimentos e reconciliações até para se sentirem vivas” (NORWOOD, 2010, p. 267).

A mesma autora defende que o primeiro passo no tratamento de uma mulher com esse problema é ajudá-la a perceber que, como o “viciado”, está sofrendo de um processo doentio que é identificável, que progride se não for tratado, e que reage bem a um tratamento específico. Segundo ela, essa mulher precisa saber que é “viciada” na dor e na familiaridade de um relacionamento desagradável e que esta é uma doença que atinge muitas mulheres.

O interesse deste artigo é apresentar as interfaces entre codependência emocional, sexualidade, saúde da mulher, gênero e violência doméstica e familiar. Pretende-se, com o estudo, instrumentalizar as instituições que compõem a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, nos âmbitos federal, estadual e municipal, na criação e implementação de políticas públicas que

visem minorar a situação de vulnerabilidade das vítimas de violência doméstica e familiar que são codependentes emocionalmente de seus companheiros agressores.

Trata-se de uma análise de conteúdo, de forma qualitativa e comparativa, que tem como base a percepção de vários(as) autores(as) especialistas nas referidas temáticas. Primeiramente, abordam-se algumas reflexões sobre a codependência emocional e a sexualidade. Em seguida, sobre a recuperação de relacionamentos viciados. Por fim, sobre a saúde da mulher.

2 Codependência emocional e sexualidade: algumas reflexões

A sexualidade não tem o mesmo grau de importância para todos os sujeitos. Heilborn (1999) afirma que o valor diferencial atribuído à sexualidade deve considerar que esta não é sinônimo de atividade sexual. Mais do que um recurso explicativo baseado em diferenças psicológicas,

[...] essa variação é efeito de processos sociais que se originam no valor que a sexualidade ocupa em determinados nichos sociais e nos roteiros específicos de socialização com que as pessoas se deparam. A cultura, em sentido lato, é a responsável pela transformação dos corpos em entidades sexuadas e socializadas, por intermédio de redes de significados que abarcam categorizações de gênero, de orientação sexual, de escolha de parceiros. Valores e práticas sociais modelam, orientam e esculpem desejos e modos de viver a sexualidade, dando origem a carreiras sexuais/amorosas (HEILBORN, 1999, p. 1).

Para Foucault (1988), o conceito de sexualidade que pertence a nossa história nasceu como a justa medida de separação entre normalidade e anormalidade. Na obra que produziu em três volumes, *História da Sexualidade*, Foucault tomou a sexualidade como uma criação discursivo-institucional, cuja função seria o controle dos indivíduos e das populações. Afirmava que

[...] a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação

dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1988, p. 116-117).

Contradizendo Foucault, que apresenta a sexualidade como uma construção sócio-histórica influenciada pelas relações de poder, Taquette (2008) enfatiza, embasado na teoria freudiana, que a sexualidade é uma característica própria do ser humano, está presente desde o início de sua formação, e que a libido é caracterizada por manifestações involuntárias. Ressalta que, em imagens ultrassonográficas do bebê ainda no útero, pode-se verificar a ereção peniana do sexo masculino e a lubrificação vaginal do sexo feminino. Ressalta ainda que as sensações sexuais acompanham o ser humano durante todo o seu desenvolvimento: na criança, com a própria amamentação; e na adolescência, com a intensificação na fase da puberdade das manifestações proporcionadas pelo desenvolvimento físico e psicológico. Enfatiza que o interesse sexual aumenta proporcionalmente ao desenvolvimento físico, o qual é observado pelo surgimento das características sexuais secundárias (distribuição de pelos no corpo, tonalidade da voz, distribuição de gordura no corpo, massa muscular), com consequentes alterações hormonais que favorecem ao prazer sexual sem a finalidade reprodutiva.

Segundo Corrêa (1998), não existe uma especialidade médica que trate da sexualidade. Por outro lado, muito do que pode ser entendido por sexualidade está pulverizado no discurso e na prática de uma série de especialidades que lhe oferecem seu contexto. Numa medicina que acumulou conhecimentos fragmentados sobre o corpo, não se pode identificar, a princípio, a existência de um discurso sobre o sexo e a sexualidade. Para ela, reconhece-se à própria sexualidade uma forte carga de ambiguidades e uma polissemia, que agravam o quadro de instabilidade no nível de definições e categorizações mesmo iniciais.

Grossi (1998, p. 9) ressalta que, na cultura ocidental, costuma-se associar a sexualidade ao gênero, como se fossem duas coisas coladas uma à outra. Por isso, classificam-se indivíduos que mantêm relações sexuais e/ou afetivas com outros do mesmo sexo como homossexuais, “uma categoria que remete imediatamente, no imaginário ocidental, à ideia de doença, perversão ou anormalidade”. De acordo com a autora, a sexualidade é também culturalmente determinada. Alega que a maior parte das pessoas na sociedade ocidental considera a heterossexualidade algo “instintivo” da espécie humana em vistas da sua autopropagação pela reprodução. Alega ainda que sexo e reprodução

são vistos nesta sociedade como intrinsecamente relacionados entre si, pois se considera a reprodução como envolvendo apenas os dois indivíduos, de sexos diferentes, que se relacionaram sexualmente. Para ela, o desenvolvimento, no final do século XX, das ditas “novas tecnologias de reprodução” tem vindo abalar esta crença, desvinculando, portanto, a sexualidade da reprodução.

Da mesma forma que hoje se discute se a heterossexualidade é necessária à reprodução da espécie humana, no final do século XIX, pensava-se que

[...] o desejo sexual era uma característica masculina e que as mulheres copulavam apenas para as necessidades de reprodução da espécie e da família. O prazer feminino era percebido como perigoso e patológico, sendo que passividade e frigidez eram considerados comportamentos femininos “naturais”, portanto ideais. Hoje, com as inúmeras contribuições da Psicanálise e dos movimentos de libertação das mulheres, o desejo e o orgasmo femininos não são mais vistos como pecaminosos ou “antinaturais”. Vemos, portanto, que os valores associados às práticas sexuais são marcados historicamente (GROSSI, 1998, p. 10).

Existem muitas teses que abordam a codependência emocional com ênfase na importância dada a relação sexual. Uma delas é a da autora Norwood, já citada anteriormente. Para esta autora, a pergunta feita por uma de suas pacientes - “como o sexo entre nós era tão bom, fazia-nos sentir tão bem e unia-nos tanto, se realmente não existia nada entre nós?” - merece ser estudada, pois as “mulheres que amam demais” frequentemente enfrentam o dilema de um bom relacionamento sexual em relações infelizes e sem esperança. Para ela, devido à dinâmica que opera em cada nível de interação com os homens, incluindo o nível sexual, um relacionamento ruim contribui realmente para o sexo ser excitante, apaixonante e estimulante. Ressalta que, embora pareça que o sexo gratificante não seria muito razoável num relacionamento infeliz, é importante lembrar que o clímax sexual alivia tanto a tensão física, como a emocional (NORWOOD, 2010, p. 43).

Enquanto algumas mulheres evitam o envolvimento sexual com os parceiros, quando há conflito e tensão entre eles, outras mulheres, em circunstâncias parecidas, acham que o sexo é uma forma bastante efetiva de aliviar boa parte da tensão, ao menos temporariamente. Para uma mulher que se encontra num relacionamento infeliz com um parceiro a quem está “doentamente ligada”, o

ato sexual pode ser o lado gratificante do relacionamento e a única forma de relacionar-se com o companheiro. Ela gasta tempo e energia e passa sua vida a utilizar a sexualidade como um instrumento, a tentar transformar uma pessoa que não é capaz de amá-la em uma que seja capaz. Depois de um conflito, dois elementos contribuem para um intercurso sexual especialmente intenso e extasiante: um deles é o alívio da tensão; e o outro envolve um grande esforço, após a briga, de fazer com que o sexo “funcione”, de forma a solidificar os laços do casal que foram ameaçados pela discussão (NORWOOD, 2010).

Teses como a de Norwood e de outros autores americanos de autoajuda estão sendo confrontadas e criticadas por alguns estudiosos da temática gênero com enfoque na mulher, pois se acredita que tais colocações reafirmam estigmas de séculos passados em que a mulher era vista como doente, histérica, dentre outros.

Castro (2007, p. 10) afirma que, ao dedicar-se muito ao outro (seja ele um companheiro ou os filhos), a mulher esqueceu-se de si mesma. Para a autora, é dessa forma que os sentimentos de amor e de cuidado acabam sendo patologizados e a própria figura da “famigerada mulher que ama demais” é construída como uma identidade doente, para a qual o diagnóstico e o tratamento dão-se através da atividade solitária da leitura. Afirma ainda que o desligamento, “construído a partir de alguma dose de saudável egoísmo, é a chave para a recuperação desse *self* doente – e também para a conquista da autonomia das pessoas com as quais essa pessoa se relaciona”.

As mulheres já foram representadas na literatura de diversas maneiras. Muito do que se escreveu sobre elas, ao longo da história, expressava um olhar masculino da realidade social. Nas palavras de Confortin (2003, p. 108), “se aparecessem, era como uma nota de rodapé ou como algo semelhante a um desvio de norma”. Até que as próprias mulheres expressassem suas representações de mundo, o que se relatava sobre elas era traduzido pelo olhar masculino/patriarcal, que as visualizava em um lugar de segundo plano na reprodução social (ALBUQUERQUE, 2012). É interessante observar que o fato de mulheres escreverem sobre mulheres não deve ser considerado uma postura necessariamente feminista, pois no caso dos manuais de autoajuda é possível encontrar passagens que são diretamente divergentes de posicionamentos feministas, mesmo tendo sido estes escritos por mulheres.

Segundo Albuquerque (2012), os livros de autoajuda destinados às mulheres são publicações difundidas na segunda metade do século XX, mas os manuais voltados para estimular um comportamento ideal para mulheres têm existência

anterior. Para a autora, no recorte de gênero da autoajuda, há um dilema de ordem emocional que é posto para as mulheres, como condição de bem-estar.

A mulher é tão bem sucedida quanto mais consiga driblar os obstáculos emocionais que lhe surjam nos relacionamentos íntimos. Os manuais, neste sentido, operam com uma racionalização das emoções, oferecendo estratégias de equilíbrio, através de “mandamentos” que, se seguidos, sugerem evitar que as mulheres se machuquem sentimentalmente (ALBUQUERQUE, 2012, p. 13).

Hochschild (2003, p. 56) constata que “todo esse manejo de controle emocional expressa uma desigualdade de gênero que impõe ao lado subordinado o custo subjetivo do trabalho das emoções”. Divergindo de Goffman, que visualiza atores atuando igualmente no curso de uma interação, a autora afirma que uns são levados a atuar mais que os outros. Tal afirmação se exemplifica em diversas sugestões dos manuais para que as mulheres simulem determinadas expressões ou sentimentos, como forma de administrá-las.

Heller (2008) considera isso como ultrageneralização, ou seja, os fragmentos imediatos da experiência dos indivíduos tendem a ser compreendidos como se obedecessem a um modelo padrão. Para ela, as formulações contêm fragmentos das experiências cotidianas, mas tendem a criar, enquanto discurso, uma generalização e atemporalidade, ao estabelecer padrões de conduta/comportamentos.

Ressalta-se que, ao se trazer conteúdos de manuais de autoajuda para a discussão do objeto de estudo aqui referido, não representa uma intenção de confirmá-los ou negá-los. Trata-se apenas de perceber como esse discurso é produzido e encontra ressonância social, pois se por um lado opera com uma construção de ideal do que seja a mulher, por outro é fortalecido pelos(as) leitores(as) que se identificam fortemente com tais publicações.

Ao abordar a sexualidade das mulheres codependentes sob outro viés que não só o emocional, ressalta-se o ponto de vista de Russel (1955, p. 107) que afirma que “o casamento é para as mulheres a forma mais comum de se manterem, e a quantidade de relações sexuais indesejadas que as mulheres têm de suportar é, provavelmente, maior no casamento do que na prostituição”. É grande o número de mulheres que se veem forçadas a permanecer casadas e com esforço cumprir suas obrigações sexuais com o marido em troca de casa, comida e algum conforto.

Segundo Lins (2008), a maioria das mulheres, depois de algum tempo de casamento, faz sexo sem nenhuma vontade. Esse sexo indesejado, por obrigação, é vivido também por mulheres economicamente independentes, que não necessitam do marido para mantê-las. A dependência emocional acaba sendo tão limitadora, quanto a financeira. Ambas podem conduzir a uma vida sexual pobre e medíocre. Imaginar-se sozinha, desprotegida, sem um homem ao lado, é percebido como insuportável por algumas mulheres.

Ao relacionar prazer e violência, o neuropsicólogo James W. Prescott afirma que uma personalidade orientada para o prazer raramente exhibe condutas violentas ou agressivas e que uma personalidade violenta tem pouca capacidade para tolerar, experimentar ou gozar atividades sexualmente prazerosas (LINS, 2008).

O prazer, geralmente, é tido como um critério indicativo de positividade em relação à sexualidade, mas o sexo pode ser fonte de ansiedade quando se tem prazer, assim como pode ser fonte de prazer em situações de desprazer, como na experiência da dor (física ou moral). A forma “como se goza não era objeto de consideração científica, cabendo ao discurso moral e não à medicina um debate sobre o que seria repugnante no sexo, ou sobre o dever conjugal” (CORRÊA, 1998, p. 77).

Foucault (1988) mostra como a normalização da sexualidade não pode ser separada da produção de saberes (medicina, pedagogia, psicologia, demografia, entre outros) que, ao intensificar o desejo de conhecimento sobre o sexo, as sensações do corpo, a qualidade do prazer, a natureza das impressões, delimitam o próprio campo da sexualidade.

3 Recuperação de relacionamentos codependentes

A codependência amorosa é um termo advindo daquele cunhado, em 1995, por Melody, Miller e Miller - a codependência afetiva - que se estabelece nas relações disfuncionais entre pais e filhos nas quais se gera dependência mútua, sendo observadas as diferenças de papéis. O termo foi transposto de forma a caracterizar que a dependência em relacionamentos amorosos é configurada por um parceiro passivo e um outro opressor que estabelecem uma relação de subordinação que é destrutiva para uma ou ambas as partes, mas da qual nenhum dos dois consegue se desvincular, gerando a vivência de manutenção da situação desconfortável ou desagradável que pode chegar ao âmbito da agressão - seja física ou psicológica (ALBUQUERQUE; TOURINHO, 2013). Para as autoras, o padrão comportamental codependente pode ser atribuído ao quadro de Transtorno de Personalidade Dependente. Tal quadro pode ser

caracterizado por uma necessidade subjacente de cuidados, em que o sujeito apresenta comportamento submisso e aderente, com temores quanto a uma eventual separação. Ressaltam que

[...] as pessoas portadoras de tal transtorno se veem como indefesas, formulando crenças de que a obtenção da felicidade somente se configura com a presença de um sujeito “mais forte” que a disponibilize. Neste quadro a principal ameaça é o abandono, que supostamente confirma crenças com conteúdo de incompetência, incapacidade de ser amado e ser feliz sem a figura de uma pessoa mais forte – gerando ansiedade, principalmente em momentos de tensão no relacionamento (ALBUQUERQUE; TOURINHO, 2013, p. 74 e 75).

Mellody, Miller e Miller (1995) ressaltam que os codependentes têm dificuldades em: vivenciar níveis adequados de autoestima; estabelecer limites funcionais; admitir e expressar a própria realidade; tomar conta de suas necessidades e desejos adultos; experimentar e expressar moderadamente sua realidade. Um dos conceitos propostos é a culpa posterior aos episódios de conflito, que sistematizam como:

[...] ter uma estrutura mental acusatória o conduz a um processo de condenação. A culpa significa que tem os problemas que tem por causa de algo que outra pessoa fez a você [...] a condenação o algema à pessoa que abusou de você e você passa a depender de que essa pessoa mude para que possa tentar se curar. Isso dá poder ao agressor e torna você, a vítima, indefeso – sem a capacidade de se proteger ou mudar (MELLODY; MILLER; MILLER, 1995, p. 157).

As discussões colocadas pelos autores acima referidos indicam o oposto do que consta no texto de autoajuda de Norwood (2010). Esse contraponto se faz relevante para a análise dos variados pontos de vista sobre a questão da codependência amorosa.

Peele (1975 *apud* NORWOOD, 2010, p. 37) afirma que a experiência “viciadora” é aquela que absorve a consciência da pessoa e, como acontece com analgésicos, alivia a sensação de ansiedade e dor. Segundo o autor, talvez não haja nada tão bom para absorver nossa consciência do que um relacionamento amoroso de um certo tipo. Para ele, o relacionamento “viciador” é

caracterizado “pelo desejo da presença animadora de uma outra pessoa... O segundo critério é que o relacionamento diminui a habilidade da pessoa em prestar atenção a outros aspectos da vida e em lidar com eles” .

A recuperação desses relacionamentos “viciados” envolveria conseguir ajuda de um grupo de apoio apropriado, para quebrar o círculo do vício, e para se aprender a buscar sentimentos de autoavaliação e bem-estar de outras fontes que não um homem, para sustentar esses sentimentos. A chave estaria em aprender a viver uma vida saudável, satisfatória e serena, sem depender de outra pessoa para ser feliz (NORWOOD, 2010).

Acredita-se que, no Brasil, um dos locais onde essas mulheres poderiam ser tratadas seria o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, “considerado equipamento por excelência para organizar a rede assistencial e articular as condições para a reinserção da pessoa com transtorno mental na sociedade” (ROSA; CAMPOS, 2013, p. 313).

A atenção psicossocial prestada nesses centros é compreendida como um processo que implica a abertura de espaços de negociação para o paciente, para sua família, para a comunidade circundante e para os serviços que se ocupam do paciente. A dinâmica da negociação é contínua e não pode ser codificada de uma vez por todas, já que os atores (e os poderes) em jogo são muitos e reciprocamente multiplicantes. Os elementos que assumem papel de destaque na evolução de um transtorno mental e na estratégia de intervenção em saúde mental, classificam-se em “variáveis fortes” (diagnóstico, idade, agudeza ou cronicidade do quadro e história da enfermidade) e “variáveis sombra” (nível de capacidade intelectual, grau de informação, *status* social, condição de solidão ou não e o sexo) (SARACENO, 1994). Sendo assim, poder-se-ia considerar a codependência emocional uma “variável sombra”.

No contexto dessas variáveis, a família é um lugar privilegiado de promoção da saúde e desempenha papel fundamental no processo de constituição, desenvolvimento, crise e resolução dos problemas de saúde individuais e coletivos. Desse modo, torna-se impensável descartar a família como referência importante das políticas públicas de saúde, dentre outras (MIOTO, 2010).

4 Saúde da mulher

Os registros em prontuários se resumem aos sintomas e prescrições biomédicas, ignorando o contexto de vida das mulheres que tendem a sofrer com a violência institucional perpetrada por práticas profissionais que, atravessadas por diferenças de classe social, desconsideram a pobreza e as múltiplas exclusões

a que são submetidas, desconsiderando suas repercussões no processo saúde-doença-cuidado (ROSA; CAMPOS, 2012).

Ceccim e Feuerwerker (2004) enfatizam que a formação dos profissionais de saúde tem permanecido alheia à organização da gestão setorial e ao debate crítico sobre os sistemas de estruturação do cuidado, mostrando-se absolutamente impermeável ao controle social sobre o setor, fundante do modelo oficial de saúde brasileiro. A integralidade da atenção envolve a compreensão da noção de ampliação da clínica, o conhecimento sobre a realidade, o trabalho em equipe multiprofissional e transdisciplinar e a atenção intersetorial. Segundo os autores, a formação para a área da saúde deveria

ter como objetivos a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho e, estruturar-se a partir da problematização do processo de trabalho e sua capacidade de dar acolhimento e cuidado às várias dimensões e necessidades de saúde das pessoas, dos coletivos e das populações (CECCIM; FEUERWERKER, 2004, p. 43).

Ballarin et al. (2008) constatam as dificuldades da atenção integral à saúde da mulher com transtorno mental, que requer ações intersetoriais dada a associação da enfermidade com a pobreza, com as sobrecargas em múltiplas arenas, a violência, a discriminação, entre outras.

A despeito das dificuldades relatadas, no Brasil, o Relatório Final da 14ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em 2011, na sua Diretriz 11, traz algumas propostas bastante relevantes no que diz respeito à saúde mental das mulheres:

Proposta 4 - Garantir, em todo o âmbito do SUS, o respeito às diversidades étnico-raciais, sexuais, de gênero, geração, território e transtornos mentais e dependentes químicos, garantindo recursos humanos capacitados também para as áreas específicas, especialmente pessoas com deficiência de saúde mental, visando à humanização da atenção; Proposta 14 - Implantar redes de atenção e proteção às pessoas em situação de violência doméstica e sexual, crianças, adolescentes, adultos, idosos, pessoas com deficiência, transtorno mental e trabalhadores (BRASIL, 2012, p. 68; 70).

Na Carta da 14ª Conferência Nacional de Saúde, um dos itens defendidos é a importância da efetivação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a garantia dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, além da garantia de atenção à mulher em situação de violência, como forma de contribuição para a redução da mortalidade materna e neonatal, o combate ao câncer de colo uterino e de mama e uma vida com dignidade e saúde em todas as fases de vida (BRASIL, 2012).

5 Conclusões

As diferentes formas de examinar as relações entre codependência emocional, sexualidade e saúde da mulher foram extraídas de estudos da realidade social. A intenção foi pôr em relevo, a partir de um esforço de interpretação, as configurações que constroem e expor a complexidade do tema a fim de abrir o debate.

Têm-se, assim, ângulos diferentes de análise em que se formam diferentes figuras e, principalmente, expõem-se diversos aspectos da temática, consequentemente desvelando-a, senão em sua totalidade, pelo menos em várias de suas múltiplas faces. Constatou-se que há semelhanças e variações nos posicionamentos dos(as) autores(as), mas todas revelam-se promissoras no estudo da temática.

Conclui-se que as formulações são relevantes, na atualidade, para se repensar as relações entre codependência emocional, sexualidade e saúde da mulher, inclusive no que diz respeito às reflexões sobre o tratamento das “mulheres que amam demais”.

Desse modo, o concurso de várias perspectivas de análise ou a admissão de que nenhuma delas é capaz de, por si só, abarcar todos os aspectos, enriquece o estudo e favorece a apreensão de sua complexidade.

Referências

ALBUQUERQUE, R. M. M. Quem é essa mulher? Análise das representações femininas nos manuais de autoajuda. *XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-ALAS BRASIL, GRUPO DE TRABALHO 03 - Sociologia e antropologia das emoções*. Teresina-PI: UFPI, 2012, p. 1-21.

ALBUQUERQUE, V. F. S.; TOURINHO, N. de A. Codependência Amorosa: Um Estudo Cognitivo-Comportamental Focado nos Esquemas. In: ALBUQUERQUE, V. F. S. (Org). *Saúde Mental em Perspectiva: Ensaio sobre a Psicopatologia e o Cuidar*. Primeira Edição. São Paulo: Perse, 2013. P. 45-85.

BALLARIN, M. L. G. S.; FERIGATO, S. H.; CARVALHO, F. B. Serviços de atenção à saúde mental: reflexões sobre os desafios da atenção integral à saúde da mulher. *Revista O Mundo da Saúde*. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, v. 32, n. 4, p. 511-518, out./dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Relatório final da 14ª Conferência Nacional de Saúde: todos usam o SUS; SUS na seguridade social; Política pública, patrimônio do povo brasileiro*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

CASTRO, T. P. O trabalho emocional das lobas: autoajuda e subjetividade. 31º *Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs*, Seminário Temático 03: Antropologia das Emoções. Caxambu-MG: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade Estadual de Campinas, 2007, p. 1-25.

CÉSAR, M. R. de A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. *Revista Educar*. Curitiba: Editora UFPR, n. 35, p. 37-51, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a04.pdf>> Acesso em: 12 set. 2011.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: CEPESC Editora, n. 14(1), p. 41-65, 2004.

CONFORTIN, H. Discurso e Gênero: a mulher em foco. In: GHILARD-LUCENA, M. I. (Org). *Representações do feminino*. Campinas, SP: Editora Átomo, 2003.

CORRÊA, M. V. Sexo, Sexualidade e Diferença Sexual no Discurso Médico: Algumas Reflexões. In: LOYOLA, M. A. *A Sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 69-91.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. *Revista Antropologia em Primeira Mão*. Florianópolis: UFSC, p. 1-18, 1998.

HEILBORN, M. L. Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 40-59.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOCHSCHILD, A. R. *The Commercialization of intimate life: notes from home and work*. Berkeley, The University of California Press, 2003.

LINS, R. N. *A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências*. Ed. rev. e ampliada. 3. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2008.

MELLODY, P; MILLER, A; MILLER, J. K. *Enfrentando a codependência afetiva: o que é, como surge, como prejudica nossas vidas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1995.

MIOTO, R. C. T. A família como referência nas políticas públicas: dilemas e tendências. In: TRAD, Leny A. Bomfim (Org). *Família Contemporânea e Saúde: significados, práticas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, p. 51-66.

NORWOOD, R. *Mulheres que amam demais*. Tradução de Cristiane Perez Ribeiro. – São Paulo: Saraiva, 2010.

ROSA, L. C. dos S.; CAMPOS, R. T. O. Mental e classe social: CAPS, um serviço de classe e interclasses. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 114, p. 311-331, abr./jun. 2013.

_____. Etnia e gênero como variáveis sombra na saúde mental. *Revista Saúde em Debate*. Rio de Janeiro: CEBES, v. 36, n. 95, p. 648-656, out./dez. 2012.

RUSSEL, B. *O casamento e a moral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

SARACENO, B. *Manual de saúde mental*. São Paulo: Hucitec, 1994.

REFLEXÕES SOBRE CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADES NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Autor; Danilo Araujo de Oliveira
Mestrando em Educação – Universidade Federal de Sergipe
danilodinamarques@hotmail.com;

Co-autor: Alfrâncio Ferreira Dias
*Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade
Federal de Sergipe. Pesquisador do NEPIMG*
diasalfrancio@hotmail.com

Resumo: Esse texto, trata-se de um recorte de uma pesquisa de Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Analisamos o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual “17 de Março” apresentando resultados da análise em articulação com as entrevistas com xs professorxs. Além da análise do PPP, foram feitas 19 entrevistas (com 14 mulheres e 5 homens), adotamos um posicionamento pós-crítico, inspirados na análise de discurso foucaultiana. Revela-se que as construções de gênero, corpo e sexualidade estão superficiais em um documento tão importante para a escola. A partir dos discursos que atravessam os enunciados dxs docentes percebe-se ainda há contradições quando é pensado do que realmente se trata esse documento e de sua importância para a escola, outros denunciam seus distanciamentos e desconhecimento sobre o Projeto, acentuando ainda mais essa necessidade de proporcionar espaços reflexivos e críticos, o que tem dificultado a inclusão das temáticas no instrumento.

Palavras-chave: Corpo, Gênero, Sexualidades, Projeto Político Pedagógico.

Introdução

Esse texto, trata-se de um recorte de uma pesquisa de Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, analisamos o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual “17 de Março” apresentando resultados da análise em articulação com excertos das entrevistas com xs professorxs, mostrando os discursos que aparecem para justificar os resultados encontrados. A análise do documento, que ocorreu cronologicamente, antes das entrevistas foi positiva, gerou um tema para discussão com xs docentes, podemos perceber como se dar a introdução da perspectiva de corpo, gênero e sexualidades para além do PPP.

Antes de dar continuidade informamos que fizemos uso do x em todo o texto apresentado, adotando uma perspectiva desconstrucionista de gênero na linguagem, indo de encontro a uma gramática universalista que elege o homem na escrita e coloca à margem a diversidade de construções das identidades que perfazem as sexualidades.

Metodologia

Adotamos um posicionamento pós-crítico (HALL, 1997; PARAÍSO, 2012; SILVA, 1999), considerando as contribuições que essa metodologia tem dado para questionar as práticas escolares, propondo a dúvida e novas formas de pensar os espaços formais pedagógicos, interrogando os currículos, problematizando o cotidiano e as formas de fazer educação em tempos que mudanças significativas em nosso tempo interferem na forma de nos percebermos e perceber o outro em um movimento de constante processos de construção e reconstrução de identidades que atestam para existência do diferente que fazem a sala de aula e seus contornos.

Nos inspiramos nas abordagens de Análise do Discurso propostas por Foucault (1986), ainda que a Análise de Discurso represente um labirinto em que a busca pela saída represente muitas vezes uma incógnita, buscamos nos aprofundar nesse labirinto para refletir sobre o objeto de pesquisa, procurando dar cada passo entrelaçando a outras teorias metodológicas que acreditamos que pudesse contribuir para fundamentar e refletir sobre o objeto de pesquisa atrelados as principais contribuições teóricas em corpo, gênero e sexualidade. Entrelaçando as contribuições da pesquisa qualitativa que sem dúvida faz uso e tem aspectos que se fundamentam no uso da linguagem pois há uma construção

de linguagem que perpassa o sujeito. Aproximamos os estudos pós-críticos para refletir e desconstruir as várias formas de produção do discurso no/do sujeito. Partimos da perspectiva de que haverá sempre novos recortes a serem feitos, novas contribuições na busca por fazer refletir sobre as posições que assumimos na sociedade. Acreditando assim, que se trata de uma bricolagem de entrecruzamentos de teorias que numa lógica de interdiscurso promovem o conhecimento e podem contribuir para as pesquisas em educação em um mundo pós-moderno que diversas identidades perfazem o fazer do sujeito, que são investidos por produções de verdades sobre si, sobre seus corpos, gênero e sexualidades, a qual nesse texto propomos manter uma atitude de questionamento e desconstrução.

Nesse sentido, cabe questionar: Como as abordagens de corpo, gênero e sexualidades estão postas no Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual “17 de Março”? Qual o lugar dessas temáticas nos objetivos, metas e metodologias nesse instrumento? Arelado a essas questões, procuramos trazer os discursos presentes nas percepções dxs docentes diante dos dados encontrados no documento.

Para preservar a identidade dos participantes, optamos por utilizar nomes fictícios. Participaram da entrevista 14 mulheres e 5 homens, as mulheres com idade entre 35 e 66 anos e tempo de exercício no campo de pesquisa entre 3 e 28 anos; os homens entre 27 e 49 anos de idade, e tempo de exercício no campo de pesquisa entre 2 e 16 anos. Entre todxs xs participantes, uma professora tem pós-graduação stricto sensu, este mestrado em educação concluído, uma outra está com mestrado em letras em andamento e xs demais afirmaram ter especialização, apenas uma docente que não tem.

As temáticas no documento

A concepção de currículo aqui adotada é um importante parâmetro para compreender as ideias que apontamos nesse trabalho. Nesse sentido faz-se necessário partir a discussão desse ponto, compreendendo o currículo como instrumento pedagógico, político, que tem uma construção histórica, cultural e linguística, em um campo tenso de relações de poder. O currículo é muito mais que uma listagem de conteúdos escolares, não é ingênuo ou natural, pode criar, reproduzir ou questionar identidades, existe em função de um objetivo primário, mas isso não quer dizer que ainda assim seja impossível extrapolar esses objetivos.

Para além dessas compreensões, é importante reforçar que o currículo escolar abrange a rotina, está no mural da escola, nos banheiros, nas atividades que são programadas/desenvolvidas, está no regimento escolar e também no Projeto Político Pedagógico, esse último em que centraremos nossa análise no momento. O Projeto Político-Pedagógico é referente aos anos 2014/2016, reelaborado após a troca de direção da escola, em janeiro de 2014.

Logo na contracapa em destaque há o registro de uma frase de Paulo Freire:

Planejar a prática significa ter uma ideia clara dos objetivos que queremos alcançar com ela. Significa ter um conhecimento das condições em que vamos atuar, dos instrumentos e dos meios que dispomos. Planejar a prática significa também saber com quem contamos para executá-la (FREIRE, apud COLÉGIO ESTADUAL 17 DE MARÇO, 2014, p. 2).

A frase ilustrativa do Projeto revela o cerne do documento escolar como uma proposta de ação de rompimento com o presente, ainda que isso signifique sair da zona de conforto, numa proposta de risco e aposta em novos rumos. Logo após a identificação do colégio, da equipe diretiva e do corpo docente, na apresentação a instituição revela sua concepção de PPP:

O Projeto Político Pedagógico representa para a Escola a sua organização administrativa, financeira e pedagógica que norteia suas atividades pedagógicas de forma a dar um rumo na resolução dos seus problemas educacionais, de infraestrutura, recursos humanos e materiais, na busca de uma melhoria no processo de ensino-aprendizagem (COLÉGIO ESTADUAL 17 DE MARÇO, 2014, p. 7).

Percebe-se, dessa forma, que o instrumento conduz a escola em questões materiais que envolvem estrutura física, condições para oferecer espaços para uma educação de qualidade, recursos lúdicos e tecnológicos, materiais que auxiliem o professor na sala de aula, fontes financeiras para manter seu funcionamento, ele também é subjetivo, pois, além de conduzir o trabalho organizacional, administrativo, financeiro ele também é pedagógico, direcionando o processo de ensino e aprendizagem. Daí a importância de incluir em sua concepção conduções que contemplem nas práticas ações que possam ir de encontro a um discurso que hierarquize e marginalize xs envolvidosxs no

processo, reconhecendo o espaço escolar como um espaço de vivência democrática que todxs tenham voz, desfazendo os estereótipos que permeiam a prática pedagógica.

No tópico Pressupostos Teóricos, estão expostos os princípios em que o trabalho pedagógico será baseado, no qual se destaca: “Incentivar o aluno a pensar e se expressar livremente, preservando as defesas de interesse público” (COLÉGIO ESTADUAL 17 DE MARÇO, 2014, p. 08). Mesmo trazendo a subjetividade da liberdade na expressão do aluno, percebe-se que há um limite quando, após a vírgula, ela traz o vocábulo “preservando”; convém então questionar: Que interesse público é esse? É o padrão cultural? São os discursos que a sociedade naturaliza?

A escola define como objetivo geral: “[...] proporcionar mudanças na Escola de forma que a mesma deixe de ser burocrata, tendo como fim à aprendizagem dos seus alunos, desenvolvendo neles, seu espírito crítico, participativo, criativo, tornando-o um cidadão ativo no seu meio” (COLÉGIO ESTADUAL 17 DE MARÇO, 2014, p 10). Essa concepção reflete que a instituição percebe x alunx como atuante e não como simples recebedor de conteúdo, pode-se considerar que essa percepção é positiva, pois x próprix alunx pode questionar práticas transgressoras que a escola possa exercer, diante de uma construção cultural a que ela está submetida como dispositivo de sexualidade do estado na reprodução de ideais que inviabilizam a pluralidade. O colégio reforça sua intenção nas metas de atuação e apresenta sua prioridade: “[...] promover mudanças através de palestras, reuniões, debates e pesquisa” (COLÉGIO ESTADUAL 17 DE MARÇO, 2014, p 10).

Já na metodologia, no primeiro parágrafo do texto lê-se:

Na realidade atual, onde as pessoas estão acostumadas a conviver com a miséria e a exclusão social, cabe à escola, formadora de opiniões do cidadão do terceiro milênio, a tarefa de buscar as formas de construir uma sociedade de todos, onde a exclusão e a desigualdade sejam substituídas pela justiça e pela igualdade de oportunidades (COLÉGIO ESTADUAL 17 DE MARÇO, 2014, p. 7).

Mesmo que a escola mostre-se aberta, de forma geral, em algumas instituições ainda há um processo de exclusão, que embora sejam um espaço de socialização, os lugares são predeterminados pela rotina escolar em que

características masculinas e femininas são priorizadas na prática, vinculadas a um processo normativo de escolarização dos corpos.

Embora se perceba o trabalho de socialização desenvolvido no cotidiano das instituições escolares, este é constituído de um processo de “doutrinação” do espaço/tempo pensado para atender as características masculinas e femininas dos sujeitos que constituem o cotidiano escolar. Formas de comportamento corporais, conteúdos disciplinares, currículos e linguagens nas práticas escolares permitem um controle no processo de escolarização, ditos como naturais (DIAS, 2014, p. 65).

Na contramão dessa pedagogia que a escola deve assumir sua posição como um espaço coletivo, sua condição de espaço público de embate dos problemas sociais, de acolhimento aos vulneráveis e aos marginalizados e promoção do respeito à diversidade.

O destaque dado pela escola ao seu projeto mencionado na metodologia pode indicar um avanço mesmo que de forma superficial favorecendo um aprofundamento de uma política de enfrentamento considerando a abordagem de gênero, das identidades sexuais, das minorias, na “igualdade de oportunidades” em que a instituição se percebe como um espaço apropriado para essa ação. Por esse motivo é uma discussão tão presente e necessária no contexto escolar, diante das diversas formas que a escola age na formação de indivíduos, como problematizadora do conhecimento e, logo, como um espaço de experiências significativas.

No quesito Visão Estratégica, a escola destaca como seus valores a participação, igualdade, transparência, integração, a sua missão e visão de futuro. Nesse ponto iremos destacar a noção de igualdade relatada que “[...] todos somos iguais, não há distinção deste ou daquele, independente da formatura e cargo que ocupa” (COLÉGIO ESTADUAL 17 DE MARÇO, 2010, p. 16). É possível reconhecer uma visão liberal e reducionista de igualdade e esse discurso não corresponde mais aos anseios das políticas pós-críticas, ela é “rejeitada por fazer apelo a uma essência, a um elemento transcendente, a uma característica fora da sociedade e da história” (SILVA, 1999, p. 87). Compreende-se a existência da diferença e como os processos linguísticos e discursivos agem sobre ela através das relações de poder.

não se discute na escola. Quando se discute currículo na escola, se confunde com grade curricular. A concepção de currículo é outra concepção. É que perpassa pela concepção de educação, perpassa pela percepção de formação humana, de sujeito, dessas abordagens, que envolve sujeito sobre essas questões de diferenças (Professora Ana).

A retirada do termo político pode incitar algumas dúvidas, considerando que a linguagem vai além das descrições, demarcando espaços e produzindo efeitos. Além disso, é necessário pontuar que os termos político e pedagógico são intrínsecos no PPP, pois “o pedagógico define as ações educativas necessárias para cumprir as intenções estabelecidas. O político é revestido de intencionalidade” (RICHARTZ; SANTAMA, 2015, p. 696). A modificação do termo, ainda que se passe despercebida por alguns/x professorxs é entendida para outras como uma mudança significativa e chama atenção para a urgência de trazer para a escola discussões que alertem xs professorxs para suspeitar dos essencialismos e das naturalizações que essas mudanças por vezes tentem passar. Ao compreender que os signos linguísticos funcionam para além de nomear as coisas, mas para dar significados e produzir verdades sobre o que se nomeia, o apagamento do termo política na nomenclatura do documento passa a ser percebido com um olhar de questionamento e busca por interpretação dos sentidos que se quer alcançar com a mudança. Esses estranhamentos que surgiram nos enunciados destacados podem significar avanços para se perceber como os mecanismos de poder tentam agir silenciosamente nas escolas na produção de subjetividades, o Projeto Político Pedagógico é um lugar atravessado de disputas e interdições, é um marco das micropolíticas que estão em funcionamento constante nas escolas.

De acordo com essas considerações e como exercício de contrapoder optamos por continuar com a nomenclatura que confere ao documento o sentido político, além disso no documento cedido para análise pela escola ainda não haviam alterações.

Foi a partir da proposição destacada no documento de articulação entre teoria e prática e diante das temáticas em análise do presente trabalho que consideramos importante compreender como isso de fato acontecia, o que acabou gerando um dos tópicos de análise dos enunciados, definido como teoria e prática.

Como eu disse no início dessa entrevista de hoje, eu acredito na prática, então não adianta você passar, horas, dias, semanas de planejamento de projeto político pedagógico se no dia a dia, aquilo é ignorado por completo. Eu, Aline, vou dizer uma coisa agora, eu estou cansada, de saco cheio de teorias pedagógicas, não aguento mais esse tipo de discussão que não leva a nada, eu discuto práticas pedagógicas, então P P P P P P P P P P... DA VIDA... pra mim é uma teoria, aquilo ali é para inglês ver, as pessoas escrevem aquilo ali, porque são obrigados, exigem que a escola tenha. Mas ninguém dá a menor bola, ninguém está nem aí. Ninguém está preocupado nem em ler o que escreveu ou o que alguém escreveu (Professora Aline).

De fato teoria e prática são elementos importantes no trabalho docente, a começar a se pensar que historicamente essa ação é constantemente condicionada, hierarquizada ou mesmo problematizada. Articula-se de forma diferente a exposição de conteúdo, preparação de aula, posicionamento docente de acordo com a vertente que x professor/x escolhe para orientar-se, então teoria e prática elas são entrelaçamentos, mesmo que por vezes estejam desconhecidas de quem as pratica. Quando no enunciado surge essa ambivalência entre teoria e prática para responder o questionamento da fragilidade/ocultamento das temáticas de corpo, gênero e sexualidade, a justificativa pautada de que mesmo que no documento estivesse explicitado que a escola se preocupava com essas questões, essas temáticas são de fato ignoradas no dia a dia, pode estar vinculado ao fato da necessidade da professora que as temáticas fossem verbalizadas, mas partimos do pressuposto que essas questões estão fortemente demarcadas e negociadas no currículo real e oculto, onde fronteiras são estabelecidas, espaços são demarcados, os corpos são constantemente vigiados e ensinados, sujeitos são construídos diariamente.

Fischer (2001, p. 205) afirma que “a realidade se caracteriza antes de tudo por ser belicosa, atravessada por lutas em torno de imposição de sentidos”, as considerações sobre o distanciamento entre teoria e prática do enunciado citado anteriormente, reflete como unidade discursiva, pois os demais enunciados pelos docentes corrobora com a reflexão proposta pela professora. Muitos professorxs não conhecem o documento da escola, quando são chamados para a discussão dão prioridades a outros compromissos, outros professorxs afirmam que nunca foram convidados para interferir em reformulações e que essa

prática de discussão em reunião pedagógica sobre o PPP não é uma realidade deles, isso pode ser porque o sentido atribuído ao documento é de que ele não é representativo para a unidade escolar, bem como os momentos de discussão para repensar as práticas.

Você perguntar assim: Você já viu esse documento? Eu nunca vi. Eu nunca li, eu nunca discuti, então eu não posso lhe dizer nada sobre o PPP porque eu não tenho conhecimento dele. Então discutir o PPP é algo que deveria ser discutido permanentemente e em reunião pedagógicas e da escola, mas infelizmente não é bem assim que acontece. Então eu não conheço o PPP dessa escola (Professor Paulo).

Pra ser sincero, eu nunca vi o projeto político aqui da escola e de nenhuma escola que eu trabalhei. Algumas até pedi pra me entregar depois e nunca me entregaram (Professor Félix).

Então o que se percebe é que há uma disparidade entre a proposta de como deve funcionar o PPP e como ele realmente acontece, dessa forma ainda que as temáticas estejam presentes no currículo real e oculto elas não estarão registradas no documento e criam-se barreiras para pensar/refletir estratégias e políticas na escola voltadas para atividades que contemplem o processo formativo, tanto dxs docentes como dxs alunxs e de toda a comunidade.

Sabe-se que os discursos constituem o sujeito, produzindo os “[...] lugares a partir dos quais os sujeitos podem se posicionar [...]” (WOODWARD, 2000, p. 17) e as formas como ele deve se comportar de acordo com padrões instituídos de forma biológica. E a escola reflete e reproduz isso em seu discurso, normatizando os corpos a partir dessa determinação sexista. De acordo com Reis e Paraíso “[...] nessa produção das posições dos sujeitos pelos discursos, algumas são constituídas como normais e inteligíveis e outras não (...) a partir de padrões estabelecidos culturalmente”. (REIS; PARAÍSO, 2014, pp. 239-240). Isso se reflete também em alguns excertos que serão destacados aqui, em que algumas disciplinas e discursos são autorizados a falar sobre corpo, gênero e sexualidade na escola:

Aí no Currículo da escola não está, aí caberia ser colocado, pra que houvessem determinadas aulas né? As disciplinas abordassem, é como eu disse, a gente aborda assim quando eles perguntam.

Como o professor de História comentava mesmo que elas fazem cada pergunta... Aí ele respondia. Tem o professor Anderson que é de Educação Física, quando se estuda anatomia né? Na Educação Física aí fazem perguntas, ele explica, então é assim quando eles perguntam pra gente, a gente vai explicando, mas no currículo da escola, realmente a gente não está nem por dentro mesmo (Professora Sandra).

No PPP? Tem a falta né? Então aí seria a preparação, a instrução né? Então aqui eu acredito que não temos professor preparado o suficiente, pelo menos eu não me sinto preparado pelo menos pra está fazendo a inclusão de temas como esse. Entendeu? Mas acredito que cada área cabe um pouquinho, o pessoal da química, da biologia, sociologia, cada um pode tá contribuindo de uma certa parte. Agora pra isso precisa de um pouquinho mais de instrução para que possa (Professor Ricardo).

Você verificou uma falha? Existe realmente essa falha, mas que é difícil para uma direção de um colégio, resolver essa falha, porque isso teria que ser resolvido lá em cima, na Secretaria, ou então mais acima da Secretaria, no Ministério, não agora é obrigado agora ter um psicólogo, é obrigado a ter um, tudo que... um sexólogo. Alguma coisa. Mas se nós não temos nem porteiro que é uma coisa bem fácil que um psicólogo, bem mais barato um salário de um porteiro, do que um psicólogo (Professora Sônia).

Logo no primeiro enunciado percebe-se que os conhecimentos fundamentais que a anatomia é que detém o poder de verdade sobre os nossos corpos é reproduzido pela professora, quando esta acredita que o professor de Educação Física da escola está mais apto para falar sobre o assunto pois no currículo da graduação de educador físico aparece a anatomia. O discurso da sexualidade aparece como rarefeito para o professor de Educação Física pois este recorre ao discurso biológico, podendo falar das temáticas ao ponto que os demais não podem, pois convencionou-se como verdadeiro o que esse discurso diz e então somente este pode ser reproduzido também na escola. A formação discursiva da anatomia é pautada no discurso biológico que estuda a estrutura do corpo está em relação com a medicina, que historicamente de acordo com estudos de Michel Foucault desempenhou um importante papel em nossa sociedade “a pretexto de dizer a verdade, em todo lado provocava medos; atribuía às

menores oscilações da sexualidade uma dinastia imaginária de males fadados a repercutirem sobre as gerações” (2014, p. 60), fez uso de suas formações para fundamentar os conhecimentos e inserir na mente e no corpo regimes de verdades para controlar as sociedades de outras épocas mas que apresentam resquícios vivos na sociedade atual, como bem atravessa o enunciado da professora Sandra e do professor Ricardo.

Trazemos para essa discussão também como o discurso biológico fundamentou e hierarquizou comportamentos, elegendo alguns enunciados como mais verdadeiros e viabilizando a reprodução na sociedade, fundamentados em uma lógica que coerentemente e em sequência apresenta sexo anatômico, gênero e desejo. Simone de Beauvoir no livro *O segundo Sexo, Fatos e Mitos*, traz minuciosamente alguns excertos da biologia que sustentam uma verdade inventada sobre a mulher, como o outro e como frágil. Desde os processos de fecundação que já designa o papel de passividade feminina e atividade masculina (BEAUVOIR, 1970)¹ que é desconstruída pelos próprios estudos mas inviabilizada pelos preconceitos já fortemente instituídos, alinhando pelo terreno da gravidez, aleitamento e a menopausa que projetou no corpo feminino uma passividade que interferiu para ela fronteiras na sociedade. Além disso, outros discursos são silenciados pela própria biologia, produzindo estranhamentos, abjeção em nossa cultura, ao passo que podemos perceber que há um projeto de gênero autorizado e instituído, como a instituição da heterossexualidade como norma:

Mesmo nas espécies em que a divisão sexual é mais marcada, há indivíduos que são machos e fêmeos a um tempo. Os casos de intersexualidade são numerosos nos animais e mesmo no homem e encontram-se, nas borboletas, nos crustáceos, exemplos de ginandromorfismo em que os caracteres masculinos e femininos se justapõem numa espécie de mosaico (BEAUVOIR, 1970, p. 36).

Todos esses apontamentos são trazidos no sentido de mostrar que ainda que o discurso biológico circule e fundamente alguns comportamentos como

1 Pensa-se hoje que, segundo a espécie, é o gameta masculino ou o feminino que decide da determinação do sexo (...). Há portanto dois preconceitos muito comuns que — pelo menos nesse nível biológico fundamental — se evidenciam falsos: o primeiro é o da passividade da fêmea; a faísca viva não se acha encerrada em nenhum dos dois gametas: desprende-se do encontro deles. O núcleo do óvulo é um princípio vital exatamente simétrico ao do espermatozoide (p. 32).

padrões na sociedade, a biologia não é um destino, somos constantemente educadxs e normatizadxs, tentam fabricar uma sexualidade binária que acaba por excluir corpos que não se encaixam nesses espaços ou que não se encaixam em nenhum outro, permanecendo entre fronteiras e questionando o que parecia óbvio. Infelizmente o ensino em algumas escolas, quando pensa-se em falar em corpo, gênero ou sexualidade é vinculado a um discurso anatômico como apareceu na fala da professora Sandra, isso é preocupante pois essas discussões limitam-se ao ensino do aparelho reprodutor, processos de reprodução, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência e essa educação é resultado de uma exigência curricular do ensino de ciências e biologia que acaba deixando de lado os aspectos culturais de construção de identidade, preconceito e discriminação das discussões.

Isso revela o despreparo dos envolvidos na construção do Projeto Político Pedagógico, diante de uma formação discriminadora que não têm contemplado o discurso de corpo, gênero e sexualidade em seu currículo. Como é destacado no enunciado seguinte:

No PPP? Tem a falta né? Então aí seria a preparação, a instrução né? Então aqui eu acredito que não temos professor preparado o suficiente, pelo menos eu não me sinto preparado pelo menos pra está fazendo a inclusão de temas como esse. Entendeu? (Professor Ricardo).

A não familiaridade com as temáticas é trazida à tona, como justificativa para uma inserção frágil e limitada no PPP e o enfrentamento dessas questões. A ausência das temáticas de corpo, gênero e sexualidades no currículo dos cursos de formação de professorxs, podem torná-los despreparados e desinformados sobre as temáticas, além disso, problemas podem se agravar à medida que não há uma procura na formação continuada.

Nesse sentido que outras professoras conferem que a fragilidade da inclusão no PPP, podem ser minimizadas com projetos e convites para pessoas que estejam habilitadas para falar sobre o assunto:

Eu não tenho a dizer, eu tenho a exigir, porque eu acho que deveria ter essa questão, que fosse uma coisa assim, nem que fosse durante um mês né? Levar texto, procurasse esses meninos para abrir mais a mente deles. E até questão de orientação, trouxesse

gente de fora, pra dar palestras, é o que está faltando nas escolas (Professora Lourdes).

Olhe, veja bem, há uma possibilidade muito grande aqui na escola da gente desenvolver aqui um projeto. A partir do momento também que muitos professores não têm tempo o suficiente para se dedicar porque muitos estão em outras escolas (Professora Priscila).

A falta de formação docente ainda gera movimentos como esses citados pelas professoras acima, que recorrem a projetos para suprir a deficiência que a escola tem no contato com as temáticas. Não que esses momentos não sejam importantes para a escola, eles colaboram para a discussão e são convidativos para escapar das aulas expositivas e trazer outras formas de aprendizagem para os agentes escolares, mas o que é preocupante é que por trás dessas afirmações estejam o comodismo de que xs professorxs não podem inserir esses assuntos no PPP ou falar sobre esses assuntos em consequência de uma formação que não os tornaram próximos das temáticas de corpo, gênero e sexualidade.

Conclusões (ou para pensar mais...)

A partir de uma dedicada análise do documento, revela-se que as construções de gênero, corpo e sexualidade estão ausentes em um documento tão importante para a escola, mostrando que há muito que avançar na reformulação do direcionamento das práticas que priorizem uma formação para a diversidade.

A partir dos discursos que atravessam os enunciados dos docentes percebe-se que alguns/mas professorxs revelam que ainda há contradições quando é pensado do que realmente se trata esse documento e de sua importância para a escola, outros denunciam seus distanciamentos e desconhecimento sobre o Projeto, acentuando ainda mais essa necessidade de proporcionar espaços reflexivos e críticos para se pensar a inclusão da temáticas e o próprio documento.

É necessário que o currículo escolar possa destacar e dar visibilidade à equidade de gênero, aos grupos socialmente marginalizados e às mulheres, através da inserção desses aspectos nos objetivos que norteiam e direcionam as ações pedagógicas que desejam formar cidadãos/x para uma educação em sexualidade e gênero.

Partindo-se do pressuposto que o Projeto Político Pedagógico é de construção coletiva e que todos os agentes sociais têm direito a participar e conhecer

o documento, interferindo e reformulando constantemente, infere-se que é importante que espaços dialógicos sejam proporcionados pela instituição escolar afim de que todos tenham a oportunidade de sugerir inclusão de temas e até mesmo que reflitam sobre a importância que ele exerce para a escola.

Referências

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A 1997.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. (Org.) MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

DIAS, A. F. **Representações sociais de Gênero no trabalho docente: sentidos e significados atribuídos ao trabalho e a qualificação**. 1ª ed. Vitória da Conquista/BA: EDUESB, 2014.

FISCHER, R. M. B. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 197-223, novembro/2001.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**. A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 1ª Ed. – São Paulo, Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

REIS, C. d'Ávila; PARAISO, M. A. **Normas de gênero em um currículo escolar: a produção dicotômica de corpos e posições de sujeito meninos-alunos**. Estudos Feministas, v. 22, n.1, pp. 237-256, 2014.

RICHARTZ, T. SANTANA, Z. **Formação de professores: A diversidade sexual e de gênero no projeto político pedagógico**. In: SEFFNER, Fernando. CAETANO, Marcio

Discurso (Orgs.) Discursos e contra-discursos latino-americanos sobre a diversidade sexual e de gênero. Editora da Furg. Rio Grande, 2016

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 7. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

ENFERMEIRAS E TRAVESTIS: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Ester Mascarenhas Oliveira
estermascarenhas@gmail.com

Jeane Freitas de Oliveira
jeane.foliveira@outlook.com

Cleuma Santos Suto
cleuma.suto@yahoo.com.br

Carlos Alberto Porcino
carlosporcino@ig.com.br

Milena Vaz Sampaio Santos
milenavaz90@hotmail.com
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem
Universidade Federal da Bahia

Resumo: Travesti é uma forma de expressão de identidade de gênero pautada principalmente no feminino. Enfermeira(o)s são profissionais que atuam nos diversos níveis de atenção da saúde e sua prática profissional envolve ampla dedicação de tempo e atenção ao acolhimento e cuidado a usuárias(os). Esta pesquisa foi desenvolvida tendo com o objetivo de ‘Conhecer as representações sociais de enfermeiras sobre as travestis’. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada na Teoria das Representações Sociais, desenvolvida com 110 enfermeiras (os) discentes da pós-graduação, maiores de 18 anos, matriculadas na Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia(UFBA), no semestre de 2015.1. As participantes foram submetidas ao teste de associação livre de palavras (TALP), composto pelo estímulo: “Travesti”. Os dados empíricos foram organizados e processados pelo software *Iramuteq* possibilitando a caracterização estrutural das representações sociais. As normas da Resolução 466/12 foram atendidas em todas

as etapas da pesquisa. O estudo evidenciou representações sociais de enfermeiras como associadas intimamente ao preconceito sofrido pelas travestis na sociedade, e outras evocações relacionadas a estrutura biológica, desconsiderando a complexidade de processos subjetivos envolvidos na travestilidade. Além disso, percebeu-se a inexistência de evocações relacionadas a saúde das travestis, reafirmando uma possível ausência desse segmento nos espaços e serviços de saúde.

Palavras-chave: Travesti, representações sociais, enfermagem, saúde.

Introdução

A pesquisa que ora se apresenta tem como temática a diversidade de identidades sexuais, com foco na travestilidade. Tal discussão é complexa e envolve questões de ordem social, cultural, moral, sexual e de gênero. Portanto, traz em torno de si preconceitos, estigmas, estereótipos que podem incidir sobre a saúde dessas pessoas.

Ainda hoje, a maioria das sociedades que compõem os diversos espaços geográficos é marcada pela binaridade de gênero e, qualquer vertente de expressão que se oponha a essa norma torna-se patologizada, excluída. Dentre a diversidade de identidades sexuais que foge dessa binaridade, estão as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, que compõem o segmento (LGBT).

De um modo bem simplista, travestis são pessoas biológica e cromossomicamente do sexo masculino, com identidade de gênero feminina. Com intenção de melhor adequarem seus corpos ao modo que sentem pertencerem, utilizam adereços correspondentes ao gênero feminino e, muitas vezes, modificam o corpo físico com uso de terapias hormonais, procedimentos cirúrgicos, e outros.

Vale ressaltar que nem toda travesti se sente ou reivindica ser vista e considerada como mulher. O feminino travesti é próprio e singular, pois dialoga com elementos que fazem referência à masculinidade.

Nesse processo, as travestis são consideradas socialmente desviantes perante a norma representada pela heteronormatividade. Logo, são alvo de preconceitos, estigmas e discriminação que geram vulnerabilidades para agravos sociais e de saúde. De acordo com dados da pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil”, realizada pela Fundação Perseu Abramo, apresentados por Ferraz e Kraiczuk (2010), 25% da população brasileira é homofóbica e 11 em cada 12 brasileiros concordam com a afirmação de que “Deus fez o homem e a mulher [com sexos diferentes] para que cumpram seu papel e tenham filhos.

Nesse contexto, pode-se inferir que agravos à saúde da população trans são determinados socialmente, em função das frequentes violações de direitos a que estão expostas estas cidadãs, a exemplo do não reconhecimento da identidade feminina nos serviços públicos que as afastam desses espaços (LIONÇO, 2009). A ausência de uma rede de apoio para as travestis, no que diz respeito às suas necessidades básicas e o despreparo da rede existente em atender essas pessoas, ilustram situações de desigualdades em diversos setores de saúde, profissionais e sociais (PERES, 2004). Essas questões, somadas à incipiência de debates acerca das identidades de gênero, sobretudo com relação às travestis, na academia, chamam atenção para um déficit importante na formação em saúde.

No que diz respeito à formação da enfermeira, estudo com concluintes do curso de graduação nesta área, considerou que a temática das identidades trans ainda representa uma lacuna no currículo das(os) futuras(os) profissionais, fato que torna urgente a necessidade de se ampliar o olhar para discutir questões relacionadas a esses segmentos (MOREIRA e GOMES, 2013).

Ademais, considera-se, apropriada a proposta de articular a Teoria das Representações Sociais (TRS), com a enfermagem. Esta teoria que está no campo da psicologia social, tem como principal expoente o francês Serge Moscovici e defende que as representações sociais são construídas nas relações, no cotidiano e vincula-se a valores, noções e práticas individuais que se manifestam através de estereótipos, sentimento e atitudes (MOSCOVICI, 2013).

Nesse sentido, consideramos relevante o estudo das representações sociais de enfermeiras sobre as travestis, já que esta categoria profissional compõe um grupo de pertencimento que compartilha elementos relacionados ao conhecimento, saberes, crenças, ideologias, considerados importantes para essa teoria e que podem influenciar nas ações de atenção e cuidado à saúde voltados a esse segmento. Nesse sentido, problematiza-se: Como enfermeiras representam as travestis? Partindo dessa indagação, objetivou-se conhecer as representações sociais de enfermeiras sobre as travestis.

Certamente, o desenvolvimento dessa pesquisa trará subsídios para a formação da enfermagem, qualificando a atenção à saúde voltada para a população de travestis e contribuindo para que as(os) enfermeiras(os) adquiram meios de adequarem suas ações às singularidades desse segmento.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com enfoque teórico metodológico na TRS. Optou-se, por investigar enfermeiras (os) discentes dos cursos de pós-graduação com atuação na docência e/ou assistência. Diante dessa especificação, definiu-se como locus de investigação a Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, localizada na Rua Basílio da Gama S/N, bairro do Canela, na cidade de Salvador – Bahia.

Deste modo, para integrar a pesquisa a(o)s participantes deveriam se enquadrar nos seguintes critérios de inclusão: estar matriculada em algum curso de pós-graduação, lato sensu ou stricto sensu da referida instituição, no período 2015.1.

Esta pesquisa, portanto, envolveu 110 enfermeiras matriculadas nos cursos lato sensu ou stricto sensu do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, no semestre 2015.1. No referido período, havia 136 discentes matriculadas, com idade acima de 18 anos. Não participaram da investigação as discentes em situação especial, como aquelas afastadas por licença maternidade e/ou que defenderam tese/dissertação no período de coleta.

Do total de participantes, a maioria (67) estava matriculada nos cursos stricto sensu, destas, 37(33.63%) no curso de mestrado e 30 (27.27%) no curso de doutorado, enquanto 43(39.09%) eram alunas regulares em cursos Lato Sensu, especialização/residência.

Quando questionadas sobre vínculo empregatício, 81 (73.63%) participantes afirmaram possuí-lo, enquanto 29 delas (26.37%) negaram qualquer tipo de relação trabalhista. Com relação à área de atuação profissional, a maioria das depoentes 36 (32.7%) refere atuar na assistência em saúde, 17(15,46%) na docência, 11(9,9%) na gestão, 18 (16.2%) na assistência e docência, enquanto 28 (25.2%) informantes afirmam não possuir área de atuação. Com relação a faixa etária, do total de informantes, 93(84,54%) apresentavam idade entre 25 à 35 anos, 11 (10%) tinham de 36 à 45 anos e (5%) destas referiram ter entre 46 à 55 anos. A maioria (83,7%) pertencia ao sexo feminino e a cor parda foi autodeclarada de forma majoritária por elas, portanto, do total das participantes, 53 (48.18%) se declararam pardas, 31 (28.18%) preta e 25 (21,81%) de cor branca. Do total das participantes, a maioria 44(40%) afirma professar religião de matriz católica, 21(19.09%) protestante, 21(19.09%) espírita, 18(16.36%) nega

ter religião, 3(2.72%) referem pertencer a outras religiões, 1(0.90%) candomblé e 2 (1.8%) não responderam essa parte do instrumento de pesquisa.

A coleta de dados se deu mediante a aplicação do Teste de Associação Livre de Palavras (TALP). Trata-se de uma técnica projetiva, inicialmente, desenvolvida pela psicologia clínica, sendo aplicada na psicologia social a partir dos anos 80, constituindo-se em uma estratégia que permite apreender de modo espontâneo e descontraído projeções mentais, conteúdos implícitos ou latentes que podem ser ocultados nos conteúdos discursivos (OLIVEIRA et al., 2005).

Esta técnica prevê que a pessoa entrevistada escreva ou verbalize todas as palavras lembradas a partir de um ou mais termos indutores. Para facilitar a coleta, familiarizamos cada participante com o método e, posteriormente, solicitamos que preenchesse o cabeçalho do instrumento de pesquisa onde constavam questões de aspectos sociais como raça/cor autodeclarada, estado civil, idade, etc. Na presente pesquisa solicitou-se que evocassem cinco palavras que viesse imediatamente à mente ao ouvir o seguinte estímulo indutor: 'travesti'. Em seguida, após evocarem as cinco palavras, solicitamos que justificasse, de forma escrita, a palavra mais importante.

As justificativas elaboradas pelas participantes compuseram o corpus que posteriormente foi organizado, processado e analisado pelo *software* Iramuteq.

Este *software* viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, até análises multivariadas, além de organizar a distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara, a exemplo da nuvem de palavras, utilizada no presente trabalho (CAMARGO, 2013).

A nuvem de palavras é considerada por Camargo (2013) como uma análise lexical mais simples, porém graficamente interessante, pois agrupa e organiza as palavras de acordo com o número de vezes que foi mencionada no texto, ou seja, as palavras com mais evocações surgem em tamanho maior e são dispostas no centro, as demais vão diminuindo de tamanho conforme as palavras são menos evocadas ou aparecem em menor frequência nos textos, distanciando do centro.

Ademais, para atender a Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre pesquisa com seres humanos, este projeto foi avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa designado pela Plataforma Brasil e, após parecer favorável, nº016227/2015 se deu o início da coleta dos dados (BRASIL 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na nuvem de palavras formada a partir do termo indutor “travesti”, as cognições mais frequentes foram: *travesti*, *preconceito*, *sociedade*, *homem*, *identidade*, *escolha*, *vida*, *sexual*, *sexo*.

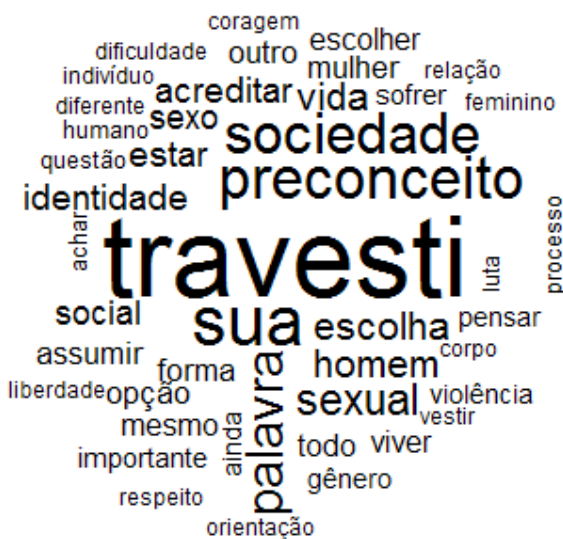


Figura 1. Nuvem de palavras – Representações sociais de Enfermeiras sobre as Travestis. Salvador, 2016.

O termo *travesti* surge como mais frequentemente proferido pelas enfermeiras participantes em referência à expressão “ser travesti é...” utilizada pelas mesmas ao justificar a cognição eleita como mais importante.

O termo *preconceito* largamente mencionado, é apontado pelas enfermeiras como uma realidade vivenciada amplamente pelas travestis nos diversos cenários de suas vidas. Esse preconceito, traduzido como homofobia, tem se configurado como objeto de agendas políticas governamentais bem como um, se não o principal enfoque de organizações da sociedade civil e da Política Nacional de Saúde LGBT, visando à redução das desigualdades e à consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Este termo como um dos principais elementos responsável por colocar em risco o direito dos (as) cidadãos (ãs), nesse caso, as travestis, e no que tange a saúde, também é responsável por afastá-las dos serviços essenciais (BRASIL, 2013).

O preconceito parece apresentar uma relação importante com as cognições *sociedade* e *vida*, também amplamente proferidas pelas participantes. Observando que os laços familiares, os valores morais presentes em nossas sociedades, concernente ao gênero e a religião, pode-se inferir que o preconceito assume um lugar central na vida das travestis.

Os aspectos que envolvem as identidades de gênero e sexualidades, são processos complexos, de certo modo cobrados socialmente, conjurando a heterossexualidade como modelo normativo único e constitutivo das subjetividades (SILVA, 2006). Nesta perspectiva, pessoas que contrariam essa normatividade estão mais susceptíveis ao preconceito, situação que parece se intensificar quando se trata de travestis, uma vez que estas não se encaixam nos modelos socialmente estabelecidos para homens e mulheres. De acordo com Venturi (2011), com base nos dados de pesquisa nacional envolvendo 150 municípios (pequenos, médios e grandes), das cinco macro-regiões do país (Sudeste, Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste), realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2008, 73% das pessoas acreditam que existe alto preconceito contra travestis.

O termo *homem* expressa a dificuldade das enfermeiras participantes da pesquisa em conceber a travesti como ela autorrefere. Essas representações podem estar amparadas no déficit de compreensão das participantes sobre identidade de gênero da travesti ou na partilha de crenças que circulam socialmente. É preciso compreender, que, desconsiderar a feminilidade da travesti se constitui como mais uma forma de exclusão, uma vez que lhes são atribuídas uma expressão que não condiz com sua identidade de gênero, tornando-se este mais um elemento que invisibiliza esse segmento. Contudo, uma parcela expressiva das enfermeiras participantes parece considerar a travesti como uma *identidade*, levando em consideração a dimensão humana, ética e subjetiva dessas pessoas. O termo identidade parece ir de encontro à cognição *escolha*, proferidas pelas enfermeiras que integram esse estudo, uma vez que a travestilidade não guarda relação com preferência, eleição, adoção de uma nova forma de ser e existir. A cognição *escolha* simboliza a compreensão sobre a necessidade de maior reconhecimento, igualdade social, liberdade e respeito às individualidades, embora ser travesti não trate de uma opção, de livre escolha, mas de uma condição complexa construída mediante elementos subjetivos. Desse modo, a composição da identidade travesti é produto da articulação de diversos processos identitários existentes na sociedade, formando uma “colcha de retalhos” própria da travestilidade (GARCIA. 2009).

As palavras *sexual* e *sexo* refletem que no imaginário da enfermeira participante a ligação entre a travesti e órgão sexual anatômico. Essa relação com a dimensão sexual dá pistas de uma condição de marginalização e preconceito vivenciados pelo segmento, limitando a travestilidade à mudanças apenas anatômicas.

Vale ressaltar, que mesmo nas evocações menos proferidas, as enfermeiras não fazem relação direta da travesti com a saúde. Isso pode ser explicado por meio do pouco ou nenhum contato das participantes em seu campo de atuação profissional, bem como pelo afastamento das travestis dos serviços básicos de saúde. Esse contato parece tornar-se mais presente em serviços de emergência, uma vez que são as unidades mais procuradas quando a situação de saúde se encontra agravada.

Torna-se visível a necessidade de ampliação do conhecimento do perfil desse público, bem como sensibilidade no atendimento, considerando a humanização, integralidade, universalidade do cuidado e acesso pleno aos serviços de saúde como qualquer outro(a) cidadão(ã).

Conclusões

As representações sociais de enfermeiras sobre as travestis encontram-se amparadas em crenças que circulam socialmente, evidenciando o preconceito como principal evocação associada as travestis.

Fica evidenciado na presente pesquisa, a dificuldade no entendimento sobre identidade de gênero e orientação sexual, representando a travestilidade como escolhas de vida, relacionadas ao sexo biológico, desconsiderando os aspectos subjetivos e complexos em que as travestis encontram-se envolvidas.

Percebe-se também, a ausência de elementos relacionados à saúde quando as enfermeiras são submetidas à reflexão sobre as travestis. Isso denota uma possível inexperiência de enfermeiras no que tange ao cuidado e contato com travestis ou um possível afastamento desse segmento dos serviços de saúde, uma vez que existe a possibilidade de constrangimento e situações de preconceito nesses locais.

Entendendo que as representações sobre um determinado objeto são responsáveis por influenciar nas ações de um grupo e modificar condutas, espera-se que os dados desta pesquisa contribuam para a reflexão sobre as práticas de enfermagem dedicadas às travestis, oferecendo-lhes a possibilidade

de desenvolver e implementar estratégias e ações de saúde que contemplem as individualidades, especificidades e necessidades dessas pessoas.

Faz-se necessário outras pesquisas relacionadas ao tema com o intuito de conhecer com maior profundidade e por meio de outras técnicas (projetivas e não projetivas), que possam subsidiar os estudos com enfoque nas representações sociais de enfermeiras sobre as travestis.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: 1. ed., 2013. 32 p. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf> Acesso em: 30 abr 2016.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html> Acesso em: 30 abr 2016.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. *Revista Temas em Psicologia*. V. 21, n.2, 513-518, 2013. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf> >Acesso em 30 abr 2016.

FERRAZ, Dulce; KRAICZYK, Juny. Gênero e Políticas Públicas de Saúde – construindo respostas para o enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS. *Revista de Psicologia da UNESP*. V.9, n.1, p. 70-82, 2010. Disponível em <<http://157.86.8.70:8080/certifica/handle/icict/13748>> Acesso em: 30 abr 2016.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Alguns aspectos da construção do gênero entre travestis de baixa renda. *Psicol. USP*, São Paulo, V. 20, n. 4, p. 597-618, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642009000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 abr 2016.

LIONÇO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saude soc.* [online]. v.17, n.2, p. 11-21, 2008. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/sau-soc/v17n2/03.pdf>> Acesso em: 30 abr 2016.

MOREIRA, Michele Araujo, GOMES Anne Jaqueline Mendes. Representações Sociais de Estudantes Concluintes de Enfermagem sobre Transexualidade. *Rev Enferm UFPE.* V.7, n.5, p.4378-88, 2013.

Moscovici S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes; 2013.

OLIVEIRA, D.C. MARQUES, S.C.GOMES A.M.T, TEIXEIRA, M.C.T.V, AMARAL, M.A. do Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais, In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes. et al (Org.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais.* João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, p. 573-603, 2005.

PERES, W. S. Travestis: subjetividades em construção permanente. In: UZIEL, A. P.; RIOS, L. F.; PARKER, R. G. *Construções da sexualidade: gênero, identidades e comportamento em tempos de aids.* Rio de Janeiro: Pallas, 2004, p.115-128.

VENTURI, G. Da construção dos dados à cultura da intolerância às diferenças. In: _____. In: BOKANY, V. (Orgs.). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 175-188.

SILVA, Sergio Gomes da. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicologia Ciência e Profissão.** V. 26, n.1, p. 118-131, 2006. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n1/v26n1a11.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

PERCEPÇÕES DE MENINOS E MENINAS DO ENSINO MÉDIO SOBRE APROXIMAÇÕES E TENSÕES ENTRE SEXUALIDADE E AS PRÁTICAS ESCOLARES

Evanilson Tavares de França

Secretaria de Estado da Educação/Sergipe (SEED/SE)
evanilson@gmail.com

Marcia Furlan de Almeida

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Secretaria de Estado da Educação/Sergipe (SEED/SE)
marciafurlan@gmail.com

Dilma de Jesus Goes

Secretaria de Estado da Educação/Sergipe (SEED/SE)
dilmagoes@hotmail.com

Rinaldo Santos Lima

Secretaria de Estado da Educação/Sergipe (SEED/SE)
rinaldors12@outlook.com

Edineia Tavares Lopes

Universidade Federal de Sergipe (UFS/SE)
edineia.ufs@gmail.com

Resumo

Falar sobre sexo e sexualidade, mesmo na educação formal, ainda representa um tabu resistente, embora as taxas de gravidezes precoces sejam alarmantes e os índices de jovens acometidos/as por doenças sexualmente transmissíveis, significativos. Por via disso, este artigo se propõe a desvelar as percepções de estudantes sobre sexo e sexualidade e as relações que eles e elas estabelecem com esses elementos. Para tanto, recorreremos a aplicação de questionário em duas turmas de Ensino Médio (2º e 3º anos) de uma escola pública localizada na capital sergipana (Aracaju). As análises iniciais dos dados revelam que: 1) embora ocorram variações, meninas e meninos se distanciam nos modos

como obtêm informações sobre as práticas sexuais e sexualidade; 2) os meninos iniciam suas relações sexuais em idade inferior à das meninas; 3) meninas e meninos concordam que eles devem iniciar primeiro as relações sexuais; 4) eles/as defendem que o espaço escolar deve trabalhar com profundidade as temáticas sexo e sexualidade, ainda que os dados revelem que na prática a escola não tem se convertido no principal meio de desenvolvimento da educação sexual. Nossa expectativa, portanto, transita pelas possibilidades de contribuir, também, com o debate escolar, apoiando-nos nas falas de adolescentes que tentam compreender-se e compreender as regras sociais que limitam, impedem, segregam, condenam; como também vislumbra a criação de espaços/tempos escolares para problematização de tais cerceamentos ao buscar modos outros de significação da sexualidade, dos gêneros e suas relações no âmbito das práticas socioculturais, entre elas as práticas sexuais de meninos e meninas.

Palavras-chave: sexualidade, práticas sexuais, percepções de estudantes.

Considerações Iniciais

Talvez possamos iniciar as reflexões deste tema a partir da compreensão de que as diferenças de gênero – e que variam em grupos sociais diferentes ou em um mesmo grupo, se analisados diacronicamente – não podem ser explicadas (ou pelo menos não deveriam) tomando-se por argumento uma naturalização de tais diferenças. Ainda que, do ponto de vista biológico, e considerando-se a fisiologia das genitálias, os indivíduos diferenciem-se, as distinções estabelecidas entre as pessoas, pautadas pelo gênero, encontram justificativa no social. E se entendermos que o social e o cultural se entrelaçam e, irmanados, definem os modos de ver, de fazer, de sentir, de se relacionar com o outro e de ser, concluiremos que os desenhos, regras e normatizações que estruturam as concepções e relações de gênero nascem da cultura e a ela retornam para alimentá-la.

Antes que sejamos atingidos por olhares apressados, capazes de concluir que nossa defesa transforma homens e mulheres em produtos (indivíduos determinados pelo contexto e incapazes de transformá-lo), gostaríamos de fazer duas adições. A primeira destina-se a reforçar que a relação entre os sujeitos e a cultura é dialógica e dialética: ao tempo em que homens e mulheres são artífices culturais, eles e elas também são alcançados pelos elementos constitutivos da cultura e que convergem para formá-los/as. Homens e mulheres fazem cultura enquanto a cultura os faz, como destaca França (2013).

Para trilhar pela segunda parcela, recorremos a Paulo Freire. Segundo o defensor da pedagogia emancipatória, não somos determinados/as pela história, mas por ela somos condicionados/as (FREIRE, 2000). A cabeça anda por onde os pés pisam, reforça Leonardo Boff (1997). É óbvio que, enquanto sujeitos culturais, tanto no sentido de produtor quanto de indivíduo engendrado numa teia de elementos que se cruzam, entrecruzam, descruzam, homens e mulheres transformam a cultura e ao fazê-lo transformam a si mesmos/as. E isto é fantástico por que desobjetificamos¹ os sujeitos e lhes asseguramos o seu lugar de direito: autor/a de sua própria história, ainda que a autoria requeira coautores/as e personagens diversos.

No concernente à sexualidade, Foucault (1988) demonstra como as concepções e comportamentos se transformam ao longo da história da humanidade. Segundo ele, no início do século XVII, “as práticas [sexuais] não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce”. Porém, ainda naquele século, inicia-se a Idade da Repressão, coincidindo com o desenvolvimento do capitalismo: “se o sexo é reprimido com tanto vigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa” (FOUCAULT, 1988, p. 11).

É óbvio que as ponderações do filósofo francês se aprofundam, buscando explicar as relações entre os modos de expressão da sexualidade e a conjuntura sociocultural vigente – estando aí inclusas, necessariamente, as relações econômicas. Sexo e sexualidade, e os modos como com eles lidamos, são abordados pelos ditames econômicos e os reverses do poder. Tais abordagens certamente justificam o silenciamento das escolas, quando se trata (também) de sexo e sexualidade, e os índices preocupantes de gravidezes precoces e de jovens acometidos por doenças sexualmente transmissíveis. Esta é a nossa próxima discussão, ainda que breve.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², a partir de incursões investigativas realizadas em 2012, 7,3% das brasileiras, na faixa etária de 15 a 18 anos, possuem pelo menos um filho – e os estados nordestinos se destacam nesse cenário (notadamente o Maranhão, o Ceará e a Paraíba). Noutra pesquisa, o IBGE revela que 28,7% dos brasileiros, que

1 Desobjetificar: retirar do indivíduo qualquer possibilidade de concebê-lo como objeto, assegurar o papel de sujeito que cabe a cada homem e a cada mulher.

2 Os dados foram obtidos no site <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2012/default_pdf_tabela_2_7.shtm> e acessado em 29 de abril de 2016.

curtam o 9º ano (Ensino Fundamental), já tiveram relação sexual pelo menos uma vez (o índice é maior entre os meninos: 40,1% para eles e 18,3% para elas). No Nordeste, esses índices alcançam 24,9%, sendo 39,7% para os meninos e 13,1% para as meninas. As investigações do instituto na capital sergipana (Aracaju) apontam que 28,3% dos escolares, que cursam o 9º ano do segundo nível da Educação Básica, também já têm vida sexual ativa: 36,7% dos meninos e 21,5% das meninas.

As descobertas do IBGE tornam-se ainda mais graves quando o instituto declara que, dentre os/as escolares que já mantiveram alguma relação sexual, 24,7% (Brasil), 26,0% (Nordeste), 28,7% (Aracaju) não fizeram uso de preservativo na última relação sexual, mesmo que as escolas deles e delas tenham oferecido orientação sexual, como confessam 82,9% dos/as escolares brasileiros/as, 84,5% dos/as nordestinos/as e 82,4% dos/as sergipanos/as.

Se assim o é, porque as crianças e adolescentes continuam realizando práticas sexuais inseguras? Por que os índices de gravidez precoce permanecem significativos? Pensamos (e defendemos) que a escola precisa chegar aos/às jovens, usar sua linguagem (e apresentar outras formas de comunicação), tratar de modo claro – espontâneo mesmo – as questões vinculadas ao sexo e à sexualidade: sem pudor, sem barreiras, sem preconceitos, sem determinação de certo e errado, ainda que apresente aos/às estudantes as possíveis consequências da falta de prevenção nas relações sexuais.

Para encerrar esta primeira parte, cremos ser importante trazer à baila o entendimento de alguns autores sobre sexualidade. Partilhamos da compreensão de Moraes e Vitalle para quem a sexualidade precisa ser “entendida como um fator intrínseco do ser humano que o motiva às diferentes formas de busca e vivência do prazer” (MORAES, VITALLE, 2012, p. 49). Compõe, por conseguinte, a identidade dos seres humanos e se desenvolve, por isso mesmo, ao longo da vida de homens e mulheres.

A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. (BRASIL, 1997, p. 296).

A sexualidade, numa leitura mais ampliada, é expressão cultural. Abarcar a sexualidade como elemento constitutivo de todos os seres humanos,

independentemente do gênero, e presente em todas as fases pelas quais passam homens e mulheres é, parece-nos, imprescindível para a implementação de qualquer ação educativa, formal ou informal. Mesmo porque as tentativas de castração ou impedimento do exercício da sexualidade tende, por isso mesmo, a amputar as possibilidades de plenitude dos seres humanos.

Sexo, por sua vez, é expressão biológica “que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais)” (BRASIL, 1997). Convém, todavia, não descartar a culturalização a que as concepções e classificações estiveram (e continuam) afeitas ao longo da história da humanidade – mesmo porque o sexo, assim como a raça, continua circulando como marcador social (CORRÊA, 2001).

Estratégia Metodológica

A incursão investigativa efetuou-se em uma escola pública localizada na capital sergipana, como já mencionado em linhas anteriores. A opção por aquela unidade de ensino encontra guarida na proposta pedagógica da escola, que se assenta na reflexão/discussão de temáticas conflitantes e que são imensamente caras, em nosso entendimento, à construção de uma escola pública de qualidade social.

À vista disso, a instituição educativa, desde 2009, tem levado para o interior do seu espaço pedagógico (e dele irradia-se), a partir da construção e implementação de projetos interdisciplinares (exemplo: “O Mundo da Leitura é a Leitura de Todo Mundo”, “Alma Africana”, “Grupo *ParlaCÊNICO* de Teatro”, “Seminários de Cidadania Ativa”) temáticas como: “Currículo: um espaço/tempo polissêmico e polifônico”, “Sexo e sexualidade: tabus, cuidados, vivências”, dentre outros.

Por outro lado, a unidade de ensino em foco, por via dos espetáculos de teatro estrelados por seus/suas educandos/as, vem provocando a comunidade estudantil a refletir sobre o seu entorno e a questionar a realidade que a envolve. Nesses últimos sete anos, o Grupo *ParlaCÊNICO* de Teatro, através do projeto “A escola pública vai ao teatro”, já levou aos espaços culturais do estado (e da Bahia) mais de 18.000 pessoas para assistirem às suas produções.

Tais propriedades, que diferenciam e destacam (em nosso olhar) o estabelecimento de ensino, estimularam-nos a ouvir o seu corpo discente – aqui representado por 56 estudantes do Ensino Médio (20 meninos e 36 meninas – na faixa etária de 15 a 18 anos), matriculados/as no 2º e 3º anos.

Como instrumento de pesquisa, adotamos o questionário, visto que, de acordo com Gil (2008), este instrumental possibilita obter informações relevantes de diversos sujeitos em um tempo relativamente curto; também porque “não expõe os pesquisados a influências das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistador” (GIL, 2008, p. 122).

O questionário compôs-se de 30 questões, sendo 26 fechadas e apenas 04 abertas. As perguntas abrangiam desde a autodeclaração étnico-racial até a aspectos pedagógicos da escola e a relação deles com a Educação Sexual.

Por conta das limitações próprias desse tipo de produção textual – e também pela temática escolhida –, consideraremos seis questões, a saber: 1) Em sua opinião, qual a idade mais adequada para um menino começar a transar? 2) Em sua opinião, qual a idade mais adequada para uma menina começar a transar? 3) Você se considera bem informado sobre sexo e sexualidade? 4) Você aprendeu alguma coisa sobre sexo e sexualidade na escola? 5) Com que faixa etária você começou a transar? 6) Onde (ou com quem) você adquiriu maior conhecimento sobre sexo e sexualidade?

Análise dos dados

Objetivando arrestar de modo comparativo as percepções de meninos e meninas, cada questão será analisada paralelamente apoiando-se nas respostas emitidas por eles e por elas. Ou seja, veremos como meninos e meninas se posicionam diante de cada questão.

TABELA 01: Faixa etária ideal para os meninos iniciarem as relações sexuais

FAIXA ETÁRIA	MENINOS	MENINAS
Menos de 14 anos	0	0
De 14 a 16 anos	25,0%	5,6%
De 17 a 18 anos	45,0%	47,2%
Acima de 18 anos	25,0%	41,6%
Outro	5,0%	5,6%

Fonte: questionários

TABELA 02: Faixa etária ideal para as meninas iniciarem as relações sexuais

FAIXA ETÁRIA	MENINOS	MENINAS
Menos de 14 anos	0	0
De 14 a 16 anos	15,0%	2,8%
De 17 a 18 anos	50,0%	41,6%
Acima de 18 anos	30,0%	50,0%
Outro	5,0%	5,6%

Fonte: questionários

Parece que a liberdade sexual masculina é ainda mais aceita (e até celebrada) do que a feminina) – o que converge com um adágio popular largamente utilizado nos rincões sergipanos (ainda que com menor força nos últimos anos): “Quem tiver suas cabritas que prenda que o meu bodinho está solto”. Ou seja, cabe aos/às responsáveis pelas meninas o cuidado com elas (leia-se: segurá-las em casa), porque os meninos têm plena liberdade para agirem do modo que acharem necessário para assegurar a sua “macheza”. São machos, por conseguinte, pode “pegar” as meninas a qualquer hora e quantas considerar necessário. E se elas permitem é porque não “têm vergonha”, “são oferecidas”. Essas falas são vastamente repetidas por homens e por mulheres.

A segunda linha (Tabela 01) é emblemática, assim nos parece, porque reforça a fala popular, senão vejamos: segundo os respondentes (25% deles), a faixa etária ideal para que os meninos sejam introduzidos nas práticas sexuais situa-se entre 14 e 16 anos. Quando a referência se dirige à menina, o percentual cai para 5,6%.

O mesmo fenômeno é observado na tabela seguinte (Tabela 02). Dentre as escolares entrevistadas, 15,0% delas admitem que os meninos devem começar as práticas sexuais mais precocemente (entre 14 e 16 anos). Apenas 5,6% das informantes consideram que as meninas devem iniciar sua vida sexual nessa mesma faixa etária.

E as meninas parecem ser ainda mais exigentes consigo mesmas do que os meninos são com elas: 50,0% delas defendem que as relações sexuais das meninas devem iniciar-se quando estas ultrapassarem os 18 anos. Esse mesmo pensamento é compartilhado por 30% deles. Os meninos (50%) advogam que elas podem ser introduzidas nas práticas sexuais a partir dos 17 anos.

Esses posicionamentos vão ao encontro de dados históricos que fotografam a maior liberdade atribuída aos homens, enquanto às mulheres resta a responsabilidade (inclusive pela gravidez precoce – esquecendo-se da paternidade

irresponsável). Borges (2007) demonstra que, mesmo as mulheres se aproximando dos homens no que se refere à iniciação sexual, sua primeira experiência ocorre, considerando-se a idade, depois da deles. E adiciona:

[...] suas motivações para o engajamento sexual continuam, em certa medida, respondendo aos papéis tradicionalmente atribuídos à mulher: [...] romance e compromisso como propulsores das primeiras práticas sexuais (BORGES, 2007, p. 604).

Meninos e meninas concordam que o início da vida sexual não se efetive antes dos 14 anos, nem para eles, nem para elas. Acordam também que a prática sexual ocorra somente após o enlace matrimonial – é o que nas tabelas 01 e 02 encontra-se categorizado como “outro” (eles: 5,0% para homens e para mulheres; elas: 5,6% para moças e para rapazes).

A tabela seguinte (03) retrata o início da vida sexual de meninos e meninas.

TABELA 03: Início da vida sexual (meninos e meninas)

FAIXA ETÁRIA	MENINOS	MENINAS
Menos de 14 anos	5,0%	2,8%
De 14 a 16 anos	30,0%	11,1%
De 17 a 18 anos	15,0%	5,6%
Acima de 18 anos	0,0%	2,8%
Ainda não transa	50,0%	75,0%
Não respondeu	0,0%	2,8%

Fonte: questionários

As tabelas (01, 02 e 03) dialogam entre si e confirmam os dados históricos referentes ao início das práticas sexuais (alguns dos quais já foram aqui tratados). Como é possível observar, 50,0% dos meninos introduzem-se (ou são introduzidos) na prática sexual até os 18 anos; quando se olha para as moças, esse percentual é reduzido para menos da metade: 19,5% das garotas começam a se relacionar sexualmente com até 18 anos.

Eles e elas consomem, pagam impostos, têm capacidade, igualmente, de desenvolver a afetividade, desejam, têm a sexualidade em movimento. Não obstante, não possuem o mesmo reconhecimento no que se refere à igualdade e à liberdade das práticas, ainda que sejam as mais íntimas, como negrita Rios (2006).

Consideramos imperativo sublinhar que, coincidindo inclusive com pesquisas outras, as práticas sexuais de meninos e meninas têm ocorrido de modo cada vez mais precoce e mais largamente. Esse reconhecimento é imperioso porque precisa funcionar como estímulo à implementação de políticas voltadas para a saúde dos/as adolescentes e para as atividades vinculadas à orientação sexual.

Moraes (2012, p. 49) lembra que a “sexualidade na adolescência tem impulso fortemente marcado pelas transformações biopsicossociais”. É uma fase de contatos diversos, de descobertas antes não imaginadas, de conflitos – o que robustece ainda mais a necessidade de fortalecimento de uma política específica, porque os diferentes contatos podem provocar consequências diversas: infecção por doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não planejada, abortos, morbidade materna e a violência sexual.

Quando perguntamos aos/às estudantes “Onde (ou com quem) você adquiriu maior conhecimento sobre sexo e sexualidade?”, obtivemos os seguintes resultados:

TABELA 04: Fontes de educação sexual (meninos e meninas)

FAIXA ETÁRIA	MENINOS	MENINAS
Amigos/as	40,0%	11,1%
Escola	30,0%	25,0%
Família	35,0%	11,1%
Meios de comunicação	30,0%	52,7%
Outro	0,0%	0,0%

Fonte: questionários

Para ambos, a escola não é o espaço/tempo prioritário de obtenção de conhecimentos sobre sexo e sexualidade (30,0% para eles, 25,0% para elas). Razão para isso pode assentar-se nos tabus e receios que ainda acometem professores e professoras quando esses temas são pautados. Porém, parece haver negação de direitos, vez que a educação como direito é prescrita em diversos instrumentos legais brasileiros, tais como: a Constituição Federal, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996), a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências” (ementa).

Há ainda, em nosso olhar, um equívoco cidadão e pedagógico, visto que a educação, defendemos nós, além de observar as interferências e demandas

socioculturais, precisa instrumentalizar os sujeitos que participam de sua constituição e construção (referimo-nos à educação formal – e ela não existe sem educadores/as-educandos/as e sem educandos/as-educadores/as) para a transformação da sociedade. Reconhecemos que esta não é uma tarefa fácil, mas se faz necessária porque, como destaca Moraes,

[...] a maior parte dos adolescentes encontra-se em processo de escolarização e sua completude deve ser estabelecida em quaisquer condições. (MORAES, 2012, p. 51).

E, sem querer responsabilizar a escola, é bastante provável que parcela significativa dessa população se torna vítima de consequências desagradáveis, resultantes de uma iniciação desavisada nas práticas sexuais – gravidez não planejada, infecção por DST, abortos e outros – por carência de uma educação sexual.

Outro fator digno de registro é representado pela primeira linha da tabela acima (Tabela 04). Enquanto 40,0% dos meninos acessam às informações sobre sexo e sexualidade através dos amigos, apenas 11,1% das meninas conseguem o mesmo resultado. Cremos que explicação para isso repousa, mais uma vez, na liberdade legada a eles e negada a elas. Falar sobre sexo (talvez), entre os meninos, seja algo corriqueiro, “permitido”; entre as meninas, é possível que ocorra (nesse sentido, com mais facilidade) uma introjeção das normatizações sociais, encorpadas na família (e vice-versa?). Afinal, como nos alerta Foucault (1988), a norma nos oprime mais do que a lei.

As famílias também conversam mais sobre sexo e sexualidade com os rapazes (segundo afirmam 35,0% deles) do que com as moças (de acordo com a informação emitida por 11,1% delas). São certamente “as conversas de homem” encabeçadas pelos pais e irmãos. As “conversas de mulher” raramente ocorrem – e as razões se repetem.

Por fim, considerando ainda a quarta tabela, o melhor meio de obtenção de informação sobre sexo e sexualidade, para as mulheres, é representado pelos meios de comunicação. Segundo 52,7% das meninas (contra 30,0% dos meninos), os conhecimentos que lhes são transmitidos são oriundos desses veículos. Como sublinham Cano, Ferriani e Gomes (2000), o sexo vem sendo amplamente divulgado e debatido nos meios de comunicação; entretanto, o corpo, principalmente o feminino, vem sendo exageradamente usado para vender até sabão. O que torna ainda mais urgente a participação da escola nesse processo.

Considerações Finais

Iniciamos a escrita deste texto apresentando como objetivo (dele – e de certo modo, impondo-nos) desvelar as percepções de estudantes sobre sexo e sexualidade e as relações que eles e elas estabelecem com esses elementos. Certamente, não é uma trilha de abertura imediata. Há muito o que se fazer, bastantes passos precisam ser carimbados no caminho para que outros passantes possam percorrê-lo, alargá-lo e, sempre que possível (e necessário), reconstruir a vereda e os modos de nela caminhar.

E isto, pensamos nós, é uma preocupação que deve se fazer presente diuturnamente nas práticas e reflexões daqueles/as que atuam em educação (referimo-nos à formal) e a têm como instrumento de formação coletiva de sujeitos e construção de uma sociedade guarda-chuva: que caiba todos/as, que acolha todos/as, que entenda a marginalização como um erro imperdoável na história – e que, por conseguinte, precisa de correção urgente.

É a partir desse entendimento que defendemos a educação sexual como educação geral. Ou seja, não cremos que a escola deva inserir em sua arquitetura curricular uma disciplina que atenda pelo nome de Educação Sexual. Não cremos, menos ainda, que as discussões travadas sobre as temáticas em espelho devam fronteirar-se pelo ensino de Ciências (Ensino Fundamental) ou de Biologia (Ensino Médio).

Nossa aposta e defesa é que, assim como educação ambiental, educação para as relações étnico-raciais, de gênero, e geracional, a educação sexual deve ser abarcada (e profundamente) por todas as disciplinas (de modo interdisciplinar – melhor seria: transdisciplinar) e em todos os espaços/tempos da escola.

Escola é o *locus* privilegiado de formação de sujeitos. E o sujeito é histórico, ambiental, é social, é cultural. E na intersecção de todas essas dimensões encontra-se sua sexualidade.

Por fim, gostaríamos de acrescentar que a presente pesquisa representa apenas uma fresta através da qual se visualiza um tanto do que se precisa ver. Nossa pretensão é que outros caminhos e outros modos de caminhar contribuam para a ampliação dessa abertura: viabilizando novos olhares, novas leituras.

Referências

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BORGES, Ana Luiza Vilela. Relação de gênero e iniciação sexual de mulheres adolescentes. **Rev. Esc. Enferm. USP**. 41(4):597-604, 2007.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANO, Maria Aparecida Tedeschi; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; GOMES, Romeu. Sexualidade na adolescência. **Rev. Latino-am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 08, n. 02, pp. 18-24, abril 2000.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**. (16) 2001: pp. 13-30.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**: São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

FRANÇA, Evanilson Tavares de. **Escola e cotidiano**: um estudo das percepções matemáticas da comunidade quilombola Mussuca em Sergipe. São Cristóvão: UFS, 2013. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAES, Silvia Piedade de; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência. **Rev. Assoc. Méd. Bras**. 58(1):48-52, 2012.

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 71-100, jul./dez. 2006.

MOÇA AINDA OU MULHER DA VIDA? NOTAS ETNOGRÁFICAS E DIALÓGICAS

Autor: Fernanda Priscila Alves da Silva;

Co-autor: Lívia Alessandra Fialho da Costa

Universidade do Estado da Bahia

Email: feracatejo@yahoo.com.br

Introdução

*Quem paga?
Ele paga? Ela paga?
Quem vende?
Ela, malandro ou cliente?
Aonde?
Quem é?
Moça? Menina?
Ou mulher?
(F.P.A. S)*

Este texto pretende estabelecer um diálogo entre algumas notas etnográficas realizadas a partir da incursão em campo e das narrativas de mulheres pobres que exercem a prostituição de rua no Centro Histórico, em Salvador-BA. A pergunta sobre o significado de ser “moça” e “mulher da vida” norteia a discussão, no sentido de buscar refletir e discutir acerca das construções sociais, culturais e históricas tecidas sobre as mulheres, em particular, das mulheres que exercem a prostituição. Além, da incursão em campo, da aproximação das narrativas o objetivo é dialogar com discussões que vem sendo realizadas sobre o tema, assim como estabelecer pontos de encontros e desencontros, possibilidades e outras formas de pensar e (re) pensar a questão.

Metodologia

Este artigo reflete resultados parciais da pesquisa que vem sendo realizado no Mestrado em Educação - Uneb, Campus I. O trabalho consiste em estudo sobre as sociabilidades construídas por mulheres pobres que exercem a prostituição de rua em Salvador, Bahia. O grupo pesquisado é composto por mulheres de baixa renda, em exercício de prostituição de rua, acima dos 18 anos, sendo neste estudo analisado uma amostra de 10 mulheres, a faixa etária e 30 a 65 anos, que foram entrevistadas. Além deste grupo foram contatadas mulheres que estão no exercício da prostituição em bares, ruas, cines privês por meio da observação participante.

O referencial teórico deste trabalho está ancorado no campo de estudos autobiográficos em educação¹, além dos princípios metodológicos e epistemológicos da etnografia. As narrativas de trajetórias de vida considerará uma perspectiva feminista possibilitando assim um diálogo a partir da categoria gênero. Compartilhando do pensamento de Rago (1998) de que o a categoria de gênero “não vem substituir nenhuma outra, mas atende a necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade de dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais”, entendo que nesta pesquisa ela tem sua importância na medida em nos possibilita dialogar com as formas como as mulheres se constroem enquanto mulheres e interagem com outros atores deste contexto.

Resultados e discussão

A partir desta breve introdução e das considerações metodológicas se pretende a partir de então apresentar alguns relatos e modos como esta pesquisa vem sendo tecida e construída. Por meio da imersão em campo, de anotações feitas no Diário de Campo, observação participante, entrevistas e aproximação da realidade alguns questionamentos tem sido feitos a partir deste contexto.

A pesquisa em torno da temática da prostituição tem sido amplamente debatida a partir de diferentes olhares e campos disciplinares: ciências sociais, psicologia, antropologia, saúde coletiva, entre outros. Entendo a prática da prostituição como um fenômeno complexo, que envolve e está permeado por diversas interações e relações. A inserção, permanência ou afastamento da

1 DOMINICE (1982); JOSSO (1986); PINEUAU (1983; 1985); NÓVOA (1988).

prostituição se localiza em um conjunto de fatores, que para além serem econômicos, são sociais, culturais, políticos, religiosos. No contexto aqui apresentado, a forma como as mulheres inseriram na prostituição vem acompanhado tanto de um “querer” quanto de uma “não querer”. As relações familiares e sociais, o modo como são vistas enquanto meninas ou mulheres, a forma como sua sexualidade é falada, dita e sentida estão conectados com os caminhos percorridos por cada mulher singularmente, mas também aponta os modos como mulheres pobres têm sido tratadas pela sociedade. No caso das mulheres pobres que exercem a prostituição carregam ainda o peso de um estigma (Goffman, 1987) que a tem colocado no lugar de mulher da vida. Durante muito tempo foram vistas como doentes ou vítimas do contexto social, mulheres depravadas em constante oposição ao que se denomina de mulheres de família.

A distinção feita entre o “mundo das prostitutas” e o mundo das “mulheres da sociedade” tem correspondido à distinção entre o público e o privado. Neste caso, os sujeitos denominados de desviantes têm estabelecidos espaços que são permitidos ou não (Colvero, 2010). Entretanto, a partir dos relatos que veremos a seguir o que se perceber é que antes mesmo destas mulheres exercerem a prostituição, quando são meninas ainda, uma forma específica de pensar seus corpos e sua sexualidade já é pronunciada demarcando, portanto, a experiência da maioria das mulheres. Fonseca (2004, p. 257) aponta que:

Ao se aproximar da vida das “profissionais do sexo”, em carne e osso. O pesquisador complica o quadro, pois não somente acaba descobrindo que o “exótico” não é tão exótico assim, mas também passa a reconhecer a extrema heterogeneidade desse universo.

A seguir vamos apresentar alguns recortes das trajetórias de três mulheres. Importante considerar que são recortes, acompanhados da percepção e “leitura” da pesquisadora. As trajetórias e experiências são muito mais intensas e complexas do que se pode considerar neste estudo.

Antônia

Antônia é uma mulher reservada e observadora. Sem muitas palavras, vai falando aos poucos de sua história. Negra, com seus 55 anos, mãe de quatro filhos. Conta que uma das filhas “deu pra criar”, pois naquele momento não tinha condições de cuidar: *“eu tenho certeza que ela está muito bem. Ela mora*

ai no Corredor da Vitória. Está com uma família boa". Seu ponto de batalha sempre foi a Praça da Sé, desde que chegou a Salvador após suas andanças por várias cidades do interior da Bahia. Atualmente diz não batalhar mais, aliás, repete em vários momentos que nunca gostou da prostituição, por isso prefere ter sua "guia". Natural de Itabuna – BA, conta que saiu de casa após desentendimentos com o pai, pois não suportava ver a mãe sofrer violência doméstica. O pai chegava bêbado em casa e certa vez queimou a mãe com ferro de passar roupa. Além de ver as violências sofridas pela mãe, Antônia traz em seus relatos falas sobre o modo como o pai se referia a ela, "eu era uma menina e meu pai tinha medo de ter filha rapariga, então ele dizia que eu era porque tinha umas amigas, mas eu era moça ainda. Ai minha mãe me colocou para fora de casa. Fui para uma casa para trabalhar, quando cheguei lá era um brega, mas eu não sabia nada." Sua saída da casa materna e, portanto a inserção no brega se localiza a partir de situações ocorridas neste ambiente familiar. Ela continua: "Fiquei lá. Com o tempo, a dona da casa me chamava. Um dia veio um homem e ficou me olhando. Aquela mulher me colocou no quarto com ele. Ele me chupou de todo lado, mas a rola dele não subiu. Assim que ainda fiquei virgem. Quando ele foi subir para o quarto assinou um cheque. Ai depois perguntei pra mulher: cadê meu dinheiro, o moço disse que assinou um cheque, ela me xingou dizendo: você é mulher da vida hein? Ai eu fico pensando, você vê eu não era mulher da vida, ela me colocou ali."

Viviane

Agitada e quieta. Falante e silenciosa. Olhar seguro e incerto. Viviane é uma mulher que expressa oscilações de modos e formas de se expressar. Das muitas vezes que nos encontramos, ora estava muito brava com outras colegas da Praça, ora estava feliz e sem se importar muito com o que os outros iriam dizer ou pensar. No fundo, Viviane é uma mulher muito solitária. Não tem muitas amizades e busca cotidianamente batalhar para conseguir se alimentar, pagar o aluguel, a luz e água. Natural de uma cidade do interior de Pernambuco já passou por várias cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife. Em Salvador se encontra há alguns anos sendo que já teve passagens em outros momentos de sua vida. Caçula de uma família com onze filhos tem boas recordações do tempo da infância, da relação com o pai, das brincadeiras e vida no interior. Sua relação com a mãe, entretanto, sempre foi um desafio em sua vida. Mãe de três filhos, sendo dois adotados. Além destes três filhos teve mais dois filhos que morreram. Apesar de

falar com orgulho e carinho dos filhos, os mesmos não foram criados e cuidados por Viviane, mas por familiares. As conversas giram em torno de uma infância com memórias prazerosas e memórias das quais não gostaria de recordar: *“minha mãe dizia que quando eu crescesse e completasse 14 anos eu ia dá pra puta. Eu não sabia o que era...”* Saiu de casa após sua primeira gravidez, deixando o filho com a família paterna e seguiu andando pelo mundo, como ela mesma afirma. Nunca mais voltou para sua cidade de origem, recorda deste tempo de forma nostálgica e expressa o desejo de retorno. No entanto, já conheço Viviane há mais quatro anos e ainda não soube de relatos nos quais ela de fato tenha ido visitar seus familiares. Antes, ela mesma conta que saiu pelo mundo, viajando de cidade em cidade e que agora pretende permanecer em Salvador.

Luana

Natural de Sergipe, Luana tem 34 anos, mãe de 05 filhos e está na prostituição há mais de 14 anos. Em relação à sua família de origem, conta que a mãe a “deixou” sob os cuidados da avó, figura da qual tem grande orgulho e admiração. Gostava de estudar, chegando a concluir o ensino fundamental. Com 14 anos “perdeu a virgindade”, engravidando pela primeira vez: *“Eu conheci uma rapaz de... ele era filho de dona de brega.”* E assim aconteceu sua inserção no brega. Luana conta que se escondia nos armários quando chegava alguém da “justiça”, pois ela era muito nova. Enquanto conta sua história afirma em vários momentos que foi porque quis. Considera a prostituição um trabalho, ainda que relate os riscos que vivencia: *“ser agredida, tomar calote, ser estuprada, de tomar na tora, de fazer a força”*. É neste momento, que afirma querer “sair dessa vida”. Dentre seus sonhos, sair da rua, ter sua própria casa e poder ficar com seu filho e companheiro se faz uma força para continuar na labuta. Seu maior desafio, no entanto, segundo ela mesma é superar o “vício das drogas”. Muitas vezes a prostituição acaba sendo para Luana um meio pelo qual ela consegue adquirir dinheiro para o consumo de drogas, seu e de seu companheiro.

Situações emblemáticas, vidas concretas e algumas concepções de mulher (es)

Ser mulher da vida é uma expressão utilizada constantemente pelas mulheres que se encontram no exercício da prostituição. Em diferentes contextos e realidades se escuta esta frase. Por detrás, nas entrelinhas, diversos significados e sentidos podem ser atribuídos, assim como diversos posicionamentos sobre o

lugar destas mulheres que “fazem vida” ou que são “da vida”. Estes posicionamentos refletem o modo como a sexualidade, a cultura, a política, as relações de gênero são tecidas e engendradas.

Apesar das ambiguidades, no sentido de ter sido construída culturalmente e ideologicamente, que esta expressão traz sempre a considerarei (a partir de uma realidade específica) como uma expressão forte e feliz. Nas conversas e no diálogo com as mulheres percebo cada vez mais que ela de fato aponta uma “marca”, no sentido do estigma (Goffman, 1987); mas de outro lado ela também aponta o que podemos denominar de transgressão. As mulheres da vida neste sentido são mulheres “guerreiras”, como escutei inúmeras vezes das próprias mulheres. O que se coloca em questão aqui é algo relacionado ao lugar do público e do privado, ou ainda ao lugar no qual devem estar as “mulheres da sociedade” e as “mulheres da vida”. A demarcação sobre os lugares dos quais umas e outras devem estar foi construído culturalmente.

Distinguir o “mundo das prostitutas” das “mulheres da sociedade” corresponde à distinção entre público e privado, à regulação das trocas subjetivas entre os grupos e circulação entre eles. Os sujeitos vivem num acordo, mesmo que tácito, que prevê os lugares nos quase podem transitar. Os próprios indivíduos desviantes têm espaços permitidos ou não (COLVERO, 2010, p. 14).

Segundo Velho (1985), os comportamentos desviantes e estereótipos são atribuídos às pessoas que exercem o trabalho sexual. A perspectiva de desvio pressupõe a existência de um comportamento que é considerado ideal e que, portanto, é compatível com as normas sociais estabelecidas. As mulheres que exercem a prostituição são consideradas desviantes, pois não se adequam aos comportamentos que são definidos como modelos comportamentais associados ao papel feminino.

Pasini (2000) demonstra que no final do século XIX e início do século XX (até 1930), os escritos sobre prostituição enfatizavam os saberes médicos e da polícia, pois estes se consideravam “defensores da moralidade”. Para os médicos e policiais, a prostituição deveria ser extinta, pois era uma doença que precisava ser eliminada. A prostituição era considerada como uma mal social e por isto devia ser combatida.

Ao longo do século XIX, a figura da mulher delinquente foi objeto de intensa produção discursiva, seja pela psiquiatria, pela antropologia criminal ou pela

medicina social. Os enunciados produzidos pela ciência, o intento de encontrar verdades universalmente validas sobre essas personagens, fabricaram sujeitos e legitimaram agenciamentos e formas de controle social (PINHO, 2011, p. 07).

Mesmo na atualidade, após a perda do estatuto científico de teorias sobre a *criminosa nata*, observam-se pesquisas com o pressuposto de que as prostitutas seriam mulheres com certo grau de exotismo. Neste sentido, algumas pesquisas tentam demonstrar por meio de entrevistas e estatísticas certa ligação entre a entrada no universo da prostituição e a ocorrência de abusos sexuais. Estas perspectivas vão construindo um caminho de pensamento acerca da prostituição demonstrando cada vez mais que para além das ambiguidades destas construções, pensar e pesquisar sobre prostituição implica buscar compreender as facetas deste fenômeno complexo.

Margareh Rago (1990) observa que as pesquisas sobre o tema ganharam maior expressão no século XIX e que este discurso a partir da referência médica ou policial, ou seja, a partir de explicações que viam na prostituição disfunção orgânicas ou transgressão, definindo o objeto em função daquilo que ele não é. Neste sentido, seria necessário pensar a prostituição como um fenômeno social e estabelecer o que seria este fenômeno (PINHO, 2011).

No Brasil, é durante o século XIX que ocorrem uma série de transformações, dentre elas: a consolidação do capitalismo; o incremento de uma vida urbana que oferecia novas alternativas de convivência social; a ascensão da burguesia e o surgimento de uma nova mentalidade – burguesa – reorganizadora das vivencias familiares e domésticas (D' INCAO, 2013, 223).

A vida urbana no início do século XIX praticamente inexistia no Brasil, então um enorme país rural. O estilo de vida da elite dominante na sociedade brasileira era marcado por influencias do imaginário da aristocracia portuguesa, do cotidiano de fazendeiros plebeus e das diferenças e interações sociais definidas pelo sistema escravagista (D'INCAO, 2013, p. 223).

Neste cenário, o espaço urbano que antes era utilizado por todos para encontros coletivos, festas, mercados, convívio social para ser utilizado desde um novo interesse, o interesse público. Segundo D'Incao (2013), este fato propiciou a modernização da cidade no Rio de Janeiro por exemplo.

O processo de urbanização que aos poucos vai se consolidando assim como o crescimento sócio econômico da cidade misturavam ou “embaralhavam”

como afirma Rago (1991) as tradicionais demarcações entre as atividades masculinas e femininas. Entram em cena mulheres de várias classes sociais, seja nas fabricas escritórios, escolas, comercio ou em serviços de infraestrutura urbana.

Este período marcou a passagem das relações sociais e senhoriais às relações sociais de tipo burguês. A cidade burguesa teria sistematicamente de lutar contra os comportamentos, atitudes e expressões tradicionais considerados inadequados para a nova situação. O que se presenciava era a dissolução das formas tradicionais de solidariedade representada pela vizinhança, família e grupos clânicos, compadrio e tutelagem (D'INCAO, 2013, p. 226).

A rua passou a ser vista em oposição ao espaço privado, pois a cidade aos poucos se tornava lugar de interesse público onde as antigas formas eram extintas e surgia uma nova ordem social. Durante esta época (1890-1920), com a plena instauração da ordem burguesa, a modernização e a higienização do país surgem como lema dos grupos ascendentes, pois estes estão preocupados em transformas as metrópoles em ambientes civilizados.

Os hábitos populares se tornaram alvo de especial atenção ao momento em que o trabalho compulsório passava a ser trabalho livre. Neste sentido, medidas foram tomadas para adequar homens e mulheres dos segmentos populares ao novo estado de coisas, inculcando-lhe valores e formas de comportamento que passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida (SOIHET, 2013, p. 362).

No regime capitalista que se implantava a implantação da família burguesa era vista de forma primordial, pois com a supressão do escravismo, o custo de reprodução do trabalho era calculado a partir da contribuição não remunerada do trabalho feminino. Com a aceleração da urbanização, houve um aumento significativo de populações, principalmente mais pobres para as capitais em busca de trabalho.

Durante as primeiras décadas do século XX, no Brasil, a presença das mulheres compondo junto das crianças parte do proletariado é intensa. Ainda que no período de 1890 e 1930 houvesse muitas greves e mobilizações contras as diversas formas de exploração do trabalho, as mulheres foram em muitas

situações deixadas de lado. Segundo a documentação disponível sobre a situação das fábricas a grande parte da produção concentra-se nas perspectivas de autoridades públicas, como médico e higienistas, que eram responsáveis pelos códigos normativos de conduta, ou então pelos polícias, responsáveis pela segurança pública (RAGO, 2013, p. 579).

Desde meados do século XIX, o governo brasileiro procurou atrair milhares de imigrantes europeus para trabalhar tanto na lavoura, nas fazendas de café, quanto na fábricas que surgiam nas cidades, substituindo a mão de obra escrava, especialmente depois da promulgação da Lei do Ventre Livre e a da Abolição dos Escravos (RAGO, 2013, p. 580)

Apesar de se ter um significativo número de estudos relativos à história da imigração e da industrialização no Brasil, poucas referencias em relação à presença feminina neste cenário. Segundo Rago (2013), de modo geral, muitas mulheres trabalhavam nas indústrias de fiação e tecelagem, mas poucas mulheres no ramo da metalurgia, calçados e mobiliário que eram majoritariamente ocupados pelos homens.

Em relação às mulheres negras, após a Abolição dos escravos, foram relegadas aos trabalhos em setores mais desqualificados e recebiam salários baixos e se encontravam em péssimas condições de trabalho. Vale pontuar que neste cenário onde a inserção da mulher no mundo do trabalho é forte, o trabalho feminino fora do lar passou a ser discutido e debatido. Junto deste tema outros surgiam: adultério, virgindade, sexualidade, casamento e prostituição. De um lado, o mundo do trabalho era comparado com o ambiente do cabaré e de outro a casa era valorizada como espaço sagrado.

Diante do crescimento urbano vertiginoso de muitas cidades brasileiras, com um grande contingente de trabalhadores concentrados nos bairros operários, o mundo publico acabou sendo considerado um espaço ameaçador para a moralidade das mulheres e das crianças. Evidentemente, os problemas decorrentes da urbanização – o aumento das epidemias, da violência, dos roubos, a presença de mendigos, loucos, caftens, menores abandonados nas ruas da cidade, sem falar nas agitações políticas, em grande parte

promovidas por anarquistas e socialista- aumentavam a insegurança (RAGO, 2013, p. 588).

De acordo com médicos e higienistas o trabalho feminino fora do lar conduzia a desagregação da família. Ou seja, se as mulheres passavam a maior parte do tempo no trabalho a quem caberia o cuidado com lar, com as crianças, com os afazeres domésticos? Para as mulheres de classes médias, este era o centro das discussões e preocupações. Para as mulheres pobres, restavam a ignorância e consideração de que estas eram irresponsáveis e incapazes.

Mulheres casadas ganhavam uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana, em geral como esposas modelares e boas mães. Cada vez mais é reforçada a ideia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família “burguesa e higienizada” (D’INCAO, 2013, p. 229).

Para Margareth Rago (1991) a figura da prostituta era neste cenário, um *fantasma* no imaginário social. Diversas reações iam contra às mulheres advertindo contra os perigos de contaminação física e moral.

Na passagem do século, a prostituta ainda era pouco citada explicitamente, a não ser pelos setores mais especializados nas discussões dos problemas sociais, como médicos, juristas, chefes de polícia, jornalistas, políticos, e alguns literatos. Na fala das mulheres de elite, nas leituras destinadas às moças, nas revistas femininas, a prostituição não encontrava espaço, assim como os assuntos que remetiam ao desejo e à sexualidade. Mesmo assim, a “mulher pública” era uma figura presente, porém menos como um figura empírica, dotada de carne e osso, do que uma identidade a ser elaborada no plano dos enunciados. Era, portanto, como um fantasma que ela aparecia, como virtualidade a irromper das profundezas do desconhecido corpo feminino, como possibilidade de perigo que poderia habitar a sexualidade de todas as mulheres (RAGO, 1991, p. 38).

A partir de uma moral rígida presente nesta época, o sexo era visto como pecado e doença ao mesmo tempo. Por isso, constroem-se diferenciações quanto às duas figuras femininas: de um lado a mulher honesta e de outro a meretriz. A ideologia da maternidade é fortalecida pelo discurso masculino e assim, ser mãe torna-se a missão mais importante da mulher em um mundo em que a preocupação era o estabelecimento de fronteiras entre a esfera pública e privada. Desse modo, pouco a pouco, positivistas, liberais, anarquistas, socialistas e mais tarde comunistas vão incorporando este discurso da valorização da maternidade.

Muitos médicos alinhavam-se com as feministas liberais, com as escritoras e, alguns, com as libertarias. O médico Claudio de Souza, por exemplo, assinava vários artigos publicados na Revista Feminina, dirigida por sua irmã Virgilina de Souza Salles, e defendia um feminismo moderado, que incluía trabalho feminino fora do lar, a educação profissional da mulher, seu acesso a todos os campos da cultura e o direito de voto. Mas, fundamentalmente, todos reafirmavam o valor e a importância da preservação da família. O ideal da “mãe cívica”, trabalhadora moderna e competente mãe de família, participante dos debates nacionais, era retomado e difundido para toda a sociedade (RAGO, 2013, p. 593).

O discurso que valorizava a mãe pela educação acabava atingindo dois alvos: de um lado, enobrecia a função doméstica que era desqualificada econômica e socialmente pelo surgimento do capitalismo e de outro; ganhava a adesão de amplo público em torno o tema, seja ele masculino ou feminino. Neste cenário,

A produção científica desses homens resultou num processo de sujeição da mulher pelos próprios pressupostos do raciocínio discursivo com que operavam. Construir masculinamente a identidade da prostituta significou silenciá-la e estigmatizá-la e, ao mesmo tempo defender-se do contra o desconhecido – a sexualidade feminina –, recoberta por imagens e metáforas assustadoras (RAGO, 1991, p. 21).

O discurso construído, desde meados do século XX e presente ainda no século XXI de distinção entre a “moça de família” e a “mulher da vida” por

médicos, juristas e feministas contra a prostituta aponta que desde aquele momento a prostituição é considerada e vivenciada como um problema público.

A construção da prostituição como um fantasma atingia alguns alvos estratégicos precisos: instituía-se fronteiras simbólicas que não deveriam ser ultrapassadas pelas moças respeitáveis, ao mesmo tempo que se organizava as relações sexuais num espaço geográfico da cidade especialmente destinado à evasão, aos encontros amorosos, à vida boêmia. O ideal de pureza da mãe, que se reforça na passagem do século, tornava necessária a presença imaginária e empírica da meretriz em lugares destinados para a liberação das fantasias sexuais, para o desfrute do prazer, para a “descarga” das energias libidinais masculinas, como se acreditava até então. Nos bordéis, diziam nossos avós e bisavós, os rapazes poderiam “queimar” uma parte do “fogo interno” próprio da idade, preparando-se para, no futuro, assentar e conviver sem furores ao lado da esposa casta (RAGO, 1991, p. 41).

A partir desta distinção, em diálogo, com as falas e narrativas das mulheres busco refletir (ainda que de modo inconcluso) o modo como as próprias mulheres experienciam e vivenciam este discurso. Importante considerar que ser “moça ainda”, ou ser “mulher da vida”, ultrapassa os limites do discurso dito, ou seja, o significado de ser “moça” ou “mulher da vida” é permeado por códigos, olhares, lugares, ditos, não ditos, enfim, por uma forma de pensar a prostituição e o lugar da mulher na sociedade.

Neste sentido, ser “mulher da vida” pode por um lado demarcar a fronteiras entre o que seria um ideal de “mulher da sociedade”, mas pode também demarcar a fronteiras da busca por outros lugares. Desse modo, o bordel, a rua torna-se também (e além) lugar de transgressão e agenciamento.

Notas dialógicas: no movimento das narrativas

O lugar de transgressão e agenciamento² surge nas expressões de Luana e Antônia como formas de ocupar um lugar e se fazer a partir dele. No caso de

2 Entendo agenciamento a partir da perspectiva de autores como Piscitelli (2013) e Olivar (2013), ou seja, lugar de agência – ação, lugar onde as mulheres ocupam e protagonizam.

Luana, ainda que sua inserção no brega tenha sido por meio de se companheiro e por este fazer parte deste contexto, sua permanência não se localiza a partir desta realidade. Ela insiste em permanecer no espaço, chegando posteriormente a reconhecer a prostituição como um trabalho de fato. De outro lado, Antônia deixa claro “não gostar da prostituição”, mas foi a partir de seu movimento de saída do espaço de violência doméstica que lhe foi possível o enfrentamento e a busca de alternativas.

No caso de Antônia, a questão se torna emblemática, pois assim como Viviane, falas são tecidas em relação a estes lugares. No primeiro caso, o pai de Antônia diferencia: *“eu era uma menina e meu pai tinha medo de ter filha rapariga, então ele dizia que eu era porque tinha umas amigas, mas eu era moça ainda. Ai minha mãe me colocou para fora de casa. Fui para uma casa para trabalhar, quando cheguei lá era um brega, mas eu não sabia nada.”* Para Antônia não estava claro o que era ser rapariga, antes ela sabia o que significava ser “moça ainda”, tampouco ela sabia o que significa este outro lugar, o brega. Foi, portanto, a imersão neste espaço que a fez conhecer (e apropriar) dos significados das falas de seu pai.

Para Viviane, “ser puta” também se apresenta como algo desconhecido. E assim, o que a marca é justamente a afirmativa (“assertiva”) da mãe de que ela se tornaria puta. Viviane assume concretamente o que é dito sobre ela e sobre o lugar do qual ela deveria ocupar.

Ambas, Luana, Antônia e Viviane “moças ainda” assumem o que significa ser “mulher da vida”. Ambas expressam situações emblemáticas desde suas vidas concretas. Sem olhar o dado da prostituição (sob a perspectiva do desvio) estas mulheres trazem elementos “comuns” a das “mulheres da sociedade”. Filhas de famílias que se estruturam a partir de suas realidades, buscam alternativas de sobrevivência, brincam, se divertem, vivenciam experiências de namoricos e ao mesmo tempo de violência doméstica, dentre tantas outras situações. Ser “moça” demarca o lugar das meninas e mulheres nestes contextos: o lugar das tarefas domésticas, mas também o lugar da sexualidade. Entretanto, ao expressar que estas “moças” se tornaram “mulheres da vida”, o olhar que recai sobre elas, muitas vezes, volta a ser o olhar que desde o século XIX vem sendo reforçado. Se elas, na passagem entre ser moça e ser “mulher da sociedade”, ocupam outro lugar que é o da “mulher da vida”, então, elas são estigmatizadas.

Antônia mostra que a inserção da casa lhe possibilita o conhecimento deste outro lugar e, portanto, o entendimento de como deveria agir neste espaço: *“Ai depois perguntei pra mulher: cadê meu dinheiro, o moço disse que assinou*

um cheque, ela me xingou dizendo: você é mulher da vida hein? Ai eu fico pensando, você vê eu não era mulher da vida, ela me colocou ali". Ela se torna "mulher da vida" antes mesmo de saber o que significava isto porque os lugares e espaços têm sido, ao longo da história, demarcados como lugares de putas. Recordo-me que ainda criança ouvia de diferentes pessoas: "não passe por aquela rua, pois ali é inferninho". Como "moça de família" não deveria transitar nestes espaços. Lembro ainda de outra situação, quando em Belo Horizonte, em visita às mulheres nos hotéis de prostituição na Rua Guaicurus, encontrei um conhecido naquele ambiente. Ele ao mesmo tempo em que tentava me explicar o porquê estava naquele espaço observava o meu comportamento e tentava entender o que eu estava fazendo ali.

Em uma de minhas idas a campo, estando na Praça da Sé, sentada em um dos bancos com as mulheres, conversávamos sobre os mais variados assuntos, até a chegada de "outra mulher". Segue as notas do Diário de Campo desta situação:

Enquanto conversávamos aproximou-se uma senhora e sentou ao meu lado. Ficou observando. As mulheres pararam de falar o que conversávamos e se remetiam apenas à briga dos sorveteiros (havia uma cena paralela de discussão de alguns sorveteiros). De repente, a mulher me disse que se sentou ali por ser o único lugar onde só havia mulheres, estava esperando uma pessoa. Lá pelas tantas ela me pergunta baixinho: aqui tem mulher que faz vida né? Confirmei me referindo a Praça como um todo. Ela me olhou por inteiro, observando meus trajés. Por um instante esperei ela me perguntar se eu batalhava, mas como não falei mais nada e Kátia estava vendendo água ela ficou meio na dúvida. Perguntei se ela tinha algum receio de estar ali. E ela disse que não mas ficou com medo de sentar no banco e atrapalhar algumas das meninas. Depois fui entendendo que na verdade ela estava com certo receio de estar naquele espaço sim. Aos poucos, ela foi se soltando e participando da conversa. As mulheres de modo geral, não falaram mais dos clientes e das conversas que estávamos tendo antes da mulher sentar. Entendi naquele momento que havia um código a ser respeitado e evitei falar de algo relacionado à prostituição. Após um tempo a mulher se levantou e foi embora, não se encontrando com ninguém da qual ela havia dito que se encontraria. Após sua saída,

as mulheres voltaram a falar “besteiras”, não se preocupando com minha presença, pelo contrário, falavam abertamente dos mais variados assuntos (Diário de Campo, 24 de novembro de 2015, Fernanda Priscila Alves da Silva)

No movimento das narrativas, Luana, Antônia e Viviane se encontram, tanto no que significa ser moça ainda e na forma como realizam essa passagem. Ambas vivenciaram esta passagem de forma abrupta: seja no momento em sai de casa, seja no momento que assumem uma gravidez e outras responsabilidades. Por outro lado, ambas buscam formas e alternativas de ser de fato “mulher da vida”, no sentido de ser guerreira, lutadora e, portanto, agenciadora.

Os lugares que as mulheres ocupam guardam marcas. No dia em que ocorreu a cena dita acima Antônia estava presente e ela junto das outras mulheres, guardam silêncio sobre os assuntos que conversávamos antes justamente por perceberem o lugar que ocupam. Esta percepção, entretanto, significa, no meu entendimento, um cuidado sobre o que é dito e vivido neste espaço. Este cuidado se contrapõe ao olhar estigmatizador e preconceituoso sobre estas vivências, antes aponta os movimentos, afetos, desafetos, alegrias, tristezas que são vivenciados neste lócus.

Considerações finais

A partir da pesquisa (ainda em curso) e das narrativas apresentadas pelas mulheres que vivenciam cotidianamente a *batalha* da vida ser moça ou mulher da vida são duas categorias que se encontram e se desencontram. Elas não são contraditórias, antes marcam os movimentos de vida, sentido, significados e buscas pelas quais cada mulher tem travado.

Suas histórias de vida com todas as marcas (violências, afetos, cultural, relações sociais, políticas, religiosas) apontam que na medida em se inserem nesta prática social pelos mais diversos motivos e situações tano mais se fazem e se constituem como mulheres, que ultrapassam os conceitos estabelecidos e ditados pela sociedade. Desse modo, as notas etnográficas aqui apresentadas demarcam pontos complexos e heterogêneos de uma prática que se faz no cotidiano e nos movimentos das interações e relações.

Referências bibliográficas

D'INCAO, Maria Ângela. **Mulher e família burguesa**. In: DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 223-240.

FONSECA, Claudia. **A morte de um gigolô**: fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais. In: Piscitelli, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs). Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta**: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PASINI, Elisiane. **“Corpos em evidência”, pontos em ruas, mundos em pontos**: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo. Dissertação de Mestrado Antropologia. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2000.

PINHO, E.B.M. **Trabalho sexual e envelhecimento: trajetórias** de vida de prostitutas idosas. XI Congresso Brasileiro Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 07 a 10 de agosto, 2011.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos**: brasileiras nos mercados do sexo transacionais do sexo. Coleção Sexualidade, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAGO, Margareth. **Trabalho Feminino e sexualidade**. In: DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 578-606.

SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. In: DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 362-400.

VELHO, Gilberto (org). **Desvio e Divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro : Zahar, 1985.

CORPO, DOR E PRAZER NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Jeanne Chaves de Abreu

Iraildes Caldas Torres (orientadora)

Universidade Federal do Amazonas

jechabreu@gmail.com

Resumo: Este artigo assume o propósito de perceber a relação do gênero feminino com seu corpo e sua sexualidade e as dificuldades encontradas para quebrarem barreiras que estão historicamente e culturalmente inculcados no seu viver cotidiano. As diferenças inerentes aos gêneros com relação ao ápice do prazer sexual e as formas nem sempre prazerosas de sentirem essas sensações. A submissão da mulher ao jugo do patriarcado no passado e a percepção de que na atualidade pouca coisa mudou. As diversas formas da busca do prazer sexual e os caminhos desconhecidos e obscuros para conquistá-lo. A nossa intenção consistiu em revelar se de fato homens e mulheres apresentam igualmente em seus corpos que são estruturas sensíveis a plenitude do prazer orgástico e a dor da traição. O estudo foi ancorado na perspectiva da fenomenologia, no qual é possível perceber os sentimentos e a subjetividade do fenômeno estudado e a compreensão dos diversos significados oferecidos no interior das relações cotidianas. Detivemos-nos no estudo dos corpos sexuais e a vivência de dor e prazer. Ficou claro o fato que homens conseguem atingir o orgasmo mais facilmente, e que as mulheres ainda nos dias atuais necessitam conhecer e se desprover de alguns tabus para conhecerem realmente as reais necessidades do seu corpo para conquistarem enfim o prazer do orgasmo. No caso da dor, ambos sentem com muita intensidade e agem de forma diferente ao expressá-la.

Palavras chave: Gênero, Corpo, Prazer, Dor, Sexualidade.

Introdução

O interesse pelo tema do corpo e sexualidade nos despertou a atenção de forma inesperada e surpreendente. Em colóquio informal com um grupo de mulheres, fomos tomadas de surpresa ao percebermos que havia um grande desconhecimento dessas mulheres com relação ao seu corpo e a sua sexualidade. De diferentes formas percebemos que a mulher atual ainda é conduzida por tabus inculcados e que fazem parte do viver, ser e estar mulher tanto histórica quanto culturalmente.

Os estudos de gênero tem tido grandes avanços na atualidade. Há um aumento considerável no número de pesquisadores que estudam as relações de gênero com destaque para a visibilização das mulheres como objeto de estudo.

A preocupação dos pesquisadores consiste em não traçar um perfil único de mulher. Trata-se de estudos voltados para a elucidação das relações de gênero levando em conta a intersecção que este conceito estabelece com outros conceitos como classe social, raça/etnia (Scott, 1990) numa análise diversificada sobre as mulheres nas sociedades ocidentais. Não há linearidade ou não deveria haver nos estudos de gênero, temos ainda a ideia e a visão masculina da ciência moderna que atua com dicotomias e unilateralidade, o que dificulta a compreensão do significado histórico da participação das mulheres na sociedade.

Perrot (2012) deixa claro que até para entendermos a história das mulheres esbarramos nas comprovações, pois, para escrever a história são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade, pois segundo a autora, as mulheres cientes de sua insignificância na sociedade, quando se aproximava o fim de suas existências, destruíam os seus papéis pessoais e sua história de vida. Perrot (2010, p. 30) indica que

Organizar arquivos, conservá-los, guardá-los, tudo isso supõe uma certa relação consigo mesmo, com sua própria vida, com sua memória. Pela força das coisas é um ato feminino. A perda, a destruição, a autodestruição são muito freqüentes. Os descendentes se interessavam com muito mais freqüência pelos homens importantes da família, e muito pouco por suas mulheres, apagadas e obscuras, cujos papéis destruíam ou vendiam.

Os patriarcalistas acreditam que o lugar da mulher é na casa e que o seu papel e aptidão para o trabalho derivam da sua anatomia. Em decorrência disso,

crianças e jovens são socializados de modo sexista. Estudiosos dos anos 70 e 80 perceberam que os próprios cientistas sociais acreditavam que a mulher era o reverso da moeda homem, o que sempre dificultou o entendimento da mulher como personagem histórica.

Com relação à sexualidade feminina, a mesma era vista sob o prisma das proles ilegítimas e das uniões esporádicas ao contrário dos casamentos, que representavam uma negociação. Conforme Araújo (2010, p.45),

Das leis de Estado e da Igreja, com frequência bastante duras, à vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores, e a coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiais.

As mulheres sempre estiveram à margem da história, sexualmente elas não existiam, o sexo feminino era somente um receptáculo do sêmen do homem que era o líquido sagrado da vida. Perrot (2012, p.63) confirma que na geração da vida, a mulher não é mais que um receptáculo, um vaso do qual se pode apenas esperar que seja calmo e quente. Os seios com sua sensibilidade ao toque são comentados na história das mulheres como o provedor de alimento ao novo ser que chegava. Quando nascia uma criança o marido era ignorado pela mulher. Os maridos ficavam enciumados inclusive de ver aquele bebezinho em contato tão íntimo com sua esposa.

A mulher da sociedade entra em disputa com a mulher/mãe, os maridos reclamam do tempo despendido nos cuidados com os filhos e a proibição do ato sexual no período de lactação.

A figura paterna era temida tanto por filhos quanto por filhas, porém esse temor arrefecia para os meninos com a chegada da adolescência e acirrava com a chegada da adolescência das meninas. No despertar da juventude as meninas passavam a ser olhadas e cobiçadas como mulheres, as transformações corporais do corpo/menina para corpo/mulher passa a ser o foco e objeto de desejo para o homem e esse homem geralmente estava dentro ou próximo do lar. Trazendo essas questões para a época atual convém expor um relato coletado em um dos encontros com os sujeitos da pesquisa. Pérola (19 anos) revela que,

Desde pequenina sofri abuso sexual de meus familiares, aos nove anos brincava de pai e mãe com meu irmão mais velho (eu deixava e gostava das brincadeiras), ele é somente um ano mais velho que eu, mas até hoje tenho nojo quando me lembro do meu tio que me agarrava com força e esfregava o negócio dele em mim, sinto vontade de vomitar quando penso nisso, pois, ainda sinto o cheiro dele suado porque ele sempre fazia isso depois que ele voltava do trabalho. Só consegui me livrar da perseguição quando graças à Deus ele morreu! Ninguém entendeu porque eu não chorei no enterro.(entrevista 2013).

Na modernidade a sexualidade está se apartando cada vez mais da obrigação de constituição familiar tradicional e da reprodução em decorrência do desenvolvimento científico-tecnológico e da diminuição do poder da igreja cristã. Essa liberdade de agir tanto no que diz respeito às questões do prazer sexual quanto na escolha de procriar ou não, estão propiciando aos indivíduos a satisfação de se sentirem livres de condicionamentos religiosos e da constituição da família tradicional.

Os indivíduos em geral fogem da dor e procuram desesperadamente a felicidade e o prazer. O ápice do prazer acontece com o encontro dos corpos amantes. Dos corpos que anseiam a plenitude, o prazer total provocado pelo orgasmo, nesse momento de prazer supremo e de sublime deleite, os corpos são felizes. Desavenças, desigualdades e diferenças são esquecidas, não identificamos o homem e a mulher apartados, os gêneros se uniram no prazer do orgasmo. Louro (2011, p. 83) indica que “a interação através das fronteiras de gênero, ou seja, o contato com o outro, tanto pode abalar e reduzir o sentido da diferença como pode, ao contrário, fortalecer as distinções e os limites”.

Há momentos em que as desigualdades entre o gênero masculino e feminino se tornaram tênues e até mesmo inexistentes, quando em alguns segundos ou minutos homens e mulheres se encontraram em condições de igualdade, quando seus corpos sentiram a dor e o prazer.

O corpo é mais do que uma estrutura de carne e osso. Ele possui uma função social, institui ideias comporta emoções e linguagens. Trata-se de uma interação motora que dá sentido à ação. Possui uma dimensão de subjetividade que o permite estar produzindo sentidos fundados em sua cultura, desejos, paixões, afetos, emoções, enfim, o seu mundo simbólico. Para Sant’Anna (2006, p. 22) “o corpo é, contudo finito, sujeito a transformações nem sempre desejáveis

e previsíveis. Ao longo dos anos, mudam suas formas, seu peso, seu funcionamento e seus ritmos”.

O estudo foi ancorado na perspectiva da fenomenologia segundo a qual é possível perceber os sentimentos e a subjetividade do fenômeno estudado, e a compreensão dos diversos significados oferecidos no interior das relações cotidianas.

Este estudo se justificou e ganhou relevância não só por oferecer contribuição à sociologia e a antropologia do corpo, mas fundamentalmente porque deu subsídio à compreensão dos problemas intersubjetivos vividos pelos gêneros. Foi necessário ampliar as discussões da sociologia do corpo no âmbito do prazer e da dor, apontando a cumplicidade entre os gêneros como capaz de viabilizar uma convivência mais pacífica sem tantos conflitos.

Metodologia:

O presente trabalho é resultado da pesquisa de campo apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia e está ancorada na perspectiva da fenomenologia segundo a qual é possível perceber os sentimentos e a subjetividade do fenômeno estudado, e a compreensão dos diversos significados oferecidos no interior das relações cotidianas. O lócus da pesquisa foi a Pajê Cia. de Dança, projeto de extensão que coordenamos na Universidade do Estado do Amazonas. Essa escolha se deu pelo fato de que o grupo recebe sujeitos diversificados de ambos os gêneros e orientação sexual. No processo do trabalho de campo utilizamos a técnica de entrevista semi estruturada com o uso autorizado do gravador e grupo focal o que possibilitou a obtenção de dados subjetivos relacionados com a opinião, valores e atitudes dos sujeitos. O nome de cada um dos envolvidos foi omitido substituindo-os por nome de pedras preciosas.

Discussão dos Resultados

Por toda a existência homens e mulheres buscam sentir prazer e fugir da dor. As recompensas sociais, os paraísos e os infernos vividos baseiam-se na ação desses dois fatores. O senso comum reafirma o fato de que geralmente somos criados com prazer, e nascemos pela dor, vivemos atrás do prazer muitas vezes sofrendo dores, e morremos com dor para ter o prazer da vida eterna.

O corpo é mais do que uma estrutura de carne e osso. No decorrer dos anos, mudam suas formas, seu peso, sua funcionalidade e seus ritmos. Possui uma função social, institui ideias, comporta emoções e linguagens. Com uma dimensão de subjetividade produz sentidos fundado em sua cultura, desejos, paixões, afetos, enfim, o seu mundo simbólico. Em resumo, Churchland (2004, p. 19) indica que a característica essencial da dor que reverbera no corpo é ser uma rede de relações causais, que conecta qualquer dor a uma série de outras coisas.

Quanto ao prazer, este resulta ser sempre uma sensação ou sentimento de tipo positivo, pois quem o sente, manifesta agrado e euforia. O auge do prazer carnal está na sensação provocada pelo prazer orgástico que é gerado nas relações sexuais.

Os resultados obtidos através da fundamentação teórica e dos relatos coletados nos fizeram entender que tanto a dor quanto o prazer são inerentes aos seres humanos independente de raça, credo, gênero ou classe social. Nas entrevistas, os sujeitos da pesquisa indicaram que a dor e o prazer estão inter-relacionados e que ambos estão presentes no dia a dia de todo ser vivente. Foi relevante o fato de que a proposta de trabalho voltada as questões de dor e prazer despertou um interesse significativo nos pesquisados. Um dos sujeitos da pesquisa Turmalina (18 anos) revela com relação ao dualismo dor e prazer do orgasmo que:

Nunca senti o orgasmo não sei nem o que é isso, às vezes sinto é dor quando ele me penetra e já terminei com outros relacionamentos por causa disso". Dos poucos namorados que tive com apenas dois eu transei, e ambos foram uma decepção não estavam nem aí prá mim, só gozaram, viraram de costas, dormiram e pronto. (entrevista/2013).

Com relação a sensação da dor, Onix (22 anos) relatou que:

Quando minha namorada terminou comigo, senti uma dor rasgando o meu peito, era mistura de raiva e orgulho ferido de um idiota que tinha sido traído. Porém, a dor que sinto agora é uma dor que aperta, é um vazio insuportável, é inexplicável é...(relato interrompido pelo choro). Sua irmã tinha falecido 5 dias antes da entrevista. (2013).

Dos 10 sujeitos da pesquisa, 02 revelaram que se masturbam frequentemente porque só conseguem sentir o prazer através dessa prática. Esmeralda, 30 anos, revelou que dificilmente atinge o clímax numa relação sexual. Ela acha que o que sente não é o orgasmo tão desejado, pois, não chega nem perto do gozo que sente quando masturba-se. Em entrevista ela revela o seguinte:

Já tive vários namorados, homens que desejei e me empenhei para chegar lá, porém alguns destes não variavam nas preliminares, gozavam rapidinho, depois dormiam e eu ficava lá com a xereca coçando querendo mais. Acho que ainda não encontrei a pessoa certa.(entrevista 2013).

Alguns homens em virtude de ejaculação precoce podem frustrar o orgasmo na mulher. Conforme Varella (2010), ejaculação precoce é aquela que ocorre antes ou logo após a penetração, sem que o homem tenha controle sobre o evento e só pode ser considerada uma disfunção se ocorrer frequentemente. Em se tratando do ato sexual para agradar o homem sem que a própria mulher abra mão do seu prazer e satisfação Turmalina (18 anos) uma das dançarinas que compõe a amostra deste estudo revela o seguinte:

“tenho muita vergonha de falar dessas coisas, mas, vou lhe contar um segredo, eu ainda sou virgem na frente, minha mãe fala que na frente é prá casar. Então eu dou atrás, mas, não gosto dói muito e eu não vejo graça nisso! Eu dou porque eu gosto dele e se eu não o der ele vai atrás de outra.(entrevista/2013)

Através dos relatos percebemos que de qualquer forma que as sensações de dor e o prazer se apresentam são reverberadas no corpo e perceptíveis ao outro, pois, a postura, a aparência e as atitudes dos sujeitos se transformam no momento em que o fenômeno ocorre.

Ao final dos encontros e entrevistas o grupo expressou seus sentimentos uns com os outros, pois, como alguns relatos foram coletivos, eles passaram a se conhecer mais intimamente e entender melhor uns aos outros e isto gerou uma grande integração entre os mesmos. O importante é ressaltar que tanto homens quanto mulheres sentem igualmente em seus corpos a dor e o prazer.

Considerações Finais

Ao longo dessa pesquisa foi possível constatar que a diversidade biológica e cultural é o cerne das questões relacionadas ao indivíduo e de sua inserção na sociedade, sendo esse o parâmetro seguido pelo estudo para que fosse possível identificar as diferenças e igualdades entre os gêneros.

Inicialmente quando a abordagem inclinou-se para o assunto corpo ficou clara a diferenciação existente entre os indivíduos, o que independeu de gênero. Contudo dentro dessas duas categorias é possível encontrar indivíduos do mesmo gênero, porém diferentes, causa disso é o reflexo da formação histórica, cultural e social destes.

Essa relevância é dada pela constatação identificada na história de corpo e de gênero e pela formação dos indivíduos nas sociedades patriarcais tanto em épocas passadas quanto na atualidade, além e, sobretudo das relações sociais que estes estabeleceram com outros ao longo de suas vidas.

Vale ressaltar, que as relações estabelecidas entre os indivíduos e seus pares, bem como com o lugar onde vivem representam o sentimento de pertencer a um determinado grupo, seguindo costumes e crenças e, é o fundamento cultural que dá sentido ao seu modo de vida.

No entanto, o homem de um modo geral está vivenciando as transformações sociais decorrentes das constantes mudanças dado a evolução da humanidade e, principalmente devido ao estabelecimento de novos modos de compreensão e aceitação de novas formas de relacionamentos.

Ao fazer uma análise da sociedade atual sobre o meio em que encontram inseridos os indivíduos, observa-se que o efeito do sistema patriarcal de outrora ainda perdura até os dias de hoje refletindo diretamente sobre o modo de vida desses sujeitos.

Esse fato é reafirmado através deste instrumento ora apresentado, formado pela contribuição de depoimentos reais colhidos a partir da pesquisa de campo desenvolvida e, sobretudo do referencial teórico selecionado com renomados autores. De fundamental importância há que se ressaltar ainda que a constituição desse estudo permitiu detectar e apontar soluções para as problemáticas junto aos sujeitos da amostragem.

Nesse sentido, a partir dos relatos e entrevistas dos sujeitos que participaram dessa amostragem pode-se avaliar que os homens, dada a uma herança patriarcalista, se assumem como detentor da força e do poder de macho agindo

com violência através de atitudes que excluem as mulheres de um universo que deve ser exclusivamente masculino.

Identificou-se nessa linha de abordagem que há momentos significativos em que os gêneros, independente de serem homens ou mulheres se igualam sentindo em seus corpos que são estruturas suscetíveis as sensações do prazer orgástico e a dor.

Considera-se que ainda que se reconheçam os avanços da lei e o movimento de pequenas ações de grupos feministas, constata-se que as mulheres continuam sendo excluídas, anuladas, exploradas, humilhadas e violentadas. Persiste uma visão conservadora e patriarcalista dos homens, cujos efeitos são imponderáveis e contrasta com a evolução, transformação, liberdade de expressão, inclusive sexual.

Consideramos ainda as profundas conseqüências e traumas sofridos por mulheres que são surpreendidas pela dor física e psicológica provocada pela violência e violação dos seus direitos. Independente de gênero, crença, raça ou orientação sexual a violência é sentida e reverberada no corpo provocando sensações indeléveis de dores perenes.

Destarte, através desta pesquisa, comprovou-se que o corpo é expressão, vivo e dinâmico, é movimento, o expositor de nossas emoções e sensações; um instrumento de comunicação cultural que vem através dos tempos relatando, expondo e construindo a história da humanidade.

Referências

ARAÚJO, Emanuel. **A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia**, in História das Mulheres no Brasil - 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Trad. De Guy Reynaud – Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

CHURCHLAND, Paul M. **Matéria e Consciência**: uma introdução contemporânea a filosofia da mente. Trad. Maria Clara Cescato – São Paulo: Ed. UNESP, 2004..

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 13. Ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2011.

_____, Guacira Lopes. FELIPE, Jane. GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 6 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M. S. Correa. – 2ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2012.,

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **É possível realizar uma história do corpo?** In Corpo e História. Org. Carmem Lúcia Soares. Ed. Autores Associados, Campinas/SP, 2006 – 3ed.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In. Burke, Peter (org) **A escrita da História**. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP. 1992.

VARELLA, Dráuzio. **Ejaculação precoce**. [HTTP://drauzioarella.com.br/sexualidade](http://drauzioarella.com.br/sexualidade).

CORPO, SEXUALIDADE E SAÚDE MENTAL: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Luciene Figueiredo; Autor (1);
Universidade Católica do Salvador.
lucieneucsal@hotmail.com

Resumo: Em instituições psiquiátricas as ‘regras de casa’ são pautadas na modelagem de instituições totais. Linguagens, corpos e gêneros são parte dos registros. A pesquisa é resultante da dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, integrada à demonstração sobre a loucura e a sexualidade, inscritas no silenciamento estratégico de práticas no cuidado à saúde mental. As manifestações sexuais sugerem e representadas por expressões como ‘louca’, ‘doente’, ‘ter uma coisa no corpo ou na cabeça’. Sabe-se que a internação cronifica o estado das pacientes, tenham ou não o diagnóstico de patologia mental. Cada profissional de saúde seja pelo preconceito ou pela incapacidade de lidar as manifestações de sexualidade utiliza um modo particular de percepção da sexualidade e uso de sinônimos muitas vezes pejorativos que acaba por desvelar seu juízo de valor e que de forma tende a uma ‘naturalização banal’ da cena de manifestação sexual. A mulher-louca manifesta e expressa seus sentimentos de modo próprio e intransferível. A repressão da sexualidade pode alterar seu equilíbrio interno, inclusive levando-a à crises dependendo da circunstâncias da repressão. Através de abordagem qualitativa, com base nos prontuários de mulheres internas em uma instituição soteropolitana, ingressas entre 1986 e 2013, com diagnóstico psiquiátrico já inscrito no momento da triagem e não alterado na sua longa permanência na internação. Dentre os resultados desvela-se evidente que a mulher-louca carrega consigo diferenciação de gênero, estereótipos que trazem em si representações e significados ao que a sociedade ‘normal’ conceitual como boa ‘personalidade feminina’.

Palavras-chave: Gênero; Loucura; Sexualidade, Instituições.

Introdução

Os indicadores revolucionários construídos para tratar a loucura de modo mais humanista no século XX e no século XXI, no âmbito da Reforma Psiquiátrica¹ parecem sofrer reveses, como se confere neste hospital (instituição de reclusão sediada em Salvador, Bahia, fundado em 24 de junho de 1874 no qual ainda ocorrem histórias semelhantes às que Michel Foucault nos relata em suas obras. A subjetividade seduzida pela saúde mental e sua extensão no que diz respeito à família e à sexualidade, abriram os primeiros questionamentos que fundamentam essa pesquisa.

Compreender os problemas do sofrimento psíquico (e relações de dominação) para além da perspectiva individual e psicologizante, centrada predominantemente no sujeito como mero portador de transtorno mental foi o objetivo central, traçando como delimitação o estudo de gênero (mulheres loucas) institucionalizado no período de 1986 a 2003.

Como objetivo específico, encontramos a ideia de compreender a interface família x saúde mental x sexualidade que implica no enfrentamento de manifestações sexuais sem o escudo da moralidade que o sujeito normal² vivencia. E objetivo auxiliar demonstrar que o conhecimento sobre a família, a loucura e a sexualidade inscrevem em um silenciamento estratégico de práticas no cuidado à saúde mental. Posto que a louco não estabelece critérios de controle sobre o seu desejo.

A pesquisa justifica-se do ponto de vista da historiografia da família, da loucura, da sexualidade, da psicologia e da psiquiatria, trilhando interfaces e enveredando por uma abordagem sobre complexidade e interdisciplinaridade do tema-objeto. O ponto de partida ocorre em relação à sexualidade do paciente de transtorno mental ocorre um esvaziamento do desejo desse sujeito. “Mas como pode louca ter desejo?”. Parece que o tratamento oferecido à louca é privilegiadamente o de repressão, dado que, os profissionais que integram as

1 A Reforma do Modelo de Assistência em Saúde Mental no Brasil, prevista pela Lei federal 10.216 surgiu de um movimento político tendo como escopo a mudança no sistema de tratamento clínico da doença mental, eliminando gradualmente a internação como forma de exclusão social. Este modelo seria substituído por uma rede de serviços territoriais de atenção psicossocial, visando a integração da pessoa que sofre de transtornos mentais à comunidade. (AMARANTE, 1995). Contudo, a ênfase desta pesquisa não propõe a discussão sobre os movimentos que sustentam a reforma psiquiátrica. Importante mobilização a partir da III Conferência Nacional de Saúde/CNSM, 2001.

2 Para abordagem normalidade e anormalidade conferir em Foucault (2006).

equipes de atendimento à saúde mental não se dispõem a conhecer o universo desiderativo dessa população específica.

A Lei 10.216/01 nomeada de Paulo Delgado já trouxe premissas de terapêutica para os portadores de transtornos mentais promovendo interfaces entre as áreas do Direito, Serviço Social, Psicologia, Antropologia, Sociologia e a própria Reforma Psiquiátrica. Mas no que tange a terapêutica nos espaços manicomiais, está muito distante o que seria o acolhimento do desejo.

Dadas as dificuldades de manejo na intervenção e assistência à saúde mental de sujeitos que apresentam desejo sexual nas unidades de serviços públicos de saúde, se confere a prática de contenção e medicalização para “aquietar” o corpo do paciente e, como colorário, acudir à angústia do profissional que assiste a cena incômoda (MURARO, 2003; MURARO & PUPPIN, 2003). Uma paciente com diagnóstico psiquiátrico e com a sina do estigma de “louca” incômoda quando goza. Por que? Há uma dominação de mente e corpo por um longo e perverso processo histórico. (FOUCAULT, 2008).

Não há a pretensão de esgotar a discussão, mas aponto para uma necessidade de revisão de manejo dessa realidade, bem como o desenvolvimento de medidas que ultrapassem aos ditames do Código Internacional de Doenças (CID) quando do acolhimento das manifestações de conduta dos transtornados psíquicos.

Metodologia

O per(curso) metodológico do pesquisa iniciou-se pela compreensão do que seja a tarefa de sua de imersão na temática eleita. O trajeto investigativo se torna o eixo que engrena a interface pesquisadoras-pesquisa-objeto-de-pesquisa e que tece o fio condutor e os estímulos concretos provenientes de um satisfatório referencial teórico.

Booth *et al* (2009) fornecem a provocação que me mobiliza nesta dissertação no uso das ferramentas teórico-metodológicas para arcar o desafio da interdisciplinaridade, na arrolagem de enunciados das ciências que circunscrevem a temática da pesquisa: Antropologia, Filosofia, Psicologia e Psiquiatria). A provocação diz respeito à construção de pontes enunciativas a partir de discursos específicos, no esforço de arquitetar uma episteme convergente aos meus objetivos, enfrentando a vigilância epistemológica o risco da esquizofrenia enunciativa e blindando o trabalho da tirania dos autores. O diálogo com eles, tomando Michel Foucault como a ponta de lança. Mas um estado da arte

mais *up to date* tornou-se imprescindível para a vigilância epistemológica de escavação de significantes convergentes ao escopo desta pesquisa.

Ressalta-se que a investigação qualitativa em saúde foi eleita graças às adequação e pertinência no procedimento metodológico sobre o tema. Posto a complexidade que permeia o cenário da saúde mental cobra olhares cruzados, cooperativos, que favoreçam ao cotejamento de certas proposições que diagnosticam a situação em que se inscreve a família possuidora de um dos seus membros na condição de padecente de transtorno mental.

Quanto à natureza dos objetivos da pesquisa, trata-se de um estudo que requer esforços reflexivos de caráter explicativo. O modelo aqui adotado é o de investigação teórica, convencionado como revisão de literatura. Com ele, isola-se uma teoria e se estabelece os núcleos argumentativos que lhe conferem sustentação. A partir dos conceitos e dos argumentos extraídos em análise da fonte primária, foram realizados cruzamentos de argumentos de fontes secundárias, envolvendo identificação, isolamento, compilação, ordenamento de idéias convergentes ao propósito da investigação.

A revisão bibliográfica foi realizada com base em consultas às principais bases de dados eletrônicas nacionais e internacionais e no banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Diretório de Grupos de Pesquisa credenciados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a triagem de pesquisadores que no Brasil investigam oficial e certificadamente este tema.

Foram compiladas as teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC), Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina interdisciplinar em Ciências Humanas (PPICH-SC) e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem de Ribeirão Preto-USP. As bases de dados consultadas foram:

- a) MEDLINE – *Medicine on line*, uma das mais conceituadas bases de dados internacionais, especializada em artigos médicos;
- b) LILACS – Bases de dados da Literatura e de Periódicos Latino-Americanos e do Caribe, base de dados especializada em ciências da saúde;
- c) BVS-MS – Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde.
- d) PsycINFO - Referência internacional dos estudos psicológicos, pertencente a Associação Norte-Americana de Psicologia (APA);
- e) SCIELO – *Scientific Eletronic Library Online*, base de dados especializada em publicações de trabalhos científicos brasileiros.

Resultados e Discussão

A experiência de DOR(dominação) dos corpos e desejos em cárcere pode propiciar mecanismos individuais de defender-se pela *psique* frente à angústia e à dor, seja ela de qualquer natureza. Mas qual defesa é possível quando o corpo está sob uma dominação química e/ou mecânica? Como uma mulher louca pode ‘gritar’ por sua autonomia em um espaço manicomializado? onde seu corpo e subjetividade são dominados-controlados-vigiados?

Ora, como sujeitos sociais com expressão da linguagem hoje no século XXI convivem entre a liberdade da sociedade até chegar à clausura de um internamento de um familiar? Quais motivos justificam contrastes incríveis para não dizer predatórios que se estabelecem com a passagem da natureza para a cultura. Há um fracasso da ‘cultura contemporânea’ no manejo em sociedade com a mulher, com a loucura e com o corpo feminino vigiado-fetichizado? Se a louca tem uma patologia mental, a sua família e, por consequência, a sociedade vive uma patologia da razão.

A própria constituição histórica da Psicologia que se instituiu em nossa sociedade era uma ciência conservadora que “ajuda a acobertar as condições sociais que constituem o homem” e propunha uma Psicologia que tivesse uma visão pragmática, objetiva do indivíduo, visando à sua adaptação na sociedade.

Como a louca pode sentir/expressar a energia, a libido, ou desejo que são operacionalizados por uma lógica que não é a do ser ‘civilizado’, pois para o desejo não há pragmatização do tempo e, muito menos da razão. Logo do desejo das loucas em uma instituição psiquiátrica é perturbadora (da ordem social), capturado, domesticado, desviado, inclusive, pela voracidade com o qual é expressa a potência do feminino. A internação serve como a criação de um campo delimitado de manobras subjetivas, sobretudo, sociais para que o do desejo seja, apenas, parcial, logo incinerando quimicamente a libido e mecanicamente o desejo, cuja natureza é libertária e nômade.

A trifonia eloqüente das matrizes contemporâneas para compreender a sexualidade no contexto de clausura. Percorrendo a história recente, apreende-se que a loucura esteve ligada às várias acepções (marginalidade, discriminação, desrazão já descritos em capítulos anteriores), contudo, no que tange a referência de loucura feminina a maior parte da literatura construída pauta-se a insanidade da mulher versus a sexualidade.

Mesmo resgatando os registros na época do Egito Antigo, quando se acreditava que o corpo da feminino, por possuir útero, uma condição fisioanatomica

da mulher teria pré-disposições malignas o que se manifestava em comportamentos inadequados nomeados de histeria³ o que segundo Vilela (1992), já seria uma espécie de rascunho ou esboço de loucura.

Em uma passagem no mesmo sentido encontramos a compreensão da loucura na Idade Antiga associada a um estado melancólico⁴ com alucinações que seriam originárias do período menstrual como aponta a historiadora Del Priore (1994; 1999), pelos estudos do médico Galeno⁵, na qual a melancolia era associada aos excretos do sangue menstrual, causador de alucinações. Propagava-se nessa época que o sangramento mensal das mulheres tornavam-nas doidas, indecentes, furiosas, sem apetite, sem sono e não lhes despertavam interesses pelas atividades do cotidiano, rotulando-as como melancólica, sendo propensão a torna-se, também, histérica e ninfomaníaca. Segundo Tosi (1985), o ciclo da fisiologia feminina desenhava a tênue conjugação da mulher à natureza.

Adiante, na Idade Média, as mulheres foram coisificadas como bruxas pela Inquisição (TOSI, 1985; PESSOTTI, 1994). Elas, as feiticeiras, pobres e migrantes da zona rural, tinham “visões e alucinações” (sem explicação) e logo eram associadas a manifestações corpórea do demônio e, a elas a fogueira a sina. Do mesmo modo Del Priore (2004) em ‘Magia e Medicina na colônia: o corpo feminino’ sobre a mulher no Brasil Colônia constrói uma compreensão entre a representação do corpo feminino que esta intrinsecamente destinado ao ‘entre’ o céu de o inferno. Tudo depende do que ela faz do seu corpo a dualidade ‘o sagrado e o profano’, embora o mesmo não seja propriedade sua. “O corpo feminino parecia, assim, o lugar de uma dupla propriedade: ele parecia ameaçador, quase demoníaco, mas ameaçava-se a si próprio ao se tornar vulnerável a elementos do universo exterior”. (p. 103).

Esses comportamentos sem explicação, durante a Idade Média, seriam equivalentes hoje às patologias sociais contemporâneas e emergentes em Psicologia como a própria histeria, melancolia, depressão e ansiedade (que

3 Doença psíquica investigada por Charcot e Freud entre os séculos XVIII e XIX, mas que fora da concepção psicanalista, uma espécie de falsa doença por ter nenhum respaldo fisiológico-anatômico.

4 Melancolia é um termo que vem desde a Antiguidade clássica: Hipócrates procurou explicar os distúrbios mentais como resultado de um desequilíbrio entre os quatro humores básicos do corpo: o sangue, a linfa, a bile amarela e a bile negra, a que correspondiam os quatro temperamentos: sanguíneo, fleumático, colérico e melancólico.

5 Galeno de Pérgamon (c. 129 d.C.-c. 200 d.C.). comungava que o cérebro seria o centro das emoções. A melancolia resultava, para Galeno, de uma inundação do cérebro pela bile negra, cujo excesso, por sua vez, era consequência de um espessamento do sangue, a ser tratado pela sangria.

ainda hoje são patologias que acometem mais as mulheres do que aos homens). O senso comum das habilidades misteriosas das bruxas/feiticeiras tinha de certa forma “[...] as propriedades das ervas ou plantas com que preparavam poções e unguentos reputados eficazes no tratamento de doenças tanto físicas quanto mentais” (TOSI, 1985, p. 42).

Analisando a História em nome de um poder exercido sobre a mulher fomos vítimas de símbolos significantes para colocá-las em posição de inferioridade em relação ao gênero, seja o cárcere, a mutilação, a reclusão em domicílio, as burcas, os véus, as máscaras, as maquiagens, as roupas e os demais acessórios que a mantivesse em posição de objeto a ser manipulado e que lhe negasse sua condição de indivíduo social.

Sob as mulheres pesa quaisquer tipos de transgressão à moralidade social da época e bons costumes civilizatórios: o casamento, a reprodução e o cuidado do lar. Sendo a elas negadas a prática da prostituição, adultério e aborto (PESSOTTI, 1994). Toda mulher que não constituía matrimônio e prole era marginalizada. Por isso, a o período de caça às bruxas (VILELA, 1992), consolida binômio a mulher e a loucura, lhe ‘concede’ o livre exercício da sexualidade, esse comportamento gera uma fatura alta a ser paga com o extermínio das mulheres que praticavam a medicina empírica, e, disseminação do “[...] terror na população feminina, o que facilitaria sua normatização social” (TOSI, 1985, p. 42).

Na Idade Moderna, a história acende na Europa a relação, mais uma vez, esquematizada entre o útero⁶ e a sanidade mental da mulher. Associado a ideia de inferioridade perante o homem, no aspecto físico, intelectual, moral e mental, com aporte aos artifícios fisiológicos ou, nos termos de Del Priore (1997; 1999), jaziam aprisionadas desta fisiologia, da constituição de seus órgãos genitais. Também nesta época “[...] acreditava-se que o útero, oco de semente, tornava-se encantador e sedutor, capaz de criar com seus poderosos excretos todo tipo de feitiço”. (DEL PRIORE, 2004, p. 100). Reforçando a ideia de que o corpo da mulher deveria ser disciplinado as regras da sociedade pela sua boa conduta de moralidade consoante com Goffman (1961) e Foucault (2008).

Finalizando o século XVII e o princípio do XVIII, decai a crença e o extermínio das bruxas e, o inquisidor que sentenciava a fogueira agora é pode ser

6 Del Priore (2004) discorre que adotávamos a Medicina e descobertas de Portugal nosso colonizador onde emergia a ideia de que os ovários das mulheres eram testículos que não se desenvolveram, acentuando ainda mais a inferioridade do corpo feminino.

comparado à insurgência da figura do médico na identificação da loucura mais tarde doença mental. Onde a pratica da internação asilar base da psiquiatria nascente, irá investigar, diagnosticar e ‘tratar’ a loucura (FOUCAULT, 2008). Não desprezando a tênue associação da psiquiátrica da loucura, ao modo capitalista de produção, sujeitos incapazes de atividades laborais, desviantes sociais, como mendigos, pobres de toda ordem e desempregados a sentença era a internação.

O ‘critério’ para o internamento das mulheres, eram diversos (e insuficientes para justificar): as prostitutas, as nervosas⁷, as histéricas, as pobres, filhas de artesãos que pudessem ser seduzidas, moças de família que fossem desvirginadas, a estéreis e até mesmo as mulheres que não se casavam (PESSOTTI, 1994; PEREIRA, 1997; MURARO 2009; FOUCAULT, 2008; ARBEX, 2013).

Questiona-se, então, como negar a sexualidade, ou melhor: o desejo? Recorrendo a Onfray (2010, p. 64) [...] onde Dionísio parece, a miséria sexual se instala. Tanto que, à força de determinismos sociais, de propagandas ideológicas moralizadoras generalizadas, a servidão se torna voluntária e, definição alienação, a vítima acaba até encontrando prazer na renúncia de si. Assim, é possível considerar a origem da negação do desejo, uma vez que ele confere a dimensão primitiva e ‘natural’ do desenvolvimento humano, inclusive a sexualidade, um sustentáculo quase inevitável no aspecto biológico, mas com escavas para criar realidades propiciadas pelo encontro com a cultura.

Há algo quase para ‘explicar’ a negação do desejo, meditando didaticamente entre a natureza e a cultura (CUNHA, 1998), pela natureza experimenta-se a sexualidade instintiva e na cultura ganha-se o erotismo e os artifícios do prazer pelas convenções sociais do matrimônio e reprodução.

O mesmo infere “ficções socialmente úteis e necessárias”, tais como: a ideia de que o desejo é carência que só pode ser sanada com um par culminando no gozo e; a ideia de que a família resolve o problema da libido que segundo o autor tem natureza nômade. E, mais “quando a filosofia falta, a biologia reina” (2010, p. 61).

Em essência ele critica muitas contradições embutidas nas ditas “ficções socialmente úteis e necessárias” que necessitam ser desconstruídas, mas que ao

7 De acordo com a publicação de Freital 1949 (ODA; DELGALLARONDO, 2000), o temperamento nervoso da mulher (ou as alterações dos estados de alegria, tristeza, vivacidade e melancolia), e a internação era o tratamento de prevenção alterações no sistema nervoso, com recomendações de alimentação baseada em vegetais, passeio no campo, banhos, laxantes e sanguessugas.

mesmo tempo alimentamos um ranço juízo moralizador que dissimula e abafa o feminino, a louca.

Posto que pela pesquisa sobre sexualidade na era medieval Karras (2005, p. 03): “Tanto na relação homem-mulher como na relação homem-homem o sujeito ativo era aquele que penetrava enquanto que o passivo era o que era penetrado”. Afinidades versus a natureza significavam inverter ‘qualquer normal’ entre os sexos, tais como: as elações homossexuais eram violação contra a natureza porque um dos homens assumia, necessariamente, o papel passivo, era penetrado por outro homem; e em uma relação heterossexual caso a mulher ‘assumisse uma posição inadequada’ ao seu comportamento de submissa também seria contra a natureza.

O corpo, transformado na reclusão e da expressão da feminilidade materializadas nos corpos das loucas se esbarra na perda de signos do feminino e, sobretudo, da dignidade que pelas ações de estigmatização, violências e exclusão, ceifa o direito fundamental à singularidade, ou seja, subjetividades em cárcere. Ao passo que dar manutenção às demandas regulatórias da bio-política e disciplinares do bio-poder (FOUCAULT, 2006).

De acordo com Foucault, só o fato das mulheres receberem o estigma de louca por ser mulher quando a história nos desvela a forma como as bruxas (mulheres), as fêmeas ameaçadoras foram atiradas as fogueiras pelos moralistas da época⁸. Hoje, um conjunto de regras ditadas pelo discurso científico concebe permissões nos comportamentos sexuais, mas a louca quaisquer expressão de desejo ou libido são intoleradas e, mais a existência da louca por si só já é uma afronta à sociedade normativa. Considerando a passagem da natureza para a cultura, aqui não há nenhuma mudança operacional, apenas, conceitual. Da fogueira ao cárcere. “De santa a bruxa, de parteira a curandeira, de mãe a prostituta, a mulher vai sendo construída e desconstruída ao longo da História, através das conveniências sociais, econômicas, políticas e religiosas”. (KRAMER & SPRENGER, 2009, p. 14-5).

O hospício da louca já implica relações de poder em seu cerne, de acordo com Foucault, toda relação social (mesmo a asilar) é, ainda mais forte, uma relação de poder. O exercício do poder constroem saberes sobre seus objetos, exercício e efeitos, resultando num regime de poder que pode ser estendido a

8 Na alta Idade Média, havia todo um artefato de vigília e controle sobre o sexo das mulheres, pois são corpos e almas mais vulneráveis ao pecado da carne, entrada privilegiada do demônio na intimidade humana. Introdução histórica da 20ª edição (2009) “*O Martelo das Feiticeiras*”.

outras instituições e ao conjunto social (FOUCAULT, 1985; 2006; 2008), por meio de dominação, institucionalização ou sujeição.

O asilo é precisamente o que faz pagar a loucura com um certo número de necessidades artificialmente criadas e é, ao mesmo tempo, o que vai fazer pagar a cura por meio de uma certa disciplina [...] o asilo, ao estabelecer uma carência, permite criar uma moeda com que se pagará a cura [...] os meios de pagamento da terapêutica: é isso no fundo, o que constitui o asilo. (2006, p. 195)

As práticas de isolamento social das mulheres e loucas dar-se-á pela análise das técnicas e tirocínios sociais que se constitui uma analítica do poder, isto é, uma apreciação aos díspares regimes de poder, e uma tênue possibilidade de reversão histórica das formas de dominação. (MIRANDA, 1996; 2002).

A medicalização da beleza, mitologia e estética, ilustra-se na passagem;

“Eu fui muito judiada [...] acho que isso me deixou eu nervosa e precisei ser internada, fiquei doente mental [...] a gente ficou traumatizada, fiquei traumatizada muito”. [Luíza⁹, interna do hospital psiquiátrico de Ribeirão Preto, vítima de estupro e relação incestuosa com o pai]

Na mesma semelhança a passagem de *A hora da estrela* de Clarice Lispector (1998), *depois tudo passou e Macabéa continuou a gostar de não pensar em nada. Vazia, vazia. Como eu disse, ela não tinha anjo da guarda. Mas se arranjava como podia. Quanto ao mais, ela era quase impessoal. Glória perguntou-lhe:*

- Por que é que você me pede tanta aspirina? Não estou reclamando, embora isso custe dinheiro.
- É para eu não me doer.
- Como é que é? Heim? Você se dói?
- Eu me doo o tempo todo.
- Aonde?
- Dentro, não sei explicar.

Por esta perspectiva, registramos relatos e situações de pacientes que ilustram situações de aprisionamento de corpo, desejo e subjetividade sob diversas faces de abandono de estética e de dignidade. E, em seus cotidianos: uma

9 Casos descritos na íntegra ver Tese de Doutorado (PEREIRA, 1997).

situação é a chegada à ala de internação feminina mulheres de cor branca ou de cor negra, mulheres de estatura alta e mulheres estatura baixa, algumas muito magras e outras muito acima do peso, uma parte considerável com outras doenças (além da mental) e muitas sem dentição, um grupo com cabelos longo com piolhos e algumas com corte de cabelo masculino para não suscitar sexualidade, muitas sem unhas ou com unhas quebradas e feridas.

Consideramos que a paciente padecente de transtorno mental é portadora de intensa dor e sofrimento que nem sempre pode ser expressado porque dói tudo, até existir dói.

E, o corpo disciplinar ganha um número de prontuário, um uniforme, passa pela bandeja de medicação e fica ao aguardo de algum profissional da internação seja terapeuta ocupacional, psicólogo, enfermeira-chefe ou técnica de enfermagem: que quando tiver tempo vem lhe dar ‘as boas vindas’ e orientar – ordenar - a rotina, (isso com as pacientes de bom comportamento, pois as pacientes em crise ou ficam de debatendo nos corredores ou são contidas).

A expressão de um corpo feminino é também uma fonte de admiração do belo como exprime Vênus¹⁰ na mitologia grega. Um corpo que antes era dotado de atributos de beleza, glamour e sedução passa a ganhar contorno de um corpo que não reproduz nenhuma estética e uma higiene precária ao passo que fragiliza sua auto-estima. Incapacitando-a para qualquer possibilidade de enfrentamento dos processos de estigmatização, ou de suportar as dores do confinamento, o frio e o calor dos leitos e angústias da organopatologia (quando existe), restando-lhes se submeter aos olhares e comportamentos que as excluem de serem: mulheres.

Em obrigadas a entregar seus pertences, mesmo que dispusessem do mínimo, inclusive roupas e sapatos, um constrangimento que levava às lágrimas muitas mulheres que jamais haviam enfrentado a humilhação de ficar nuas em público [...] as mulheres andavam em silêncio [...] daquele momento em diante, elas deixavam de ser filhas, mães, esposas, irmãs [...] nesta condição, viam-se despedidas do passado, às vezes, até mesmo da própria identidade. Sem documentos, muitas pacientes do colônia eram rebatizadas pelos funcionários.

10 Vênus foi uma das divindades mais veneradas entre os antigos, sobretudo na cidade de Pafos, onde o templo era admirável. Tinha um olhar vago, e cultuava-se o zanago dos olhos como ideal da beleza feminina. Possuía um carro puxado por cisnes. Vênus possui muitas formas de representação artística, desde a clássica (greco-romana) até às modernas, passando pela renascentista. É de uma anatomia divinal, daí ser considerada pelos antigos gregos e romanos como a deusa do erotismo, da beleza e do amor.

Perdiam o nome de nascimento, sua história original e sua referência, como se estivessem aparecido no mundo sem que alguém as parisse. (ARBEX, 2013, p. 28-29-30 *grifos nossos*)

O lugar da mulher? Em casa ou no manicômio? Signorelli (1996), ressalta que por anos o espaço doméstico foi atribuído a mulher, sendo o seu espaço de 're-produção' a casa e a família são seus vínculos, tais *vínculos* por muitos séculos e até hoje levam-nas ao hospício. A própria sexualidade da mulher¹¹ tem estrita ligação com a reprodução e, não necessariamente com a maternidade (consequência do vínculo), mas a reprodução é imposta tênue ao matrimônio. No tocante à saúde mental, registramos evidências de sofrimentos psíquicos que associam-se a perda de sua identidade que além de ser portadoras de uma doença mental, passam a desencadear outros sintomas psicológicos mais frequentes como as crises de ansiedades, angústias e quadros graves de depressão, aumentando os níveis de vulnerabilidades que as expõem aos riscos de estigmatização e violência subjetiva no espaço asilar.

Conclusões

A libido 'exagerada' no momento da crise é a única referência da sexualidade que eles têm da interna em saúde mental pela visível negação de outras formas de ato sexual além do sexual heterossexual. Em geral a equipe negar haver manifestações que não sejam heterossexuais, mas em uma fala apareceu registro de que quando as mulheres não saem da ala feminina elas acabam por acariciarem estendendo para o ato sexual, ou seja, a equipe sabe que existe, porém nega outras possíveis expressões da sexualidade.

A reprodução da equipe sobre o erotismo da paciente lhes parece uma crise, surto ou delírio, pois concebem a louca como incapaz de desejar. Em muitas expressões a masturbação é associada a crise, como se condição de se masturbar fosse relativo a condição de estar doente. Os profissionais também deixam nas *entrelinhas* que a prática sexual 'aceita' na instituição é a heterossexual. Estes relatos tiveram o propósito de compreender as percepções de profissionais, em sua maioria enfermagem, que assistem pacientes psiquiátricos acerca da sexualidade. Pelos relatos infere-se que a manifestação da sexualidade

11 Sugerimos a leitura de Ronaldo Vainfas (org), **História e sexualidade no Brasil**, Rio de Janeiro, Graal, 1986, que contém vários artigos pertinentes ao tema. Tema discutido também sobre 'A letra de Escarlete' na tese de Cabreira (2006).

do doente mental é vista de forma exacerbada, portanto, descontrolada, como o próprio doente. Como propõem Bardin (2009), o discurso dos participantes não é um produto acabado, mas uma fase de elaboração que pode ser pautado no exagero, na falta de medida, e nas entrelinhas, ou seja, expressão da subjetividade, também de quem enuncia.

De acordo com Amarante (2003) o profissional – de enfermagem- evolui prontuário e repassa informações aos demais colaboradores da equipe de saúde e familiares e ao negar a existência da sexualidade no paciente torna-se ‘mais neutro’ ao fazer seu posicionamento. A tendência à homogeneidade, mesmo sabendo que a manifestação de sexualidade nos espaços institucionais são potencializadas pelo confinamento como já foi abordado anteriormente.

Master e Johnson (1981; 1985) apontam a importância de reconhecer que nem todas as pessoas deficientes são semelhantes em suas capacidades de aprendizado e independência, estabilidade emocional e habilidade social. A cultura é uma dimensão do processo histórico-social da vida de uma sociedade, um ‘tecer’ de fatos sucessivos que Santos (1983) chama atenção tanto na preocupação em se estudar sociedades diferentes, quanto na discussão sobre a cultura, os impulsos se localizam na civilização dominante. São os nossos olhares, sociedade, que a ciência vê o mundo, inferindo, alterando, escavando, compreendendo, desafiando.

Referências Bibliográficas

AMARANTE ,P. A (clínica) e a Reforma Psiquiátrica. In: SCLiar, Moayc et al.; _____. (coord.) **Archivos de saúde mental e atenção psicossocial**. Eng° Paulo de Frontin, RJ: Nau, 2003, p.45-65.

ARBEX, D. **Holocausto Brasileiro**: genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial. 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Paris: Presses Universitaires de France. 2009.

BOOTH et al, **A arte da pesquisa**. 2 ed. Martins fontes: São Paulo, 2009.

CUNHA, M. C. P. De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX). **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 181-215, 1998.

DEL PRIORE, M. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Viagem pelo imaginário do interior feminino. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 179-194, 1999.

_____. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

FOUCAULT, M. **O poder psiquiátrico**. Curso do Collège de France (1973- 1974). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Marins Fontes, 2006.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica** [1961]. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. – Rio de Janeiro. Edições Graal, 5°. 1985.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

KARRAS, R. M. **Sexuality in medieval Europe: doing unto others**. New York: Routledge, 2005.

KRAMER, H., SPRENGER, J.. **O martelo das feiticeiras: *malleus maleficarum*** (20a ed.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2009.

LISPECTOR, C. **A hora da Estrela**. Rocco, 1998.

MASTERS, William H., JOHNSON, Virginia E. **A conduta sexual humana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981

_____. **A inadequação sexual**. Rio de Janeiro: Roca, 1985.

MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes. **Representações sociais sobre a atuação do enfermeiro psiquiátrico no cotidiano**. 2002. Tese (Doutorado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, USP.

MIRANDA, F. A. N. **Doente mental: sexualidade negada?** 1996. Dissertação (Mestrado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, USP.

MURARO, R. M. **Um Mundo Novo em Gestação**. Campinas: Versus, 2003, p. 61-62

MURARO, R. M. & PUPPIN, A. B. (Orgs.) **Mulher, Gênero e Sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2003.

ODA, A. M. R.; DALGALARRONDO, P. Ciclo reprodutivo e transtornos mentais no século XIX. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 22, mar. 2000.

ONFRAY, M. **Potência de existir – Manifesto hedonista**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

PEREIRA, M. A. **Representações sociais de pacientes psiquiátricas sobre a loucura, a internação e o sofrer psíquico: a triste passagem e a triste paisagem**. Tese [Doutorado]. Escola de Enfermagem de Ribeira Preto/USP, 1997.

PESSOTTI, I. A doutrina demonista. In_____. **A loucura e as épocas**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

TOSI, L. Caça às bruxas: o saber das mulheres como obra do diabo. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 4. n. 20, p. 35-42, 1985.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 9. ed. São Paulo: Editora Brasileira. 1983.

SIGNORELLI, A. **Fatevi regine**. Roma, Sensibili alle foglie, 1996.

VILELA, W. V. **Mulher e saúde mental**: da importância do conceito de gênero na abordagem da loucura feminina. 1992. **Tese** (Doutorado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MASCULINIDADES NEGRAS E ESTEREÓTIPOS DO RACISMO E SEXISMO EM DEBATE

Mônica Prates Conrado
Docente da Universidade Federal do Pará;
mpconrado@uol.com.br

Alan Augusto Moraes Ribeiro
Doutorando da Universidade de São Paulo
alanaugustoribeiro@yahoo.com.br

Resumo: Por considerar que autoras como bell hooks e Patricia Collins elaboraram reflexões teóricas sobre homens e masculinidades negras a partir de uma perspectiva interseccional buscamos pontuar com outros autores e autoras, dentro ou fora do Brasil, de que modo estes mobilizaram ideias e perspectivas de análise que estejam ou não em conexão vinculativa com os posicionamentos teóricos das autoras acima mencionadas. E finalmente, o nosso interesse é de tornar ainda mais elucidativo a necessidade da discussão de estereótipos que possam contribuir na construção de outros sentidos, outras narrativas, outras versões acerca do debate proposto.

Palavras-chave: Masculinidades Negras, Feminismo Negro, Estereótipos.

Introdução

O nosso interesse é fomentar a discussão sobre como o pensamento feminista negro estadunidense mobiliza reflexões e narrativas sobre masculinidades negras, registrando críticas sobre como alguns estereótipos sexistas atuam na construção de significados distópicos que dificultam a identificação de versões positivas de masculinidades negras que existem nas práticas sociais.

Estudar masculinidades negras a partir da multiposicionalidade é perguntar como devemos discuti-la a partir de um olhar relacional, e não posicional e hierárquico fixo. Os estereótipos sexuais sobre homens negros são resultados do sexismo e não apenas do racismo, mesmo que o privilégio patriarcal posicione tais masculinidades como configurações vantajosas. Se este privilégio permanece intacto mesmo quando é recusado pelos homens, resta saber se esta vantagem é recorrentemente presente ou contingencial, conforme o contexto relacional.

Um dos caminhos de construção desta multiposicionalidade é a compreensão das masculinidades negras a partir dos estudos feministas negros, desafiando um “silêncio que tem sido um gesto de cumplicidade, especialmente o silêncio sobre os homens negros”. O rompimento de concepção unitária da experiência masculina nos viabiliza explorar diversas possibilidades de experiências masculinas, uma vez que a subjetividade masculina é afetada por uma série de variáveis e identidades transversais e é, portanto, diversa.

Metodologia

O objetivo é apontar para a viabilidade de reflexões e narrativas para o estudo das masculinidades negras em torno da intersecção entre raça, gênero, classe e sexualidade no Brasil tão pouco ainda abordado no país. Nesse sentido, interseccionalidade constitui-se em um instrumento analítico para viabilizar um projeto epistemológico com posicionalidade (o que não significa imobilidade), e ampliar os tipos de registros de conhecimento, conferindo-lhes um significado sociológico com base em seus potenciais cognitivos e em experiências vivenciais.

Pensar sobre homens e masculinidades negras a partir deste paradigma da interseccionalidade, retirando a raça do centro da análise, indagando como esta “análise racial” demanda diferenças de gênero, de classe social, sobre sexualidade e sobre nacionalidade, uma vez que a intenção é descentralizar debates

“mono-categoriais” (quando falar de masculinidades e feminilidades é o mesmo que pensar o gênero como o guia analítico único e suficiente), sendo que este paradigma indaga as diferenças de gênero a partir destas outras adscrições raciais, de sexualidade, de classe e de nacionalidade.

Ao nos valer do conceito de “imagens em controle” (COLLINS, 2000) como instrumento conceitual que abriga metodologicamente os conceitos de estereótipo ou de estigma, podemos encontrar um exemplo dessa análise interseccional quando se aciona certas imagens sobre mulheres negras que acabam ativando outras imagens, também em controle sobre homens negros em nome das relações assimétricas:

Por exemplo, a hipermasculinidade frequentemente atribuída aos homens negros reflete crenças sobre o seu apetite sexual excessivo. Ironicamente, o apetite sexual excessivo de Jezebel a masculiniza porque seu desejo sexual é exatamente como o desejo de um homem [...] Em um contexto onde as mulheres femininas são aquelas que permanecem submissas, mesmo que apropriadamente em uma paquera com os homens, mulheres cuja agressão sexual se assemelha ao dos homens se tornam estigmatizadas. (COLLINS, 2000, p.100).

Discussão e resultados

Nos Estados Unidos, Patricia Collins (2004) discute como o racismo e a heterossexualidade estão interconectados, dando sentido um ao outro; eles influenciam um ao outro e causam danos a todos os/as estadunidenses diferenciados por raça, gênero, sexualidade, classe e nacionalidade. Para gays negros, lésbicas negras e demais LGBTs negros e negras, o uso do modelo branco ocidental na abordagem de suas experiências e subjetividades fica em evidência na medida em que são descaracterizadas pela leitura feita a partir de uma heterossexualidade homogênea e de uma branquidade monolítica, causando distorções e interpretações parciais.

Para a ruptura de padrões racistas e sexistas há ainda, nos dias de hoje, enfrentamentos a fazer; como bell hooks (1990, p. 17) esclarece: “coletivamente, as mulheres negras e homens negros precisam se mobilizar em uma direção que desafie normas sexistas”. É ouvir também o que homens negros e mulheres negras têm a dizer: sobre as suas experiências, seu modo de ver e se

relacionar com o mundo, segundo ordens de gênero em suas distintas e diversas situações, contextos e lugares no mundo racializado e sexualizado que se constroem em masculinidades múltiplas e feminilidades plurais, embora sejam “moldadas” em contextos ocidentais de valores dominantes de uma supremacia branca, sob diversas condições históricas. Por exemplo, a sexualidade sempre forneceu metáforas de gênero para a colonização (bell hooks, 1990). Chandra Mohanty (2003) sugere direções metodológicas para análise feminista que não podem ser vistas limitadas ao contexto histórico britânico-indiano.

Essa autora define aspectos da regra imperial que dois deles aqui merecem destaque à temática abordada quando sinaliza sobre Estados coloniais e culturas imperiais no século XIX que foram consolidadas através de relações específicas, envolvendo formas de conhecimento e instituições de regulação sexual, racial e de casta. Um desses aspectos é a construção ideológica e consolidação da masculinidade branca como normativa e a racialização correspondente e sexualização dos povos colonizados. Por último, a ascensão da política e consciência feminista no contexto do domínio colonial britânico dentro e contra o quadro de movimentos de libertação nacional. Cabe ressaltar o que Chandra Mohanty (2003) enfatiza que é impossível fazer generalizações sobre todas as culturas coloniais. No entanto, o seu interesse é fornecer um exemplo de um contexto historicamente específico para o surgimento da política feminista em vez de reivindicar uma história singular para a emergência dos feminismos em contextos do “terceiro mundo”.

Angela Davies (1983) aborda o mito do homem negro violador pela ideologia racista desde o período colonial até os anos 70 do século passado nos Estados Unidos quando analisa as suas dinâmicas e persistências. As representações do homem negro como instintivo e violento estiveram sempre diretamente associadas à imagem das mulheres negras como promíscua e se homens negros têm os seus olhos sobre mulheres brancas como objetos sexuais, então mulheres negras são facilmente atraídas pelas atenções sexuais dos homens brancos por estarem ambos (homens negros e mulheres negras), conforme nos vale assinalar, subjetivamente presos a esta armadilha num jogo de representações e estereótipos racialmente sexualizados (e sexualmente racializados).

No Brasil, Nina Rodrigues (1933, p. 153) postulou no século XIX, eivado pela teoria da degenerescência das raças predominante naquela época, baseada na ideia da inferioridade de “tipos raciais” de que “A sensualidade do negro pode atingir então às raias quase das perversões sexuais mórbidas. A excitação genésica da ‘clássica mulata’ brasileira não pode deixar de ser considerada

um typo anormal”. Sueli Carneiro salienta que no Brasil “o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado, e a miscigenação daí decorrente, criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira” (CARNEIRO, 1995, p. 546).

Apesar de descartada, no Brasil, a ideia assumida de inferioridade de raças sob um viés biologizante, na literatura especializada, ao nos referirmos aos escritos de Nina Rodrigues por se deslocar como problema nacional a questão de raça que se tornou construção social como questão da cultura, nos anos 30 do século XX, nos vemos submersos em valores dominantes, munidos pelo ideário da branquitude e do mito da democracia brasileira como *modus operandi* do racismo e do sexismo que se encontram presentes no cotidiano das pessoas sob a rubrica de atemporais, em processo dinâmico, reeditados e instaurados, em destaque aqui, os mitos sexuais.

Sob o contexto colonial antilhano, Frantz Fanon (1983, p. 131) descreve como prevalece a visão dominante colonial de que “o negro tem uma potência sexual alucinante”, de que o negro é fixado no genital, ou ao menos fixaram-no aí”, “se não é o comprimento do pênis (do negro), é a potência sexual que [...] atinge o branco. Ele afirma que “É na corporeidade negra que se atinge o negro” (FANON, 1983, p. 134). É o negro simbolizando o “biológico”: forte, sexo, potente movido por instinto animal. A compleição física do homem negro como fonte disponível de prazer e gozo ligado à ideia de pênis grande e vantajado.

No filme *Amistad* (1997), dirigido por Steven Spielberg, africanos e africanas sequestrados, após meses a bordo em um navio negreiro, ao tematizar as condições a que eram submetidos no tráfico de escravizados, o protagonista Cinque, representado por Djimon Hounsou sob cruéis adversidades em condições insalubres, desumanas ao enfrentarem a fome e a sede se encontra no final do trajeto robusto e musculoso que emana força física de um guerreiro projetado pelo imaginário ocidental para reforçar a sua principal característica no enredo do filme: a de liderança.

A ocidentalização de corpos negros se traduz em máquina de prazer e de violência ao se negar saberes, conhecimentos tradicionais, memória ancestral por gestualidades, práticas culturais, rezas, musicalidade, jeito de se expressar e de andar, de ver e estar no mundo, muito singulares para cada contexto específico, para cada experiência do vivido. As masculinidades negras se constituem em processo constante, dinâmico, revitalizador marcadas por ambiguidades e contradições; descontinuadamente em um jogo de resistência e subalternização

dos homens negros nas práticas de gênero entre homens. Homens negros compartilham tradições culturais negras, mas devem resolver as contradições que se defrontam na redefinição de masculinidades negras face às noções abstratas, vazias de subjetividades próprias fruto da masculinidade que lhes são impostas (COLLINS, 2009, p. 284; HOCH, 1979).

Cornel West, no momento em que coloca em pauta os anos 60 e de seu impacto cultural nos Estados Unidos, chama a atenção de que “falar a respeito da sexualidade dos negros é praticamente tabu” (COLLINS, 2009, p. 101). E enfatiza a importância de desmitificar a sexualidade dos negros que consideramos questão ainda bastante atual.

Todo mundo sabe que não se pode falar francamente a respeito de raça sem abordar a questão do sexo. Contudo, a maioria dos cientistas sociais que estuda as relações raciais refere-se muito pouco ou mesmo nada ao modo como as percepções sexuais influenciam as questões raciais. Nossa tese é de que a sexualidade dos negros constitui um assunto tabu entre os brancos e os negros norte-americanos e que um diálogo franco a esse respeito, entre essas duas comunidades e dentro de cada uma, é essencial para que haja relações raciais sadias no país (COLLINS, 1994, p. 102).

Inspirados nos escritos de bell hooks (2004) há o debate urgente que precisa ser feito no interior das comunidades negras brasileiras sobre o envolvimento dos homens negros na militância das mulheres negras sobre questões do racismo e sexismo do qual inclusive também fazem parte; apesar de nossa crítica a sua significativa ausência física. Sua inclusão é uma forma de encarar e rebater a conformidade de normas sexistas e de gênero prevalentes de uma supremacia branca como referência. Questões que envolvem contradições de posições de gênero de homens negros no interior da luta antirracista porque inseridos em relações assimétricas com mulheres negras são desafios cruciais na luta feminista negra dentro das comunidades negras que, em suas especificidades, se deparam o tempo todo com tensões, contradições e conflitos em seu dia a dia.

Há questões que ganham relevo principalmente para homens jovens negros no que se refere à hiperssexualização que se adere de maneira estereotipada como constituinte do “ser homem”, consubstanciada por mitos sexuais (MERCER, 1997). A sexualidade das mulheres negras, marginalizada, negada e, muitas vezes, vilipendiada, aparece em associação com os estereótipos que são instilados sobre homens negros em diferentes contextos sociais no Brasil. Mesmo em uma leitura sexista, mulheres negras são menos valorizadas sexualmente do que as mulheres brancas porque a valorização de um modelo de

estética eurocêntrica atua diretamente no “encantamento emocional” em torno das primeiras em comparação com a maior “atratividade corporal” das segundas. É fundamental pensar interseccionalmente para poder compreender como influenciam as percepções sexuais motivadas pelos estereótipos ao afetar diretamente homens negros e mulheres negras ao produzir barreiras ao acesso a bens simbólicos, bem como dificuldades relacionadas com a efetividade de direitos sociais.

Sobre um dos principais aspectos, abordados neste artigo, de como se constitui em ser e estar no mundo como “homens” e em exercer a sua masculinidade (BARKER, 2008) torna-se fundamental desestabilizar posições situacionais de gênero como referentes fixos, opostos. Então, ao nos remetermos à ideia de “ser homem”, Miguel Vale de Almeida pontua que se traduz em um constante processo de construção o que significa “um conjunto de atributos morais de comportamento socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados” (ALMEIDA, 2000, p.128). Podemos dizer então que a “experiência de homens” é uma categoria contestada e diversa (ASHE, 2004).

Novamente, bell hooks (1998) argumenta que as experiências dos homens na discriminação racial podem servir como uma ponte para se conectar a causa feminista com a “experiência masculina” como uma categoria que produz diferentes efeitos que deve ser melhor investigada.

Pedro Paulo Oliveira (2003, p. 142-43) faz importante alusão à cegueira de homens brancos de classe média ao “poder masculino e de sua hegemonia dentro do regime de gênero vigente nas culturas contemporâneas ocidentais”.

Os mecanismos sociais que possibilitam privilégios se tornam invisíveis para aqueles que são por eles favorecidos. Assim, os homens brancos de classe média quando se olham no espelho, se veem como seres humanos universalmente generalizáveis. Eles não estão capacitados a enxergar como o gênero, a raça e a classe afetam suas experiências.

Conclusões

E, muitos, acreditamos não podem enxergar, mas também não queiram enxergar. E quem quer, de fato, perder posição de poder? Lançamos a indagação. Levamos em conta, inclusive, o que Welzer-Lang (2001) aposta quando se refere à socialização dos homens, do “aprender a ser homem”. “É também aprender a respeitar os códigos, os ritos que se tornam então operadores hierárquicos” (WELZER-LANG, 2001, p.463).

Desse modo, com as leituras dos feminismos negros trouxemos reflexões que põem em evidência a necessidade de abordagens de gênero e feministas sobre experiências de homens negros e de experiências de mulheres negras, a partir deles/as mesmos/as que validem, contestem e se reiventem em constantes definições e negociações de/para um nós coletivamente compartilhado.

Referências

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim do século, 2000.

ASHE, Fidelma. “Deconstructing the Experiential Bar Male Experience and Feminist Resistance”. *Men and masculinities*, v. 7, n. 2, p.187-204, oct.2004. Disponível em: <<http://www.palgrave-journals.com/fr/journal/v17/n1/full/fr198418a.html>>.

Acesso em: 03 jul. 2015.

BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. *Cadernos Pagu*, n. 26, p.329-376, jan./jun.2006.

CARNEIRO, Sueli. “Gênero, raça e ascensão social”. *Revista de Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 544-552, 2 sem.1995.

CARNEIRO, Sueli. “Novas Perspectivas para a Militância Feminista e os Rumos do Feminismo Negro na América Latina” (Debate). In: FESTIVAL DA MULHER AFRO-LATINO-AMERICANA E CARIBENHA, 1., 2013, Brasília. *Anais...* Brasília: Grio, 2013, p. 175-183.

CARNEIRO, Sueli. “Mulheres em Movimento”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, dez. 2003.

CLAYTON, Susan. “O hábito faz o marido? O exemplo de uma *female husband*, James Allen (1787-1829)”. SCHPUN, Monica Raisa (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

COLLINS, Patricia. “Learning from the Outsider Within: the Sociological Significance of Black Feminist Thought”. *Social Problems*, v. 33, n. 6, p. 14-32, oct./dec. 1986.

_____. "Intersections of race, class, gender, and nation: some implications for black family studies". *Journal of Comparative Family Studies*, v. 29, n.1, p. 27-34, 1998.

_____. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009.

_____. *Black sexual politics: african americans, gender and the new racism*. New York: Routledge, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color". *Stanford Law Review*, v. 43, n. 124, 1993.

DAVIS, Angela. *Women, race, and class*. New York: Vintage, 1983.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Ed. Fator, 1983.

HOCH, Paul. *White hero Black beast: racism, sexism and the mask of masculinity*. London: Pluto Press, 1979.

hooks, bell. *Talking back: thinking feminist, thinking black*. Boston: South End Press, 1989.

_____. Postmodern Blackness. In: HOOKS, bell. *Yearning: race, gender, and cultural politics*. Boston: South End P, 1990. p. 624-631.

_____. The politics of Radical Black Subjectivity. In: HOOKS, bell. *Yearning: race, gender, and cultural politics*. Boston: South End Press, 1990. p.15-22.

_____. "Essentialism and Experience". *American Literary History*, v. 3, n. 1, p. 172-183, 1991.

_____. *Black Looks: race and representation*. Boston: South End Press, 1992.

_____. "A Revolution of Values: The promise of Multi-Cultural Change". *The Journal of Midwest Modern Language Association*, v. 26, n. 1, p. 4-11, 1993.

_____. "An Aesthetic of Blackness: Strange and Oppositional". *Lenox Avenue: a Journal of Inter-Arts Inquiry*, v. 1, n. 1, p. 65-72, 1995.

_____; McKINNON, Tanya. "Sisterhood: Beyond Public and Private". *Signs: Feminist Theory and Practice*, v. 21, n. 4, p. 814-829, 1996.

_____. "Men as comrades in struggle". In: EWING, Doris W.; SCHACH, Steven P. (Eds.). *Men and feminism: reconstructing gender relationships*. New York: New York University Press, 1998. p. 119-145.

_____. *Feminist theory: from margin to center*. 2. ed. New York: South and Press, [1984] 2000.

_____. *Where we stand: class matters*. New York: Routledge, 2000a.

_____. *Feminism is for everybody*. Cambridge: South end Press, 2000b.

_____. Living to Love. In: PLOTT, Michele; UMANSKY, Lauri. *Making Sense of Women's Lives: an introduction to women's studies*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.

_____. *We real cool: black man and masculinity*. New York: Routledge, 2004.

_____. Ensinar novas paisagens, novas linguagens. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 857-864, set./dez. 2008.

MARTIN, Biddy; MOHANTY, Chandra. Feminist politics: What's home got to do with it? In: LAURETIS, Teresa (Ed.). *Feminist studies/critical studies*. London: Macmillan, 1988.

MERCER, Kobena. Reading Racial Fetichism. In: HALL, Stuart (Org.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage Publications, 1997. p. 153-164.

MOHANTY, Chandra Talpade. "Cartographies of Struggle: Third World Women and the politics of Feminism". In: MOHANTY, Chandra. *Feminism without borders*.

Decolonizing theory, practicing solidarity. Duham & London: Duke University Press, 2003. p. 43-84.

NINA RODRIGUES, Raimundo. A população brasileira no ponto de vista da psicologia criminal. In:_____. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.* Rio de Janeiro: Guanabara, 1933 [1894].

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. A discussão sobre a masculinidade. In: OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A construção social da masculinidade.* Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

WELZER-LANG, Daniel. “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia”. *Rev. Estud. Fem.* [online]. v. 9, n.2, p. 460-482, 2001.

PORNOGRAFIA: VIOLÊNCIA E PADRONIZAÇÃO OU EMPODERAMENTO E PRAZER FEMININO?

Samira Ramalho Ribeiro de Souza
ramalho.samira@gmail.com

Daiany Caroline Santos Silva
Universidade Estadual do Piauí /Universidade Federal do Piauí
daianycaroll@gmail.com

Resumo: Este texto visa confrontar duas visões a respeito da produção de filmes pornográficos e analisar uma fração destes conhecida como “pornô feminista”, especialmente pela obra da diretora sueca Erika Lust. Estas produções visam produzir uma outra forma de representar o sexo, geralmente através da uma perspectiva da mulher, explorando práticas que lhes dão prazer e buscando diminuir aquelas que se considera que diminui a dignidade feminina e a faz reproduzir os ditames do patriarcalismo e da heteronormatividade. Através de um panorama sobre a pornografia mundial, e a partir de autores(as) feministas e teóricos(as) queer e da comunicação, discute-se se a produção feminista cumpre a função a que se propõe ou ainda estão aliados aos parâmetros ditados pelos produtores mais tradicionais.

Palavras-chave: Pornografia, Pornô feminista, Corpo feminino.

A produção pornográfica e sua crítica

A ideia de sexualidade tal qual conhecemos atualmente foi descrita por Michel Foucault em a História da Sexualidade (1999) como desenvolvida a partir do século XVIII com a instauração de uma sociedade burguesa ou capitalista, que não se recusou a conhecer o sexo, mas se apropriou dele e envolveu-o com discursos próprios que passaram a regulá-lo. Foucault revelou que sendo a sexualidade um aspecto transversal em todos os âmbitos da vida e com poder acentuado, o capitalismo também precisou se juntar e controlar esta sexualidade, como parte dos planos de manter indivíduos alienados e cativos do sistema.

Como se tivesse a necessidade dessa produção de verdade. Como se lhe fosse essencial que o sexo se inscrevesse não somente numa economia de prazer, mas também num regime ordenado de saber. Dessa forma, se tornou progressivamente o objeto de grande suspeita; o sentido geral e inquietante, que independente de nós mesmos percorre as nossas condutas e nossas existências. ”
(FOUCAULT, 1999, p.68)

O autor também propõe definição sobre a sexualidade dentro de um dispositivo de poder. Ruiz (2014) utiliza esta definição e reforça que o sexo possui características antagônicas de amarrar e libertar o indivíduo permeando todos os lugares e englobando a existência em todos os lugares.

Para Ruiz (2014) o sexo, que embora sempre relegado âmbito particular, deve ser pensado com os processos sociais, históricos e políticos. Neste âmbito midiático se encaixa a pornografia, mais especificamente a que é disponibilizada via internet. O conceito de pornografia utilizado pela autora, e que será adotado nesta pesquisa, é a representação da sexualidade enquanto produto comercial e o espaço onde se interligam as categorias gênero, sexualidade e mídia. A pornografia como indústria é especialmente arrebatadora por funcionar como um dispositivo de poder comercial regulatório dos desejos através de imagens, mas onde os corpos são marcados como dissidentes e as práticas como perversas, marginais e abjetas. A autora também recorre a autores que reforçam como a pornografia comercial *mainstream* (produto midiático popular) legitima o gozo a partir da exibição de casais heterossexuais que adotam os padrões de beleza atualmente aceitos pela sociedade e devido aos avanços

tecnológicos das mídias, a pornografia foi enfim elevada a uma categoria de análise por representar um ponto de intersecção entre relações de poder, gênero, sexualidade e mídia, além do impressionante impacto financeiro e de presença na internet. A indústria pornográfica perde ao longo dos anos a suas características subversivas e transgressoras para se incorporar ao mercado e ditar a padronização de prazeres, de acordo com Leite (2006), pois ela deseja ser parte das bases econômicas e sociais.

Atualmente 12% dos sites que existem em todo o mundo são de pornografia, o que representa um número de 76,2 milhões. Os mecanismos de busca da internet, como o Google, relataram que 25% das buscas diárias são por conteúdos pornográficos. Em números absolutos isso dá 750 milhões de consultas por dia. Uma pesquisa realizada pelos sites de pornografia *maisntream* (popular) Pornhub e Redtube concluiu que 35% do público que visita os sites é feminino e que Brasil e Filipinas são os países que estão na primeira posição quanto ao consumo feminino de pornografia. Com base nisso, o investimento em pornografia dedicada à perspectiva feminina ou feminista como se intitulam algumas produções vem crescendo no mundo, ainda que alcance taxas quase invisíveis. Quando se trata de pornografia feminista, o site oficial do Feminist Porn Awards, premiação que começou a reconhecer os filmes do gênero a partir de 2006, contabiliza 45 diretoras e diretores que atualmente trabalham com este formato de filme feito para o prazer feminino em 45 produtoras que trabalham com pornografia direcionada para o público LGBT em geral, além de heterossexuais.

A preocupação com a forma e o conteúdo (ou a democratização da pornografia) está ultrapassando a internet. A televisão fechada também aponta algumas mudanças de postura na seleção de filmes pornográficos. O canal *Sexy Hot*, de pornografia nacional, de acordo com Nízia Villaça (200-?) virou um “cult” e foi parar na academia, tendo em vista que a equipe é composta em maior parte por mulheres, apresentando um avanço para a pornografia mainstream quando já utiliza filtros de gênero e tenta obter uma sintonia entre o gosto médio das mulheres, o “aceitável” e gosto dos demais públicos.

O caso do *Sexy Hot* é interessante. Há um programa voltado para a mulher, o “Boa de Cama¹”, que não usa termos agressivos, como

1 No entanto, o termo “boa de cama” suscita a ideia de uma mulher que deve ser habilidosa sexualmente para ter sua sexualidade reconhecida e aprovada, geralmente pelos homens.

“cachorra”, comenta a socióloga Bianca Freire-Medeiros. Segundo ela, a mulher o consome como “preliminar” do ato sexual com o parceiro, preferindo, filmes com “conteúdo”, que tenham história e não apenas genitálias (VILLAÇA, [200-?])

A adoção da pornografia como objeto de estudo se torna mais urgente por se tratar de um produto consumido em segredo, devido à sua característica marginal ou “mau sexo”. É um produto com receitas bilionárias apuradas através de milhões de sites disponíveis apenas na superfície da internet (surfacing), mas que o seu conteúdo não costuma ser problematizado em rodas de conversa, tampouco pela mídia. As ciências também têm se ocupado de forma incipiente desses estudos.

O surgimento do segmento mais “feminista” da pornografia e o reconhecimento dado a ele através de festivais e premiações para este trabalho foram uma reação ao monopólio da pornografia popular violenta. Para falar da nova visão em torno da pornografia e do movimento necessário a esta transformação, o “pós-pornô”, Oliveira (2014) faz analogia a partir do processo de tradução, em que a reescrita se utiliza de contextos históricos e sociais para diluir discursos hegemônicos das produções pornográficas: “Assim, me utilizo das reflexões advindas da tradução para pensar o pós-pornô [...] que tem como proposta central reescrever a pornografia hegemônica, isto é: enfatizar os mecanismos falocêntricos existentes na produção pornográfica [...] para subvertê-los. (OLIVEIRA, 2014).

A pornografia “feminista” de Erika Lust

Erika Lust, cientista política, especialista em gênero, direitos humanos e feminismo e considerada a cineasta de pornografia feminista mais proeminente, disse que se sentiu motivada ao refletir sobre a pornografia tradicional que não a excitava por ser um produto “brega” e mal produzido.

A parte mais importante dos meus filmes é a dedicação em mostrar o prazer feminino. Algo totalmente ausente em filmes pornô – exceto pelos orgasmos horríveis e fingidos. Quero ver o tipo de sexo que quero ter – incluindo mais do que 30 segundos de sexo oral -, não apenas uma lista de posições. Gosto de ver histórias reais, personagens e suas características, roupas da moda, brinquedos e música. Tem a ver com isso tudo. (LUST in BARG, 2014).

O resultado da primeira experimentação de Erika Lust foi o filme *The Good Girl* (2004), vencedor em premiações da área e que mostra a fantasia de uma moça sobre transar com um entregador de pizza. Erika Lust também pontua alguns critérios que ela acredita tornarem os seus filmes bons para as mulheres. O primeiro é fugir dos estereótipos *gonzo* (pornografia brutal), como sexo anal e ejaculação na cara (*cum shot*). Para ela estas práticas não representam o desejo feminino. Em entrevista ao site Terra ela explica os seus recursos narrativos.

Em meus filmes, tento retratar o que eu e as mulheres ao meu redor acham sexy e excitante. Os filmes tradicionais são bem ‘broxantes’ na minha opinião. Se alguma mulher se excita com isso, ótimo, mas eu não, então eu escolho não incluir. Além disso, estes são requisitos básicos para qualquer cena pornô tradicional, e eu não quero seguir essas ideias antiquadas, chatas e orientadas pelo dinheiro. (LUST in BARG, 2014).

Nos filmes de Lust é possível observar que a iniciativa para o sexo geralmente vem da mulher ou com participação desta. Existe uma grande preocupação com a elaboração das cenas e das imagens, sempre tentando formular um contexto inteligível, ainda que não seja como um filme convencional, em que eventualmente pode ocorrer uma cena de sexo e que as insinuações são a maior parte da trama. Nos vídeos de Lust a trama sempre evolui para a maior parte do filme em que os personagens, sem nome, sem demora na contextualização se entregam sem hesitação ao ato sexual. Existe a inclusão de alguns atores negros, mas poucas negras. Algumas mulheres latinas, mas são exceções, e os homens não são considerados muito diferentes do que aqui se considera bonito. As cenas muito bem ensaiadas dão um ar conceitual ao enredo dos filmes, geralmente centrados na figura da mulher.

Corpo objeto, beleza e sexualidade feminina

A socióloga, estudiosa e ativista anti-pornografia Gail Dines vai mais longe ao problematizar a violência da pornografia tradicional e questionar a existência de uma pornografia realmente “boa para as mulheres”. A respeito do corpo análogo a “depósito ou objeto”, ela fala sobre a ejaculação no rosto de uma mulher, mencionando que esta é a prática sexual que 80% dos homens desejam fazer, mas nunca têm a oportunidade, sendo esta uma das práticas consideradas

simbolicamente mais violentas dentro da indústria pornô, a *cum shot*. A origem desta ideia masculina de prática sexual pode ser corroborada com a afirmação de um ator e produtor de pornografia chamado Bill Margold, em princípio contrário aos filmes de Erika Lust:

Eu realmente gostaria de mostrar o que eu acredito que os homens querem ver: violência contra as mulheres. Eu acredito firmemente que nós estamos cumprimos um propósito mostrando isso. O mais violento que podemos ter é o cum shot no rosto. [...] Nós tentamos inundar o mundo com orgasmos na cara. (MARGOLD apud DAU, 2014, p.95 e 96)

Sobre a violência citada por Margold em sua fala, a socióloga Gail Dines diz que ela é componente básico do *mainstream* atual, que um dia foi considerado *hardcore* (pesado e agressivo). Embora a evolução das inovações pornográficas aconteça no âmbito da promoção de mais brutalidades, Dines aposta que esta evolução deve parar.

Eles (indústria pornô) já fizeram tudo o que podiam com o corpo de uma mulher até quase matá-la. Não sobrou mais nada. E porque a pornografia é tão rentável, acessível e anônima e porque tantos homens a usam todos os dias, se instaurou total dessensibilização (DINES IN FESTIVAL MARGINAL, 2015).

Questionada por uma colunista do site da Revista Época se a pornografia dita feminista atual representava uma mudança séria de paradigmas, Gail Dines responde:

Dei uma olhada em alguns vídeos e não vi nada criativo ou diferente da pornografia convencional. Eu concordo que não há violência, mas ainda há mulheres servindo como objeto para os homens, o corpo feminino ainda é um objeto sexual. O jeito como elas constroem as imagens e contam a história é muito similar. Isso não subverte a maneira como se vê o corpo feminino na pornografia. (DINES IN BUSCATO, 2010)

Segundo Coelho (2009) desde a década de 80, nos Estados Unidos, a pornografia¹ já suscitava debates intensos entre feministas. Algumas delas do movimento cunhado “anti-sexo” ou “pró-censura” enxergavam a pornografia popular como modelo didático para promover a opressão política e sexual das mulheres.

Tal violência derivaria da objectificação das mulheres e da sua redução, de acordo com Lynne Segal (1992: 2), à passividade e à condição “de corpos – ou pedaços de corpos – eternamente disponíveis para servir os homens”. Assim, a pornografia objectificaria as mulheres e tudo o que as objectifica seria considerado pornografia. (COELHO, 2009).

Nesta mesma época, Naomi Wolf já identifica uma atitude pouco reflexiva da cultura em relação ao sexo, onde e abria um vazio entre os discursos. Neste vazio é onde ela acredita que pornografia encontra espaço para operar opressão simbólica.

A mesma atitude evasiva com relação ao sexo vale para praticamente toda a representação dramática da cultura dominante quando se conta uma história de amor. É tão raro se ver o sexo explícito no contexto do amor e da intimidade nas telas, que nossa cultura parece tratar a sexualidade terna como se fosse um desvio de comportamento ou uma depravação, enquanto aceita o sexo violento ou degradante como correto e saudável. Segundo Taylor, “isso deixa vazio o palco sexual” nas mentes de homens e mulheres “e as imagens pornográficas têm liberdade para assumir o papel principal”. “Os dois atores-chave nesse palco são o sádico, representado pelo homem, e a masoquista, representada pela mulher.”(WOLF,1991,p.185).

Em debate promovido pelo site da Folha de São Paulo em 2015 sobre a pornografia, Erika Lust e Nádía Lapa² discutiram os limites discursivos e como a pornografia pode ser uma ferramenta para valores positivos ou não. Enquanto Lust defende basicamente que esses filmes podem ser uma ferramenta educativa,

2 | Jornalista que escreve para o blog Cem Homens, escritora e especialista em sexualidade e gênero.

quando melhorarem as pautas da pornografia, para que os adolescentes (que facilmente conseguem acessar) não sejam pautados pelo desrespeito e violência. Ela reforça que a presença de cada vez mais mulheres escrevendo e dirigindo pornografia pode ser um ponto de partida para “lapidar valores, defender o protagonismo feminino e assumir o controle sobre o que deve ser feito com as fantasias e desejos femininos.” (LUST in FOLHA DE S. PAULO ONLINE, 2015,p.1).

Em um discurso comum aos defensores da “liberdade de expressão” o trabalho de atrizes e atores pornô funciona como qualquer outro trabalho e que as mulheres que o fazem conscientemente e sob remuneração, em comum acordo. Entretanto, Nádia Lapa define que mesmo entre adultos, as escolhas não têm condições de serem genuínas e que podem se dar em razão de uma falta de poder das mulheres, por aspectos da desvalorização social. “Se a mulher não entende o sexo como algo que lhe pertence, do qual pode extrair prazer e ligações íntimas de respeito mútuos, por que não ganhar dinheiro com isso?” (LAPA in FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE, 2015).

Lapa (2015) complementa que discutir consentimentos diante das fronteiras de desigualdades é uma tarefa impossível:

É impossível discutir consentimento onde não há igualdade de condições socioeconômicas. As mulheres, infelizmente, com seus corpos sendo objetificados o tempo inteiro, só podem escolher a forma como farão, pois elas farão de um jeito ou de outro. (LAPA in FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE,2015).

Sobre os corpos, a pornografia contemporânea tem como característica mais marcante, segundo observação de Dau (2014), a capacidade de mostrar pedaços em diferentes ângulos. Colocam em planos fechados as partes dos corpos femininos e também dos masculinos, mesmo que este não seja o objeto primordial, servindo quase como completos manuais de anatomia humana e mecânica sexual. “De fato, como atesta Soble, a sexualidade masculina no capitalismo parece estar baseada no fenômeno que o autor chama de fixação. [...] A mulher na pornografia é um mero objeto de prazer para o deleite do parceiro masculino.” (DAU, 2014, p. 58; p. 95 e 96)

Butler define que o corpo é construído discursivamente, por isso como a pornografia usa, exalta, destrói ou constrói rendem análises sobre as perspectivas a respeito das perspectivas sociais que carregam o corpo o feminino. “(...)

discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue.” (BUTLER in PRINS,MEIJER,2002, p.4)

Sobre a beleza, grande parte dos diretores e diretoras de todos os segmentos conhecidos preferem atores, sobretudo atrizes, com beleza dentro de um padrão hegemônico. Erika Lust, a diretora que referencia este trabalho confirma: “eu escolho artistas que são naturalmente belos, mas que pode ser seu vizinho, melhor amigo ou aquele garçom bonito do seu restaurante preferido.” (LUST in BARG, 2014). Wolf (1991) comenta que partir da Revolução Sexual criou-se a pornografia da beleza, que trouxe a falsa sensação de que as mulheres são, agora, donas da sua própria sexualidade, mas na contramão desta “liberdade sexual”, as mulheres começaram a ser reféns de uma imposição midiática da aparência física intimamente ligada ao prazer sexual e desta forma os corpos ganharam significados e censuras, como se para ter aquele determinado tipo de prazer, é necessário ter um determinado tipo de corpo.

Em contrapartida, a discussão feminista sobre a pornografia criou o “pós-pornô”. Oliveira (2014) atesta que o movimento político-social-sexual se consolidou por volta dos anos 90 utilizando recursos da pornografia popular convencional para desconstruir e desnaturalizar papéis sexuais utilitários e incompletos tendo Annie Sprinkle³ como uma das principais criadoras. Ruiz (2014) afirma que a pós-pornô desconstrói o que o pornô mainstream se esforça para manter: os corpos feminino e masculino preparados para cumprir os padrões de beleza normativos de gênero masculino/feminino e exagerar nesses papéis, sobretudo feminino, através da inclusão de próteses (salto alto, silicone, unhas de gel).

Os padrões normativos também determinam as áreas onde exclusivamente pode se concentrar o prazer erótico. Preciado(2002) afirma que a sexualidade heterocentrada – que predomina na pornografia dos segmentos tradicionais e ainda nos feministas- atua de forma a valorizar o pênis como único órgão legitimador da sexualidade e prazer, além de ser “objeto” que solicita a sujeição da mulher a esta construção sexual.

3 Annie Sprinkle é uma sexóloga, ex-atriz pornô e ex-prostituta de Nova York, que atualmente é uma artista e arte-educadora sexual. (<http://anniesprinkle.org/mini-biography/>).

⁴Los roles y las prácticas sexuales, que naturalmente se atribuyen a los géneros masculino y femenino, son un conjunto arbitrario de regulaciones inscritas en los cuerpos que aseguran la explotación material de un sexo sobre el outro. [...] Los hombres y las mujeres son construcciones metonímicas del sistema heterosexual de producción y de reproducción que autoriza el sometimiento de las mujeres como fuerza de trabajo sexual y como medio de reproducción. Esta explotación es estructural, y los beneficios sexuales, que los hombres y las mujeres heterosexuales extraen de ella, obligan a reducir la superficie erótica a los órganos sexuales reproductivos y a privilegiar el pene como único centro mecánico de producción del impulso sexual. (PRECIADO, 2002, p.22).

A despeito destes padrões, o pós pornô e pós -feminismo, tentam incluir sexualidades marginais, como o sadomasoquismo, encontrado pontualmente em algumas produções da Lust Films⁵, contudo, há alguns critérios (ou falta deles) do movimento “pós” que são incipientes na pornografia de Lust. Para Rojas (2011), o pós- pornô é uma corrente que está relacionada com o feminismo e com o transfeminismo e até mesmo defende a prostituição como uma atividade de empoderamento através do corpo. Entretanto, neste caso do pós -pornô, as mulheres não são o sujeito, pois ele é aberto e desnaturalizado em seu papel. Isso funciona como estratégia para desconstruir a dicotomia homem/mulher. Uma pornografia mais feminista também deveria se apropriar de uma estética queer⁶, como defendem as autoras citadas anteriormente sobre o movimento pós-pornô. A pornografia menos objetificadora de mulheres, pode se

4 Em tradução livre realizada pela autora do artigo: “Os papéis e as práticas sexuais, que naturalmente se atribuem aos gêneros masculino e feminino, são um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos que asseguram a exploração material de um sexo sobre o outro. [...] Os homens e as mulheres são construções metonímicas do sistema heterossexual de produção e reprodução que autoriza a sujeição das mulheres como força de trabalho sexual e como meio de reprodução. Esta exploração é estrutural e os benefícios sexuais que os homens e as mulheres heterossexuais extraem dela obrigam a reduzir a superfície erótica aos órgãos sexuais reprodutivos e privilegiar o pênis como único centro mecânico de produção do impulso sexual.”

5 Produtora de cinema pornográfico situada em Barcelona, Espanha que pertence a Erika Lust e se dedica às produções da diretora.

6 Segundo Vieira (2015), este termo de origem anglófona é secularmente utilizado para distinguir e ofender as pessoas “transviadas” ou desviantes em suas performances corporais. No Brasil não há uma tradução exata, mas ser *queer* é equivalente a “traveco”, “sapatão”, “bicha”, por exemplo. Já a

tornar mais democrática e acessível aos demais públicos que não encontram produtos fora do ambiente de produções extremamente marginais.

(In) Conclusões

Dallery (1997) argumenta que a transformação da mulher enquanto objeto do prazer é corroborada com a ideia de alienação. A sexualidade feminina é entregue ao controle de outrem, simbolizada e significada a partir das projeções masculinas. A sexualidade da mulher não existe, desta forma, como um fato social independente, sendo assim, a própria mulher não existe. A autora cita exemplos de cineastas que se recusam terminantemente a filmar o corpo da mulher, sob o argumento de que ele está repleto de significação fornecida a partir do olhar masculino.

As estruturas da linguagem e outras práticas significantes que codificam o corpo da mulher são tão opressivas quanto as estruturas materiais/sociais que têm mediado a percepção do corpo e do ser e suas possibilidades eróticas. [...] Nesses comentários, Beauvoir ignora completamente as raízes da *écriture féminine* como uma resposta à psicanálise lacaniana, que sustenta que as diferenças sexuais não podem ser reduzidas à biologia porque o corpo da mulher é constituído através da simbolização fálica. (DALLERY in BORDO e JAGGAR, 1997, p. 64)

A problemática proposta por Dallery ressalta a ideia de que o corpo feminino é o símbolo geral e maior da sexualidade e leva a pensar nos processos de construção dos filmes pornográficos como foco primordial no corpo e nas expressões femininas. A ideia generalizada e que se tornou um lugar comum de que mulheres não se excitam facilmente com recursos visuais e que revistas e vídeos pornográficos são feitos para homens, encontra encaixe no pensamento da autora e começa a ser esclarecida em profundidade, pois o corpo da mulher é o sexo.

De acordo com Dau (2014), a relevância do tema também pode ser declarada por esta ser uma parte incontestável do cenário de nosso atual século e é capaz de estar presentes em todos os espaços midiáticos, como nos celulares, computadores pessoais e outras mídias. Ainda segundo o pesquisador, é necessário compreender a amplitude do alcance da pornografia, a partir da análise

Teoria Queer, tendo como Judith Butler a sua criadora, discute as construções dos gêneros através da socialização com base nos marcadores biológicos .

das relações sociais que uma grande parte da indústria pornográfica propõe em suas representações, sobretudo as que dizem respeito às questões de gênero.

Dau (2014) ainda reforça que a liberação da pornografia traz uma questão complexa, que está relacionada à liberdade do sujeito consumidor deste produto, além de ser uma área pouco explorada teoricamente, situação que pode ser justificada com o trecho a seguir. A pornografia é algo que não se é discutido publicamente ou assumido socialmente, mas algo consumido em segredo, de maneira solitária e silenciosa, que, no entanto, tem seus próprios mecanismos para influenciar e trazer impactos sociais, na qual, diz:

Muito embora a internet apresente quantidades incalculáveis de pornografia, a sua compreensão, enquanto fenômeno característico de uma era e de um determinado momento social, é absolutamente descompassada com este lugar de importância que a pornografia ocupa. Analisando a superficialidade do tecido social é possível, rapidamente, compreender que a pornografia é uma expressão central da dinâmica da sociedade – basta recorrer aos inúmeros dados estatísticos disponíveis a respeito. Encontrar uma crítica séria e consequente a respeito da pornografia, no entanto, é tarefa bastante mais árdua. (DAU, 2014, p.11 -12).

É importante verificar como a pornografia pode ser um mecanismo integrante da sexualidade humana e em até quando ela pode ficar restrita ao âmbito particular, íntimo e individual das pessoas. E quando ela rompe com esta prerrogativa para virar um alvo de discussões sociopolíticas, sobretudo a respeito do empoderamento feminino, das representações propostas sobre o corpo feminino, da condição da mulher e como um agente importante e influente sobre os episódios de exploração da prostituição e violência contra a mulher.

Referências bibliográficas

ANNIE SPRINKLE.ORG(ASM). Mini Biography. Disponível em:<http://anniesprinkle.org/mini-biography/>. Acesso: 29 de abril de 2016.

BUTLER, J. In PRINS,B.; MEIJER, I.C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler.Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.10, n.1, jan.,2002.

COELHO, S. Por um feminismo *queer*: Beatriz Preciado e a pornografia como pré-textos. Ex aequo, Vila Franca de Xira, n.20, 2009. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602009000200004. Acesso: 22 de abril de 2016

DALLERY, A.B. A política da escrita do corpo: écriture féminine. In JAGGAR, A. M. e BORDO, S.R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997.

DAU, E. A pornografia hoje: as estratégias do capitalismo através do sexo midiaticizado. Ideologia e opressão da mulher. 133 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação -Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DINES, G. apud DAU, E. A pornografia hoje: as estratégias do capitalismo através do sexo midiaticizado. Ideologia e opressão da mulher. Rio de Janeiro: UFRJ / Escola de Comunicação, 2014

_____ Como a pornografia cria o cliente: pornografia, tráfico de mulheres e a construção social da masculinidade. Disponível em <http://www.festivalmarginal.com.br/sexo/como-a-pornografia-cria-o-cliente/>. Acesso: 25 de outubro de 2015.

_____apud BUSCATO, M. [Pornografia aumenta violência sexual contra mulheres e crianças, diz socióloga americana](http://colunas.revistaepoca.globo.com/mulher7por7/2010/07/08/pornografia-aumenta-violencia-sexual-contramulheresecriancas-diz-sociologa-americana/). Disponível em <http://colunas.revistaepoca.globo.com/mulher7por7/2010/07/08/pornografia-aumenta-violencia-sexual-contramulheresecriancas-diz-sociologa-americana/>. Acesso: 01 de outubro de 2015.

FEMINIST PORN AWARDS. People- All directors – All producers. Disponível em: <http://www.feministpornawards.com/directors/>. Acesso: 26 de abril de 2016

FOUCAULT, M.. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

LAPA, N. in FOLHA DE S. PAULO. No dia da mulher blogueiras debatem se filme pornô pode ser feminista. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/>

cotidiano/2015/03/1599865-no-dia-da-mulher-blogueiras-debatem-se-filme-porno-pode-ser-feminista.shtml) Acesso: 24 de abril de 2016.

LEITE, J. Jr. In RUIZ, M.R. O pós-pornô: por uma pornografia como ferramenta das lutas feministas. Salvador: EDUNEB. 2011.

LUST, E. In BARG, D. Cineasta de pornô para mulheres foge de orgasmos fingidos. São Paulo: Terra, 2014. Disponível em: <http://mulher.terra.com.br/vida-a-dois/cineasta-de-porno-para-mulheres-foge-de-orgasmos-fingidos,3dd33a3c7a568410Vg-nVCM20000099cceb0aRCRD.html> . Acesso: 24 de abril de 2016.

_____ In FOLHA DE S. PAULO. No dia da mulher blogueiras debatem se filme pornô pode ser feminista. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1599865-no-dia-da-mulher-blogueiras-debatem-se-filme-porno-pode-ser-feminista.shtml>) Acesso: 24 de abril de 2016.

MÁRQUEZ, W. O que as mulheres buscam em sites eróticos? BBC Brasil, 2015. Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150804_porno_mulheres_1k. Acesso: 20 de abril de 2016.

OLIVEIRA, Juliana Goldfarb de. Sexo, arte e emancipação feminina: o processo de reescrita da pornografia através do movimento pós-pornô. **Cultura & Tradução**. João Pessoa, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/ct/article/view/21707>. Acesso: 26 de abril de 2016.

O'NEILL, Eileen. **Representações de Eros**: explorando a atuação sexual feminina in JAGGAR, Alison M. e BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997.

PRAGMATISMO POLÍTICO. Os consumidores de pornografia na web de todo o mundo estão sendo vigiados. Disponível em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/os-consumidores-de-pornografia-na-web-de-todo-o-mundo-estao-sendo-vigiados.html>. Acesso em 30 de outubro de 2015.

PRECIADO, B. **Manifiesto contra-sexual**. 1.ed.Madrid: Opera Prima, 2002.

REVISTA VIP ONLINE. 12 estatísticas sobre pornografia na internet que vão te surpreender. Disponível em: <http://vip.abril.com.br/12-estatisticas-sobre-pornografia-na-internet-que-vaio-te-surpreender/e> pragmatismo político. Acesso em 30 de outubro de 2015.

ROJAS, L. E. *apud* RUIZ, M.R. O pós-pornô: por uma pornografia como ferramenta das lutas feministas. Salvador: EDUNEB. 2011.

RUIZ, M.R. O pós-pornô: por uma pornografia com ferramentas das lutas feministas. Salvador: EDUNEB. 2011.

VIEIRA, H. Teoria Queer, o que é isso? **Revista Fórum**. São Paulo: Empíreo, 2015. Disponível em <http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/06/07/teoria-queer-o-que-e-isso-tensoes-entre-vivencias-e-universidade/>. Acesso: 29 de abril de 2016.

VILLAÇA, N. Erotismo é isso, pornografia é aquilo? Os objetos e práticas pornográficas, ligados a mecanismos de perversão, certamente, não eram, novos ou inéditos, o que evoluiu foi a visibilidade, a publicidade e uma certa banalização dessas práticas. **Z Cultural**, Rio de Janeiro, v.1, ano III, 200-?. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/erotismo-e-isso-pornografia-e-aquilo-de-nizia-villaca-2/>. Acesso: 20 de abril de 2016.

WOLF, N. **O Mito da Beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

AS REPRESENTAÇÕES DE LICENCIANDOS/AS SOBRE A INCLUSÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, CAMPUS ITABAIANA (SE)

Tayslaine da Silva Tavares

*Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe,
Campus Itabaiana (SE)*

tayslainetavares@rocketmail.com.

Danilo Araujo de Oliveira

*Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em educação
da Universidade Federal de Sergipe*

danielodinamarques@hotmail.com

Alfrancio Ferreira Dias (3)

*Professor do Programa de Pós-graduação em educação da
Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador do NEPIMG*

diasalfrancio@hotmail.com

Resumo: Nesse trabalho discutimos a introdução da abordagem de gênero no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana (SE). A opção metodológica recaiu sobre a abordagem qualitativa. A estratégia de coleta de dados ocorreu junto a 23 estudantes (21 mulheres e 2 homens) que manifestaram interesse em participar da pesquisa. O acesso aos respondentes, ocorreu a partir da socialização via e-mail e pelo SIGAA de um questionário aberto e eletrônico (sem identificação) a partir da ferramenta “google drive” para 421 estudantes do curso. Infere-se que a inclusão da temática de gênero mostra-se ainda distanciada da grande maioria do corpo docente. Apenas alguns/mas poucas/os docentes problematizam, introduzem ou abordam de forma interdisciplinar os temas relacionados ao corpo, gênero e sexualidades, no curso. A falta de familiaridade e de valorização das temáticas sobre corpo, gênero e sexualidade na formação docente certamente contribui para a reprodução de atitudes de intolerância às diferenças.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidades. Formação Docente. Pedagogia.

Introdução

As representações dos corpos masculinos e femininos são questionadas dentro e fora das instituições escolares, com base nas questões coexistentes nas práticas sociais que influenciaram e influenciam a forma, pela qual, homens e mulheres devem a pedagogia da sexualidade. Percebe-se que essa prática se desenvolve através dos tempos, propondo de forma discreta e contínua a perpetuação do silenciamento do corpo, do desejo, e do erotismo na prática pedagógica.

É bastante comum, entre professores e professoras a dificuldade de lidar ou falar sobre o corpo, quando são confrontados com determinados assuntos, raramente argumentam sobre as formas que lidam com as representações das masculinidades e feminilidades em suas salas de aulas. Talvez, suas trajetórias familiares, escolares e sociais tenham lhes enviado a anular a representação das masculinidades e feminilidades, com isso, reproduzem a necessidade de avaliar, categorizar e educar os corpos de meninos e meninas para a anulação da sexualidade, com o pressuposto de que a sala de aula não é um lugar para a representação do desejo, mas sim, de negar o corpo.

Assim, cabe questionar qual o lugar do gênero na prática de professores e professoras dos anos iniciais? Quais as principais representações de alunas/os do curso de Pedagogia da UFS, Campus Itabaiana sobre a introdução da perspectiva de gênero na formação docente? Ao tentar responder essas indagações iniciais, pretendemos refletir sobre a importância da inclusão da abordagem de gênero na formação docente, na tentativa de mostrar a necessidade de incluir o princípio da coeducação para ampliação das relações de gênero nas práticas educativas, bem como as desigualdades no campo da educação.

É necessário que o/a licenciando/a no processo formativo, bem como educadores/as que não tiveram acesso a esta temática tenham consciência da existência dessa prática para que possa exercer criticamente sua atividade, em especial no que diz respeito à transformação do cotidiano da escola e ao questionamento das desigualdades de gênero.

Nesta perspectiva, elegemos como objetivo geral da pesquisa: Analisar a inclusão da perspectiva de gênero na formação de professores e professoras do Curso de Pedagogia da UFS, Campus Itabaiana. E específicos: Analisar as representações dos/as estudantes de Pedagogia sobre gênero; Verificar como vem se dando a inclusão da perspectiva de gênero na formação inicial de professores e professoras do curso de Pedagogia da UFS, Campus Itabaiana; Verificar se os/as licenciandos/as do curso de Pedagogia entendem que a educação não é neutra

e transmite valores que servem para reforçar desigualdades como as de gênero; Analisar como a temática de gênero aparece no curso de Pedagogia.

A opção metodológica recaiu na abordagem qualitativa, por considerar a necessidade de um conjunto de técnicas interpretativas para expressar o sentido dos fenômenos sociais e a compreensão dos significados das ações e relações humanas. Para Denzin (2006), a pesquisa qualitativa tornou-se notável na Sociologia a partir da Escola de Chicago, quando se verificou a importância da investigação qualitativa para o estudo da vida de grupos humanos, ou melhor, como um conjunto de atividades interpretativas. Para analisar os significados das relações sociais dos/as estudantes, deve-se considerá-los/las como agentes em determinada condição social, que pertencem a determinada classe ou grupo social (MINÁYO, 1994). Deve-se considerar nessa análise que os/as estudantes estão inseridos num espaço de significados/significantes múltiplos, nos quais crenças e valores socioculturais são diretamente afetados a partir dos elementos de interações humanas da formação docente.

Para coletar os dados foi aplicado aos/as estudantes do curso de Pedagogia do Departamento de Educação de Itabaiana um questionário aberto e eletrônico a partir da ferramenta “google drive” a todos/as os/as 421 alunos/as, com o objetivo de analisar as representações dos/as estudantes sobre a temática e sua inclusão no curso. Optou-se pelo questionário ao invés de entrevista para que pudéssemos alcançar o maior número de estudantes, bem como pelo fato de acreditarmos que é possível desenvolver pesquisas qualitativas com uso de questionários.

Esse questionário foi socializado via e-mail e pelo SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) para todos/as os/as alunos/as do Curso de Licenciatura em Pedagogia, e esperamos as respostas espontaneamente durante o período de vinte dias. Ao final dos vinte dias apenas 23 estudantes responderam e nos enviaram, inserindo todos/as como critério de inclusão da pesquisa. Após o recolhimento desse material, foi iniciada a tabulação e o cruzamento dos dados, a fim de construir um perfil dos/as alunos, bem como refletir sobre a inclusão da perspectiva de gênero no Curso de Pedagogia a partir da ótica dos/as licenciandos/as.

As primeiras impressões dos/as licenciandos/as sobre gênero

De modo geral, os/as participantes da pesquisa dizem conhecer o significado de gênero, pois a minoria já ouviu falar fora e dentro da universidade algumas abordagens ou mesmo, em algumas situações em que a abordagem

de gênero é percebida e vivenciada. Também, nossa análise inicial identificou que alguns/mas participantes não possuíam familiaridade com a temática, mas mantiveram-se muito interessadas e curiosas.

O termo gênero é muito confundido com o termo “sexo”. Enquanto sexo é uma categoria que demarca as diferenças entre o significado de ser fêmea e ser macho, gênero é um conceito relacionado à construção social do feminino/masculino. É a partir da observação e do conhecimento das diferenças sexuais do que é masculino e do que é feminino, que a sociedade estrutura as representações de gênero (CRUZ, 2014, p. 10).

Nossa estratégia para a identificação das impressões que os/as licenciandos/as tinham sobre gênero foi a partir de algumas questões dirigidas em que eles/as tinham três opções de respostas: sim, às vezes e não. A ideia era identificar a partir de situações problemas, as impressões/significados que os/as estudantes representavam sobre a inclusão da abordagem de gênero do curso. A primeira questão dessa etapa foi se os/as estudantes compreendiam que o preconceito de gênero é um problema da sociedade de modo geral e não apenas do indivíduo. 67% dos/as respondentes afirmam que o preconceito de gênero é um problema da sociedade e não do indivíduo, 24% dizem que às vezes o preconceito de gênero é um problema da sociedade e não do indivíduo e 9% compreendem que o preconceito de gênero é um problema da sociedade de modo geral e não apenas do indivíduo. Percebe-se que a maioria destaca que o preconceito é um problema criado e desenvolvido pela sociedade e é nela que devemos desenvolver uma política de educação não discriminadora.

Quando os/as participantes foram questionados/as se aceitavam críticas construtivas a respeito do seu comportamento em relação ao gênero, a pesquisa identificou que 67% afirmaram que sim, 30% afirmaram que às vezes e 3% afirmaram que não. Percebe-se que ao se aproximarem das discussões sobre gênero, os/as estudantes estão mais receptivos as críticas aos seus posicionamentos em relação ao gênero. Isso nos põe a refletir sobre a ideia de que os/as estudantes estão mais tolerantes e mais abertos às diferenças, pelo menos é o que esses dados nos mostram.

Desse contexto, partimos para a reflexão dos posicionamentos dos/as estudantes sobre situações em que os/as alunos/as fazem (faziam) piadas sexistas ou racistas, ou seja, se os/as estudantes explicam ou explicavam por que

essas piadas não são corretas. Verificou-se que 61% dos/as estudantes participantes da pesquisa se posicionam nas situações em que percebiam piadas sexistas ou racistas, 36% disseram que se manifestavam as vezes e 3% não se posicionam nessas situações. Esse dado é importante para pensarmos sobre como a abordagem de gênero é percebida dentro do curso de Pedagogia, pois ao se posicionarem sobre o sexismo e racismo no ambiente formativo, os/as estudantes estão a problematizar nessas questões. Contudo, cabe salientar que 39% dos/as pesquisados/as não se manifestam ou só às vezes é um número muito expressivo e que merece ser destacado, pois dos/as 33 participantes 13 afirmaram que não se manifestariam em situações de piadas sexistas e racistas.

Ao serem questionados/as se as meninas, assim como os meninos, podem desenvolver habilidades de liderança, por unanimidade, todos/as participantes se posicionaram dizendo que sim, ou seja, que homens e mulheres têm habilidades de liderança, o que de algum modo contradiz alguns posicionamentos anteriores sobre gênero. Isso ficou mais evidente quando questionamos aos participantes se eles/as tentam reverter os estereótipos de gênero. 45% dos/as participantes afirmam que estão atentos aos estereótipos de gênero, 27% afirmaram que às vezes e 27% não se tentam para os estereótipos de gênero. Esse dado é preocupante, pois ao não identificarem ou não se posicionarem sobre estereótipos de gênero, os/as participantes tendem a reproduzir as diferenças de gênero, onde homens passam a ser mais valorizados que as mulheres, fato que é o que os/as pesquisadores/as de gênero estão a enfrentar e enfraquecer.

Nesse sentido, ao procurar identificarmos as impressões iniciais dos/as participantes sobre gênero, percebemos que os/as estudantes possuem certa familiaridade com a temática, mas ainda precisam ser estimulados para os enfrentamentos e a incorporação dessa temática em seus cotidianos.

As representações dos sentidos e significados dos/as licenciandos/as sobre a inclusão de gênero no curso

No decorrer dessa seção apresentamos alguns dados para análise resultantes da pesquisa intitulada “A inclusão da perspectiva de gênero na formação de professores para uma educação não discriminadora”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que objetivou refletir sobre como a abordagem de gênero está sendo inserida no curso de Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, Campus Itabaiana (SE). Foram utilizadas para análise as respostas espontâneas

para as questões abertas elaboradas para a pesquisa, na tentativa de refletir sobre as representações dos/as estudantes do curso de Pedagogia sobre a inclusão de gênero. Na abertura dessa parte do questionário eletrônico questionamos os/as estudantes quais qualidades masculinas e femininas são valorizadas ou desvalorizadas em diferentes contextos sociais.

“No campo profissional as mulheres são desvalorizadas em relação ao homem, a mulher quando trabalha em áreas de liderança não recebem o mesmo valor do salário, por exemplo, é sempre a menor do que o do sexo masculino, a mulher sempre tem cargos onde é submissa ao homem” (ALUNA 1).

“Qualidades femininas valorizadas: cozinhar, afeto, atenciosa, delicada; Qualidades femininas desvalorizadas: trabalha em casa e fora, guerreira, independente. Qualidades masculinas valorizadas: força, machismo, recebe o salário mais alto, autonomia para decisão; Qualidades masculinas desvalorizadas: cozinhar, tarefas domésticas, dançar, capacidade de liderança em detrimento pela cor” (ALUNA 2).

“Em um contexto geral as qualidades das mulheres não são valorizadas, pois no fundo a maioria ainda acha que a mulher deve ser do lar. A mulher e negra principalmente ainda são muito desvalorizadas, sofrem muitos preconceitos, então de um certo modo a qualidade feminina é ser do “lar”. Os homens são tidos como mais capazes, é só olharmos as folhas de pagamentos de um homem e uma mulher com a mesma profissão, o homem em muitos casos ainda ganham mais. A qualidade do homem é ser o melhor” (ALUNA 4).

“O homem é valorizado pela força física e isso faz com que ele tenha uma sensação de ter mais poder que a mulher, já a mulher é vista como delicada e habilidosa por isso se atribui a ela as tarefas domésticas e ainda desvalorizam essas tarefas dizendo que isso não é trabalho. Mas a sociedade esta em processo de transformação e aos poucos os homens e mulheres vão tendo mais igualdade” (ALUNO 9).

“Para a educação uma qualidade que influencia é a aparência, as mulheres são mais bem vistas ensinando a educação infantil do que os homens. O homem pode desenvolver um grau de respeito maior

com os alunos do que as mulheres, esta diferença pode ajudar com o respeito dos alunos” (ALUNA 16).

A partir do comentário da Aluna 1, podemos perceber como o contexto social do trabalho é um importante campo para compreender como estruturas sexistas continuam sendo reproduzidas e atenuadas, a fim de perpetuar uma ordem social dominante masculina, refletindo na desvalorização da mulher mesmo quando estas ocupam um cargo equivalente ao que homens ocupam, estas não recebem o mesmo prestígio social e financeiro. Isso deve-se ao fato de que há uma construção histórica que inviabilizou a atuação feminina nos espaços públicos, restringindo-as ao âmbito privado do lar ou em atividades equivalentes, e que há uma tentativa na sociedade de reafirmar estereótipos de comportamentos ditos masculinos ou femininos como os listados no comentário seguinte, que acabam por impor significações e sustentar o poder de um homem heterossexual na sociedade. Essas construções normativas estão imbricadas nos corpos, como algumas que foram elencadas pelo Aluno 9, traduzindo percepções de uma passividade e subalternidade feminina e superioridade e poder masculino, que acabam por justificar a naturalidade de habilidades e docilidades da mulher.

Pode-se, pois, detectar, ainda uma vez, o processo de naturalização de uma discriminação exclusivamente sociocultural. A compreensão deste processo poderá promover enormes avanços na caminhada da conscientização quer de mulheres, quer de homens, a fim de que se possa desmistificar o pretense caráter natural das discriminações praticadas contra os elementos femininos (SAFIOTTI, 1987, p. 15).

A falta dessa compreensão internaliza até nas mulheres processos que corroboram com a dominação masculina, como pode-se perceber no comentário da aluna 16, em que esta atribui uma positividade da presença da figura masculina na sala de aula de educação infantil atrelado a uma noção de superioridade no que se refere ao respeito dos alunos. Esses esquemas de pensamentos são impensados e internalizados, através de uma imposição marcadas por fronteiras de gênero, instituídas em nossa sociedade, percebe-se como elas se manifestam silenciosamente e ao mesmo tempo tão feroz, pois estão imbricadas no inconsciente coletivo.

Posteriormente, procuramos saber como a temática de gênero aparece no Curso de Pedagogia. Após a análise das respostas podemos observar que para 64% dos/as estudantes, a temática apareceu nas discussões das disciplinas obrigatórias; 15% em cursos, eventos e congressos ofertados pelo curso e por outras instituições; 6% afirma que a temática apareceu nas atividades de extensão e de pesquisa; e, para 1% dos/as pesquisados/as apareceu nas discussões das disciplinas optativas.

Sobre que qualidades masculinas e femininas são valorizadas ou desvalorizadas no ensino-aprendizagem das disciplinas do Curso de Pedagogia, podemos coletar os seguintes depoimentos:

“Nos debates ocorridos nas aulas de algumas disciplinas é possível ver o preconceito referente ao homem ser profissional da educação infantil. E o curso ainda não foca em tentar vencer essa barreira de dentro do curso para o mundo lá fora” (ALUNA 5).

“Em relação à formação no curso de pedagogia a mulher é mais valorizada do que o homem, pois para trabalhar com crianças, os pais têm mais confiança em deixar seus filhos nas mãos de mulheres do que de homens, pois nesse contexto o sexo feminino tem mais oportunidades de emprego” (ALUNO 5).

“Acredito que muitas pessoas criticam o fato do homem lecionar as séries iniciais” (ALUNA 15).

“Não sei se é bem uma qualidade, mais a mulher é tida como maior capacitada para cuidar e ensinar crianças, pois ele tem o “dom” de ser mãe, e isso é uma boa contribuição. Desvalorizando o homem quanto a isso, afirmando que ele não é capaz para exercer essa função/profissão” (ALUNA 18).

“Não há quase homens nas turmas de pedagogias, para ser pedagogo não tem importância se é homem ou mulher, habilidade vocação e talento não tem a ver com sexo, mas há um preconceito por parte dos pais e da escola que se o professor for homem não vai ter o mesmo cuidado que uma mulher teria com as crianças” (ALUNA 22).

“Não vejo a presença de valorização e nem de desvalorização dos professores para com os alunos em sala e nem no momento de nós pedagogas/os como lidar com essas ações na nossa prática” (ALUNA 21).

A trajetória de feminização do magistério, sobretudo da educação infantil faz jus a uma combinação de discursos que naturalizaram a profissão como essencialmente feminina, por ter atividades que lembram o lar e o privado, nesse sentido que aparecem nos excertos palavras como “dom”, “vocação”, “talento”, os homens que ousam ingressar nesse espaço de trabalho encontram várias barreiras edificadas sobre um discurso que legitimou a profissão de professor/a de criança como “coisa de mulher”, atrelado a um discurso biológico que instituiu e delimitou esse espaço como privado, tornando-se uma atividade de extensão ao lar que remete a atividade de cuidado, proteção e amor, sendo ainda desvalorizado profissionalmente, configurando um espaço demarcado pelas relações de poder. Infere-se a necessidade de que o próprio espaço de formação possa contribuir com a desconstrução de estereótipos, refletindo sobre as construções históricas e sociais que resultaram em classificar docência da educação infantil como uma profissão para mulheres.

A feminização da docência pode estar relacionada ao avanço do capitalismo, visto que, paulatinamente, expandiram-se os setores de ocupação e as atividades de trabalho remuneradas, haja vista a enfermagem e o ensino, atividades diretamente ligadas ao cuidado humano, que historicamente foram desempenhadas pelo gênero feminino (DIAS, 2012, 78, 79).

Sobre como vem se dando a inclusão da perspectiva de gênero no Curso de Pedagogia, os/as pesquisados/as tiveram opiniões diversas, conforme expomos algumas:

“Vem sendo debatido o assunto em quase todas as disciplinas, para que um dia haja uma igualdade de gênero” (ALUNA 3).

“Na minha opinião vem se dando de uma forma muito lenta ainda, entre uma grande maioria dos alunos, infelizmente ainda há preconceito” (ALUNA 8).

“Está incluindo-se aos poucos com pesquisa em diversidade, disciplinas específicas” (ALUNA 10).

“Acredito que precisa ser feito um trabalho mais conciso em relação a essa questão de incluir todos na visão que somos iguais e dotados de várias características em comum. Muitos se sentem excluídos se levamos em conta o perfil, muitos se sentem ainda excluídos quem

sabe pelo fato de ser trabalhado pouco essas questões no curso” (ALUNA 19).

“A dominação de gênero é histórica. Gestores e educadores minimizam essas questões e parecem considerar as desigualdades de gênero como simples diferença a serem respeitadas ou toleradas” (ALUNA 22).

“Através de algumas disciplinas a qual pudemos discutir sobre o tema para que possamos trabalhar quando formos professores. Palestras e fóruns também tem ajudado a incluir um novo olhar sobre o tema” (ALUNA 25).

Entre as diversas opiniões relatadas, as afirmações que a temática vem sendo trazidas por todas as disciplinas, sejam de forma lenta e em poucas dosagens, a partir de diferentes abordagens e mecanismos pedagógicos, isso pode significar um avanço ao pensar que estudos tem mostrado que professores saem da graduação sem ter tido a oportunidade de discutir as temáticas mesmo de forma superficial, contudo ainda percebe-se que há uma necessidade de uma prática mais efetiva, pois alguns alunos/as ainda sentem a necessidade de aprofundamento; um discurso de igualdade e tolerância ainda é perceptível nas falas, ao passo que essa visão tem sido superada por uma prática de questionamento, pois faz-se necessário afirmar as diferenças nos espaços escolares e problematizar a noção de tolerância, pois há uma subjetividade por trás da palavra que traduz uma ideia de que há um padrão e estes que detém um poder de tolerar aqueles que desviam essa norma, contudo é necessário perceber que há uma construção histórica que a instituiu.

Quando questionamos como professores e professoras do Curso de Pedagogia traduzem políticas de igualdade de gênero em práticas pedagógicas não discriminatórias efetivamente, pudemos perceber que os discursos dos/as estudantes são diversos, com proximidades e distanciamentos, como podemos exemplificar com as seguintes narrativas:

“São uns três professores que focam nessa temática. Elas/es conversam sobre culturas que temos que respeitar tanto a cultura, opção sexual e religião, e procurar entender o que fez a pessoas fazer tal escolha” (ALUNA 3).

“De forma crítica e favorecedora para o nosso curso. A forma como deve ser respeitado e seguido para diminuir a discriminação que vem abrangendo todos os setores da vida” (ALUNO 5).

“Através de temáticas que envolvam mais os educandos num diálogo em que todos se sintam valorizados e tratados de forma igualitária, dando abertura mais ao diálogo sobre esses temas, conhecendo a realidade e o perfil dos alunos do curso” (ALUNA 12).

“Trabalhando o tema, mostrando atividades que possamos trabalhar com os alunos para que possamos diminuir com a discriminação” (ALUNA 16).

“Introduzindo nas temáticas das disciplinas e promovendo debates entre os alunos” (ALUNA 20).

“O estudo de textos e o discurso dos professores são muitos mais frequentes do que dizer realmente como se deve agir e o que devemos fazer” (ALUNA 22).

“Só na teoria” (ALUNA 23).

Percebe-se um certo aprofundamento e uma discussão problematizadora na inserção da temática de gênero no currículo, mesmo com um número reduzido de professores, consideramos que estes avanços são significativos nas práticas docentes, pois ao promover espaços de discussão, contempla-se uma formação para a diversidade, ainda que a aluna 23 tenha apontado que esses aspectos encerram-se na teoria, os momentos de discussão em sala de aula e até mesmo a indicação de atividades para trabalhar a temática em sala de aula apontam exercícios de prática e desconstrução de atividades pedagógicas sexistas que acabam por legitimar e reproduzir o poder masculino na sala de aula. Esses momentos coadunam para pensar a multiplicidade que perfaz o ambiente escolar e considerando a diversidade, na contramão de um exercício de exclusão que estão em distintos graus distribuídos no ambiente escolar. Faz-se necessário contudo, ampliar esses momentos em sala de aula e uma discussão para além de perspectiva dicotômica, compreendendo como essas construções estão imbrincadas com as relações de poder e são históricas.

A pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. E aqui nos vemos frente a outro conceito complexo, que pode ser formulado a partir de diferentes perspectivas: o conceito de identidade. Numa aproximação às formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias (LOURO, 1997, p. 24).

Esse questionamento gerou diversas discursões e um ponto central das narrativas: a diversidade nas respostas. É necessário perceber como ao longo de nossa vida somos subjetivados por diferentes discursos que interferem em nosso processo formativo, nossas identidades são móveis e constantemente reformuladas, num processo contínuo de construção, todos/todas somos diferentes em uma sociedade que tenta cada vez mais nos deixar igual, mas não somos obrigados a nos encaixar em meras características que são impostas pela sociedade. E, isso é o que tornou essa pesquisa interessante, pois ao trabalhar com as representações dos/as estudantes do curso de Pedagogia, estamos querendo dialogar com uma diversidade de identidades em formação, a partir de suas trajetórias até o curso, sendo que isso repercute diretamente nos significados que os/as estudantes atribuem a sua ideia de gênero.

Considerações finais

Ao concluirmos esta pesquisa percebemos que nossos objetivos foram alcançados, pois nossa análise partiu de uma revisão sistematizada da literatura pertinente sobre as temáticas para depois analisarmos as representações dos/as participantes sobre como vem se dando a inclusão da perspectiva de gênero na formação inicial e continuada dos/as professores/as.

Percebemos que a abordagem de gênero, corpo e sexualidade estão superficiais no Currículo do curso de Pedagogia, mostrando que há muito que avançar na reformulação do direcionamento das práticas que priorizem uma formação para a diversidade. É necessário que o currículo escolar possa destacar e dar visibilidade à equidade de gênero, aos grupos socialmente marginalizados e às mulheres, através da inserção desses aspectos nos objetivos que norteiam e direcionam as ações pedagógicas que desejam formar cidadãos/ãs para uma educação em sexualidade e gênero.

Ainda que seja um verdadeiro desafio trazer para o espaço escolar a introdução desses temas, é preciso rever a necessidade da disseminação da informação e da educação, como direito subjetivo do ser humano, para que se possa desenvolver uma postura de respeito à diversidade. A escola não deve coadunar com a perpetuação de construção que normatizam as hierarquias baseadas nas concepções estereotipadas no binarismo masculino e feminino, mas viabilizar uma aproximação aberta e empática com o outro, questionando o universalismo numa ótica intercultural. Sobre a inclusão da abordagem sobre o corpo, gênero e sexualidade no Curso de Pedagogia da UFS e nas práticas pedagógicas dos/as

docentes está ocorrendo nas disciplinas obrigatórias e optativas, nas atividades de pesquisa e extensão de docentes que estudam ou estudaram as temáticas nos cursos de pós-graduação e, ao retornarem para suas atividades profissionais estão dando continuidade. Observou-se também, positivamente e negativamente dos discursos dos/das participantes sobre esse aspecto, na medida em que podem ser influenciados pelas vivências nas salas de aulas e fora delas, num processo dinâmico a partir das mais variadas formas de aquisição, possibilitando um processo de desconstrução de identidades fixas de gênero, sexual, raça e classe.

Com base nos dados, é possível inferir que a inclusão das temáticas sobre corpo, gênero e sexualidade mostra-se ainda distanciada da grande maioria do corpo docente. Apenas alguns poucos docentes problematizam, introduzem ou abordam de forma interdisciplinar os temas relacionados ao corpo, gênero e sexualidades, no curso. A falta de familiaridade e de valorização das temáticas sobre corpo, gênero e sexualidade na formação docente certamente contribui para a reprodução de atitudes de intolerância às diferenças. O processo de socialização desenvolvido no cotidiano das instituições escolares estudadas ainda é, predominantemente, constituído como forma de “doutrinação”.

Tais práticas vêm sendo questionadas, recusadas, enfrentadas por muitos/as alunos/as nas salas de aula. As questões que envolvem a diversidade cultural brasileira têm sido alvo de inúmeros estudos na última década, no cenário educacional. Cada vez mais conceitos como diversidade, diferença, igualdade e justiça social têm se configurado como uma preocupação por parte daqueles que lutam por uma educação verdadeiramente cidadã. Ao mesmo tempo, articular tais conceitos à formação de professores tornou-se um desafio premente para a educação e para as instâncias envolvidas nesse processo. A formação de professores, seja ela inicial ou continuada, constitui-se como um lócus privilegiado, não somente para refletir e discutir sobre essas questões, como para a criação e a implementação de proposições que possibilitem vislumbrar novos caminhos e avanços no que tange ao trato da diversidade cultural no contexto escolar. É importante destacar que os/as professores, em nosso país, não são formados na perspectiva da diversidade, equidade entre os diferentes grupos sociais, por isso, muitas de nossas práticas não são refletidas sob esta perspectiva, favorecendo o desenvolvimento de atitudes excludentes, preconceituosas e classificatórias entre nossos estudantes e entre os próprios professores. Torna-se imperativo que nós professores/as estejamos atentos para as diferenças existentes na sociedade e que conheçamos a realidade social e econômica em que os estudantes vivem.

Referências

CRUZ, M. H. S. Conceito de Gênero e a Desigualdades Sociais. In: DIAS Alfrancio Ferreira. **Formação de professores para uma educação não discriminadora**. Aracaju, Infographics, 2014.

DIAS, A. F.. **Representações sociais de gênero no trabalho docente**: sentidos e significados atribuídos ao trabalho e a qualificação. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014.

DENZIN, N. K. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MINÁYO, M. C. de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

SAFIOTTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1997.

EDUCAÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE INFANTIL: UMA VISÃO ALÉM DOS MUROS ESCOLARES

Wézya Mylena dos Santos Ferreira
wezya.my@gmail.com

Beatriz Souza Soares
biassoares03@gmail.com

Wallace Rezende Nascimento
wallacerezende12@gmail.com

Letícia Dantas Sobral;
leticiadsobral@gmail.com

Grasielle Borges Vieira de Carvalho
grasiellevieirac@gmail.com

Resumo: O presente trabalho visa abordar sob um viés crítico, o ensino de gênero e sexualidade nas escolas, como uma forma de inclusão e desconstrução de paradigmas estabelecidos que surgem a partir da cultura machista. Esse trabalho pretende analisar como esse assunto vem sendo abordado dentro do ambiente escolar, bem como reflete nas relações familiares e afetivas e quais as consequências dessa abordagem. Tendo em vista que o assunto da sexualidade configura-se como uma pauta notória nos estudos das relações humanas e dos movimentos sociais contemporâneos, esse estudo mostra-se de extrema pertinência e relevância na educação visando o desenvolvimento da sociedade. Busca-se, por fim, inteirar-se sobre as políticas públicas adotadas no Brasil.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Discriminação, Educação, Inclusão.

Introdução

É perceptível que nossa formação social se inicia com a infância. Nesse período geralmente começamos a nos relacionar e a descobrir as preferências e o comportamento humano de cada indivíduo. Muitas das escolhas que são feitas, no entanto, são reflexo de uma sociedade machista, que condiciona os seres humanos a viverem seguindo certos padrões, não possuindo assim o livre direito de suas decisões, e de ser quem são.

Um dos pontos autoritários do machismo pode ser enxergado na divisão de tarefas e comportamentos em femininos e masculinos. Na maioria das vezes, nos ambientes familiares existe essa divisão, onde enquanto os meninos são educados a controlar suas emoções e demonstrações de afeto e a assumir a liderança através da linguagem autoritária e por muitas vezes ousada, as meninas são educadas a terem um comportamento mais submisso e emotivo, não devendo interferir em decisões importantes que são consideradas atitudes masculinas. A ONG Plan Internacional, que entrevistou meninas de seis a catorze anos das cinco regiões brasileiras, apresentou dados que mostram que as tarefas do lar tomam mais tempo para as meninas, do que para os meninos, prejudicando-lhes o rendimento escolar.

Para chegarmos a um conceito de gênero não podemos nos limitar ao masculino e feminino, homem ou mulher, como diz Adriana Piscitelli em sua obra “Diferenças, igualdade”, temos que pensar em como as construções de masculinidade e feminilidade são criadas na articulação com as diferenças de raça, classe social, nacionalidade, idade, e como essas noções estão organizadas em cada pessoa. O termo “gênero” abrange também aqueles que não se classificam como apenas homens ou mulheres, como é o caso dos intersexos, travestis e transexuais.

Para diferenciação de gênero e sexo, não podemos destacar apenas o campo biológico. É pertinente também verificar o comportamento psicológico e subjetivo de cada indivíduo. Enquanto que a identidade sexual está relacionada diretamente à maneira com que os indivíduos experenciam seus desejos corporais, das mais diversas formas - sozinhos/as, com parceiros do mesmo sexo ou não, etc - a identidade de gênero liga-se à identificação histórica e social dos sujeitos que se reconhecem como femininos ou masculinos. Por essa definição feita por Guacira Louro, podemos inferir que o conceito de sexualidade encontra-se no campo biológico, na medida em que o conceito de gênero encontra-se no campo subjetivo do ser.

A educação de gênero nas escolas é, portanto, tema fundamental para a conscientização, inclusão e igualdade. É importante observar como as crianças estão sendo instruídas a respeitar as diferenças do outro, identificando possíveis meios de esclarecer as questões de gênero e sexualidade, tais como as questões homoafetivas, a transexualidade, e a equidade de gênero. Além da instrução voltada às crianças, é necessário também um preparo de adultos profissionais engajados na área da educação infantil, uma vez que estes muitas vezes presenciavam cenas de intolerância e discursos carregados de preconceito e ódio à indivíduos que se comportem de forma diferente.

É sabido que professores, coordenadores, etc., são tidos pela maioria das crianças como um modelo a ser seguido, e em alguns casos funcionam como conselheiros e mediadores. Sendo assim, não é cabível nem empoderador que um desses profissionais tenha uma postura desrespeitosa e preconceituosa sobre determinados assuntos. Entende-se desde os primórdios que a adequação que deve ocorrer é do aluno para a escola e não que o ambiente escolar deve se adequar à realidade do aluno e às novas realidades sociais.

As regras que existem na escola foram criadas sem pensar nas diversidades, são excludentes e autoritárias. Por isso, aquilo que é visto como diferente não é aceito, é reprimido. Nesse sentido, adequar-se às regras escolares é agir de acordo com a “normalidade”. No entanto, conforme supracitado nos parágrafos anteriores, é necessário o entendimento de subjetividade de cada ser humano, não podendo tratar de suas diversidades como algo que deve ser desrespeitado ou ignorado.

Metodologia:

Trata-se de um estudo com base em uma pesquisa descritiva de dados coletados em referências bibliográficas, sendo dessa forma, fruto de uma metodologia qualitativa com a finalidade de construir um raciocínio crítico e fundamentar a argumentação do presente trabalho. Outra metodologia utilizada foi a investigativa, trabalhada através de uma entrevista por e-mail com um Homem Transexual, o qual nos passou diretamente relatos pertinentes à sua realidade, constituindo, assim, uma metodologia alicerçada e consistente para que se debata tal tema de forma concisa e direta.

Resultado e Discussões

Iniciamos o texto em questão fazendo uma análise breve, porém de importância imensurável para o desenvolvimento dessa temática. Entre gênero e sexualidade, existem grandes problemas em sua diferenciação no cotidiano, quando, por vezes, se confundem ou são usadas de forma sinônima. Como quando se faz referência a um homossexual por meio de adjetivos pejorativos, como “mulherzinha”, mesmo que o indivíduo em questão seja um homem homossexual, entretanto, cis.

Tais definições não se confundem, já que, uma afere-se o teor de identidade de gênero, quando condiz com o gênero corporal, diz-se cis-gênero, e, quando destoa, refere-se ao indivíduo como transgênero. O que vai de encontro com a definição de sexualidade, que por sua vez versa sobre o interesse sexual, que, uma vez direcionada a indivíduos do mesmo sexo, pode-se definir como uma conduta homossexual, por vezes. Não interferindo assim na definição de gênero da pessoa em questão. Na obra de Guacira Lopes Louro (2011, p 62.) a qual vem a seguir:

Aproximamos, portanto, gênero e sexualidade à medida que assumimos que ambos são construídos culturalmente e, assim sendo, carregam a historicidade e o caráter provisório das culturas. Aprendemos a ser um sujeito do gênero feminino ou masculino, aprendemos a ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais, a expressar nossos desejos através de determinados comportamentos, gestos, etc., em muitas instâncias – na família, na escola, através do cinema, da televisão, das revistas, da internet, através das pregações religiosas ou da pregação da mídia ou ainda da medicina. Enfim, um porção de espaços e instâncias exercitam pedagogias culturais ou, para o que nos interessa neste momento, exercitam pedagogias de gênero e sexualidade.

A primeira problemática do tema abordado encontra-se no fato das crianças transexuais possuírem dificuldade de aceitação a partir da infância, quando os pais, os quais deveriam portar-se com apoio e compreensão, costumemente, portam-se com desprezo ou preconceito. Eles tratam as atitudes e comportamento da criança, que fogem ao conceito estereotipado de normalidade, de

forma equivocada, reprimindo atitudes completamente inerentes à vontade desta, em prol do encaixe da mesma em moldes sociais definidos previamente.

A questão das crianças transexuais ganhou espaço e passou a ser discutida não faz muito tempo. Pesquisas sobre o tema começaram a ser realizadas nos anos 80 e ainda são escassas. É um assunto que tem ganhado visibilidade nos meios de comunicação e que começa a ser falado cada vez mais cedo. Apesar disso, pouco ainda se sabe sobre como identificar uma criança transexual, como saber se a preferência por aquilo que se diz “do sexo oposto” não é apenas uma fase que a criança está vivendo e que logo passará, visto que as crianças tendem a estar sempre mudando de opinião. Segundo Cecília Zylberstajn psicoterapeuta de adolescentes e adultos:

[...] a diferença é que a criança não está fantasiando que é um menino ou uma menina, ela realmente acredita que é. Se os outros a aceitam assim, ela sente liberdade para expressar sua identidade. É extremamente angustiante quando ela não tem essa aceitação.

Atualmente, no dia 22 de março do ano vigente, foi proposto no Estado do Piauí pela vereadora Cida Santiago, um projeto de lei que visa impedir a discussão de gênero nas escolas. A proposta da vereadora aduz que fica proibida a distribuição, utilização, exposição, apresentação, recomendação, indicação e divulgação de livros, publicações, projetos, palestras, folders, cartazes, filmes, vídeos, faixas ou qualquer tipo de material, lúdico, didático ou paradidático, físico ou digital contendo manifestação da ideologia de gênero nos estabelecimentos de ensino público municipal da cidade de Teresina. Tal ato pode ser interpretado como regressivo diante do atual cenário do país onde profissionais que deveriam estar preocupados com o desenvolvimento e a inclusão, a partir da educação básica, estão na verdade contribuindo para um meio mais desinformado e hostil. O Ministério Público do Estado do Piauí, no entanto, através de órgãos como o Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (Nupevid), se manifestou contrário a essa proposta, recomendando um veto imediato ao projeto de lei supracitado. De acordo com a titular da promotoria da justiça Myrian Lago (2016), não se pode fugir do debate sobre gênero, pois ele está em todos os setores da sociedade. O projeto de Lei foi votado sem discussão e sem a opinião da sociedade. Agora, nós iremos provocar esse debate e buscar o veto do prefeito.

Publicado pela Psychological Science, um estudo realizado com 32 crianças transexuais, pesquisadores da universidade de Washington, liderados por Kristina Olson, psicóloga e fundadora do Projeto Trans Youth, concluíram que essas crianças identificam seu gênero em idade igual à que as crianças cisgênero. Segundo Kristina Olson:

[...] nem toda criança que explora ou experimenta coisas de outro gênero é necessariamente transexual. No entanto, quando as crianças afirmam uma identidade de gênero, isso deve ser considerado como uma experiência tão autêntica quanto os de crianças cisgeneras.

A maioria dos pais que possuem filhos nessa situação de transexualidade levam algum tempo para se dar conta do que está acontecendo com a criança. Muitos acreditam que seja só uma fase e insistem para que a criança se comporte de acordo com o sexo que nasceu, e isso traz muitas frustrações aos pequenos. A descoberta de que o filho é transexual muitas vezes acontece quando entram em contato com relatos de outros pais que já estiveram na mesma situação e se identificam com a história daquela família. A partir daí eles começam a buscar acompanhamento psicológico para lidar com esse momento delicado para toda a família. Nesse caso, o psicólogo vai ajudar aos pais a aceitarem a identidade da criança, e à criança a lidar com as reações da sociedade.

A segunda problemática se materializa na falta de conhecimento apropriado dos educadores, assim como, no descaso do Estado em geral, o qual desvia os olhares dessa realidade opressora, que esta arraigada no machismo de uma forma direta.

Com a epidemia de HIV/AIDS no fim dos anos 80, a educação escolar passou a se preocupar com a sexualidade das crianças e adolescentes no sentido de prevenir essa doença e outras DSTs. Junto a essa preocupação, estava também a de evitar a gravidez indesejada na adolescência, devido ao aumento significativo no número de adolescente grávidas.

É esse o sentido da chamada orientação sexual nas escolas brasileiras até hoje. Está inserida no ensino das ciências naturais e tem caráter essencialmente biológico. O que é ensinado é como o aparelho reprodutivo humano masculino e feminino funcionam biologicamente, métodos contraceptivos e maneiras de evitar as doenças sexualmente transmissíveis. Segundo os Parâmetros Culturais

Nacionais, essa abordagem normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui as dimensões culturais, afetivas e sociais contidas nesse mesmo corpo (BRASIL, 1997).

O artigo 6º da Constituição Federal estabelece a educação como um dos direitos sociais. Todos os brasileiros, portanto, independente da sua identidade de gênero e/ou sexualidade, possuem o mesmo direito à educação. O que se vê na prática, porém, é diferente. O grupo LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) tem seu direito à educação constantemente violado, fazendo parte das altas taxas de evasão escolar encontradas em nosso país. Não é possível, ainda, encontrar estatísticas que meçam essa exclusão devido à invisibilidade dada ao tema, apesar de ser comum apontar como causa desse processo, as discriminações de gênero. Na Defensoria Pública de São Paulo, por exemplo, são feitas várias denúncias de discriminação na escola. Entre as principais estão: a recusa de utilização do nome social, o desrespeito à identidade de gênero de travestis e transexuais, a prática reiterada de insultos contra pessoas integrantes da população LGBT e agressões físicas ou ameaças contra mulheres.

Tratar do tema da transexualidade nas escolas, porém, não é tarefa fácil. Algumas dificuldades são encontradas, são barreiras a serem superadas. Uma delas é o despreparo dos educadores para desempenhar tal tarefa. Eles não são preparados nas Universidades, durante a sua formação, para tratar da transexualidade nas salas de aula. Muitos ainda sentem-se constrangidos em falar de sexualidade em geral, e quando se trata de transexualidade, não sabem nem por onde devem começar. Essa tarefa torna-se ainda mais difícil quando esbarra com outro assunto bastante comum dentro das escolas, a religião, e aqui nos referimos à cristã, em geral, maioria no Brasil. Ela, muitas das vezes, ajuda a invisibilizar as questões de gênero, além de intensificar o preconceito e excluir ainda mais os alunos trans do ambiente escolar devido às ideias conservadoras que propaga.

Outra barreira é o modelo sexista de ensino, que diferencia “coisas de menino” e “coisas de menina”. Desde pequenos somos educados a dividir tarefas femininas e masculinas a partir das cores que podemos usar, brinquedos, filmes e desenhos, até os afazeres de casa e profissão. Esta estipulação é determinante para a formação do ser na sociedade, pois tem como consequência o papel que o indivíduo irá exercer.

Este modelo contribui para uma sociedade machista, que considera estranho, homens e mulheres que não seguem a regra por ela ditadas. É nesse ponto que encontramos o preconceito contra aqueles considerados “diferentes”: os homossexuais, transexuais e transgêneros.

A falta de interesse na busca de informação sobre esse grupo decorre desse machismo presente na sociedade.

Em Palmas, o prefeito Carlos Amastha, decretou uma medida provisória em 14 de abril de 2016, vedando “a discussão e a utilização de material didático e paradidático sobre a ideologia ou a teoria de gênero, inclusive promoção e condutas, permissão de atos e comportamentos que induzam à referida temática, bem como assuntos ligados à sexualidade e erotização”.

Uma medida que já foi alcançada a favor dos transexuais na educação é a garantia do tratamento exclusivamente pelo nome social e a inserção do campo “nome social” nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares. Essa conquista foi alcançada pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e promoções dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais (CNCD/LGBT), em decisão publicada no Diário Oficial da União em janeiro de 2015. Além disso, a decisão garante o uso de banheiros e de uniformes de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito. É o texto:

Art. 6º: Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito.

Art. 7º: Caso haja distinções quanto ao uso de uniformes e demais elementos de indumentária, deve ser facultado o uso de vestimentas conforme a identidade de gênero de cada sujeito.

Através de uma entrevista enviada por e-mail no dia 28 de abril de 2016, à um estudante transexual de jornalismo da Unb, cujo não autorizou a utilização do seu nome, ele nos relatou, também por e-mail, no dia 02 de maio de 2016, um pouco sobre sua opinião acerca da educação de gênero nas escolas e seus posteriores efeitos na sociedade. Sobre a educação de gênero nas escolas, ele afirma que:

A educação sobre diversidade em geral é extremamente importante para a formação de seres humanos mais evoluídos, conscientes e

tolerantes. O preconceito é uma construção social, então se ele não for ensinado, e no lugar disso ele aprender que vive em um mundo que existem pessoas diferentes desse padrão imposto e que a diferença não é uma coisa ruim, isso refletirá tanto neste indivíduo que saberá conviver em uma sociedade plural, quanto em seu entorno. Estamos falando da educação de futuros profissionais que atenderão e terão que lidar com LGBTs, negros, mulheres, então essa desconstrução é mais do que importante e necessária.

Afirmou também que se sente sortudo e privilegiado em relação a sua transição, pois sua família e amigos o aceitaram de uma forma muito tranquila, além de estudar em uma instituição de ensino que o respeitou desde o início e que facilita no uso do seu nome social. No que tange a parte médica, buscou saber quais os profissionais capacitados para fazer o “tratamento hormonal”, para não correr o risco de ir à médicos tranfóbicos. Sobre o uso do banheiro masculino relata:

Desde o começo da minha transição eu sempre usei o banheiro masculino, só tive problema uma vez mas não teve nenhuma violência física.

Em relação ao nome civil, ele relata que ainda é um incômodo, pois em todas as situações que tem que apresentar os documentos há a possibilidade de ocorrer alguma humilhação, e que “a retificação do nome civil ainda é um processo extremamente difícil e burocrático que poucas pessoas transexual conseguem o resultado final favorável.”

A cerca da adoção de políticas na sociedade, a efetivação pela luta da discriminação se dá como, por exemplo, pelo apoio aos grupos como LGBTs, que têm seus direitos muitas vezes negados, ajudaria na inserção social da nossa população que por falta da intervenção do Estado se encontra invisível e marginalizada, a partir do momento que essa população começar a fazer parte do cotidiano da sociedade, trabalhando, estudando ou participando de atividades comum a sociedade, o combate a discriminação acontecerá de forma mais intensa e esclarecedora, evitando assim a discriminação por falta de conhecimento e informações, se você tem contato direto com uma pessoa transexual, por exemplo, o convívio e o conhecimento sobre o que é ser uma pessoa, dita pela sociedade como “diferente”, se torna mais fácil e aumenta as possibilidades

de inserção na sociedade de uma forma menos sofrida para todos os envolvidos. “E pra isso as pessoas transexuais tem que estar inseridas em sociedade, e isso só vai acontecer com intervenção do Estado e criação de políticas públicas.”, afirma o estudante.

Conforme o estudante entrevistado, quando tratamos sobre as experiências intolerantes na infância, questionamos como ele lidou com tal etapa na sua vida:

Quando eu era criança por mais que eu me sentisse diferente eu não sabia ainda o que era e acabei por tentar me encaixar nos padrões ditos normais, isso meio que facilitou minha convivência na escola e em outros ambientes.

Conclusão

Mesmo com a abertura à informação, e a disseminação da diferença de gênero e sexualidade vigentes, ainda notamos uma deficiência no ramo da educação tanto nas escolas quanto em casa, devido à estruturação histórica do sistema preconceituoso instituído.

A discriminação e as fobias lgbtistas ainda são recorrentes na nossa sociedade como consequência da incompreensão e de falta de capacitação de profissionais competentes na área.

Ante o exposto conclui-se pela relevância desse trabalho, sendo fundamental o incentivo na formação de condutores responsáveis pela construção de seres humanos conscientes, responsáveis e capazes de compreender as subjetividades do outro, livres das amarras e tabus edificados pela sociedade no decorrer dos anos, a fim de que possamos construir uma sociedade inclusiva, onde não se façam distinções, seja em identidade de gênero ou sexualidade.

Referências

BIANCHINI, Alice. **Gênero é uma coisa, orientação sexual é outra coisa**. 2016. Disponível em: </http://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/218956880/genero-e-uma-coisa-orientacao-sexual-eoutra-coisa/>. Acesso em: 30 de abr. de 2016.

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade sexual e de gênero na escola.** Revista Espaço Acadêmico- nº 123 – mensal – Agosto de 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Educação e docência:** diversidade, gênero e sexualidade. Form. Doc., Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan./jul. 2011. Disponível em: </http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/>. Acesso em: 30 de abr. de 2016.

SOUZA, Jane Felipe De. **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais:** implicações para a educação infantil. 2005.